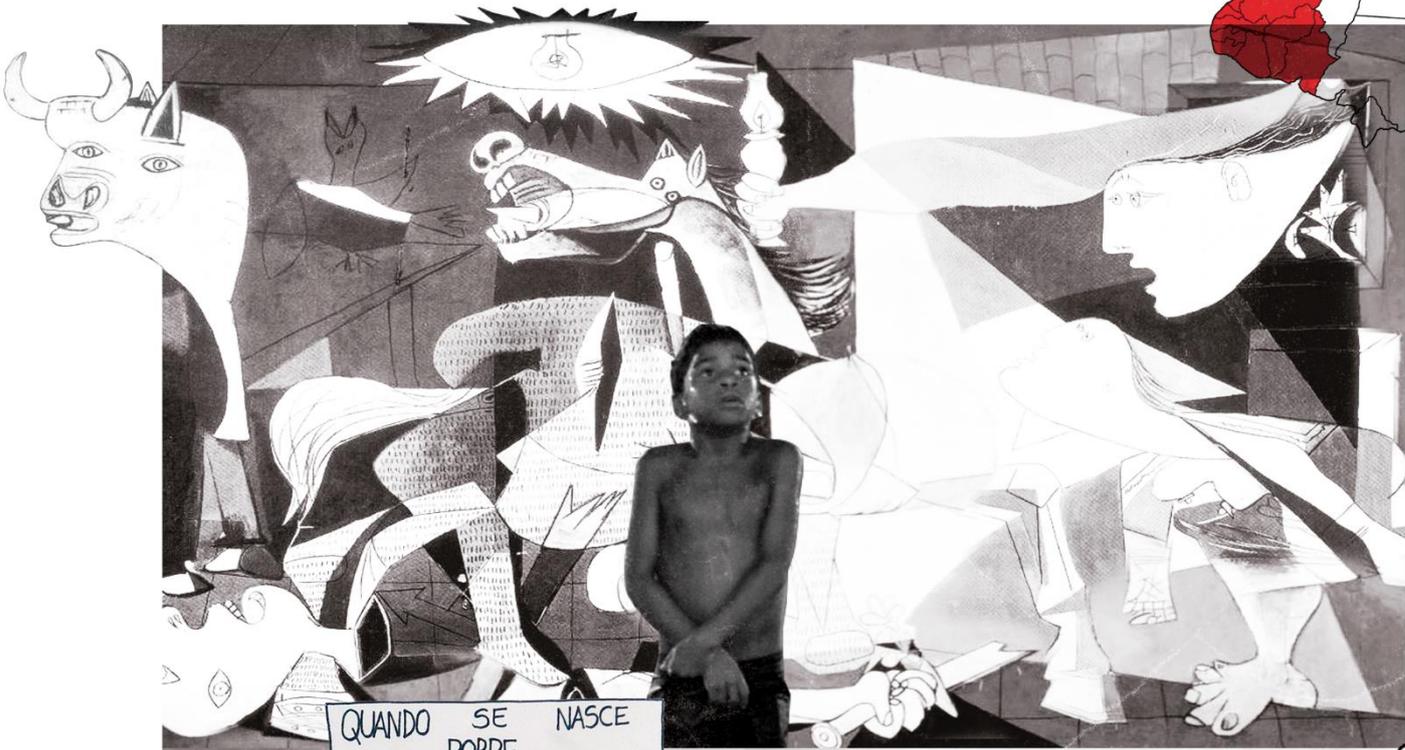
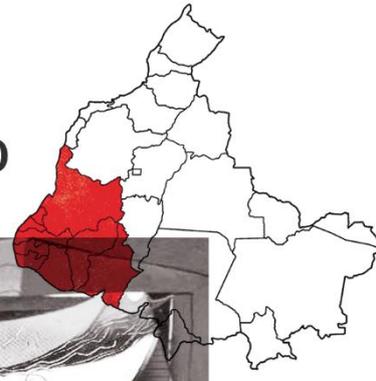


BRUNO ROBSON DE BARROS CARVALHO



QUANDO SE NASCE
POBRE
ESTUDAR É A MAIOR
REBELDIA
CONTRA O SISTEMA

Vimos
destruir o
seu planeta.



POR UMA **PSICOLOGIA NÃO-FASCISTA**
PARA UM MUNDO CATASTRÓFICO: A EXPERIÊNCIA DE
PROFISSIONAIS DE PSICOLOGIA FACE À LGBTFOBIA

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DOUTORADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA
LINHA DE PESQUISA: PRÁTICAS PSICOLÓGICAS CLÍNICAS E DEMANDAS SOCIAIS
CONTEMPORÂNEAS
LABORATÓRIO DE PSICOLOGIA CLÍNICA FENOMENOLÓGICA EXISTENCIAL E
PSICOSSOCIAL

BRUNO ROBSON DE BARROS CARVALHO

POR UMA PSICOLOGIA NÃO-FASCISTA PARA UM MUNDO CATASTRÓFICO:
A EXPERIÊNCIA DE PROFISSIONAIS DE PSICOLOGIA FACE À LGBTFOBIA

RECIFE
2020

BRUNO ROBSON DE BARROS CARVALHO

POR UMA PSICOLOGIA NÃO-FASCISTA PARA UM MUNDO CATASTRÓFICO:
A EXPERIÊNCIA DE PROFISSIONAIS DE PSICOLOGIA FACE À LGBTFOBIA

Tese apresentada à banca examinadora
como requisito parcial para obtenção do
título de Doutor em Psicologia Clínica pelo
Programa de Pós-graduação em Psicologia
Clínica da Universidade Católica de
Pernambuco

Orientadora: Dra. Maria Cristina Lopes de
Almeida Amazonas.

RECIFE

2020

C331p

Carvalho, Bruno Robson de Barros

Por uma psicologia não-fascista para um mundo catastrófico :
a experiência de profissionais de psicologia face a lgbtfobia /
Bruno Robson de Barros Carvalho, 2020.

178 f. : il.

Orientador: Maria Cristina Lopes de Almeida Amazonas
Tese (Doutorado) - Universidade Católica de Pernambuco.
Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica. Doutorado
em Psicologia Clínica, 2020.

1. Psicologia. 2. Homofobia.. I. Título.

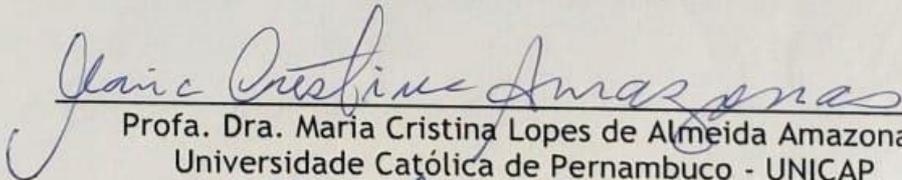
CDU 159.9

Catarina Maria Drahomiro Duarte - CRB 4/463

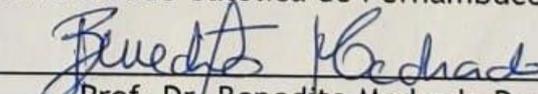
BRUNO ROBSON DE BARROS CARVALHO

POR UMA PSICOLOGIA NÃO-FASCISTA PARA UM MUNDO CATASTRÓFICO:
A EXPERIÊNCIA DE PROFISSIONAIS DE PSICOLOGIA FACE À LGBTFOBIA

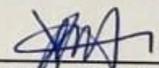
BANCA EXAMINADORA



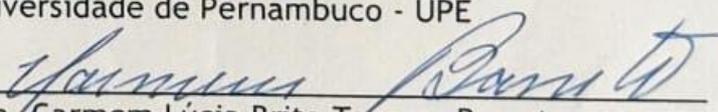
Profa. Dra. Maria Cristina Lopes de Almeida Amazonas
Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP



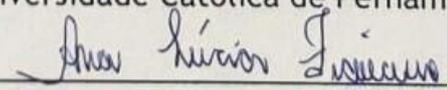
Prof. Dr. Benedito Medrado Dantas
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE



Profa. Dra. Suely Emilia de Barros Santos
Universidade de Pernambuco - UPE



Profa. Dra. Carmem Lúcia Brito Tavares Barreto
Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP



Profa. Dra. Ana Lúcia Francisco
Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP

RECIFE

2020

DEDICATÓRIA

Para Maricélia,
minha mãe,
professora de força, coragem e insurgência.

AGRADECIMENTOS

À todas/os as professoras/es que tive. Precisei aprender muito para chegar até aqui, ou seja, precisei que muitos/as se disponibilizassem a me ensinar. Obrigado!

A todos/as pesquisadoras/es que vieram antes de mim e produziram as condições de possibilidade para que eu pudesse pensar hoje.

À minha mãe, Maricélia, por ter aberto todas as portas que pôde para que eu caminhasse na direção de ser quem sou.

À Joseleide, a mamãe, por todas as conversas nos cafés-da-manhã, pelo incentivo e por me fazer sentir como um de seus filhos.

À Aurora, Gabriela, Otávio, Guilherme, Diego, Paloma e Jai, suas experiências serviram-me de guia em meio as catástrofes.

Às amigas de Peso, Ana, Fernanda, Lucas, Mallys e Pagu, por segurarmos juntos não somente as ondas, mas os tsunamis que tão violentamente insistiram/insistem em surgir nisso que chamamos de vida.

A Bruno, Luiz,IVALDO e Gean pelas conversas, pelos cafés com lamentações, pelas saídas e pelas vezes que ficamos em casa. Porque já fomos mais longe do que sonharam para nós: Destruidoras.

A Túlio, por chegar de forma tão amorosa em minha vida.

Aos Dissidentes, Anna, Carol, Celestino, Diego, Fernanda, Laís, Yuri e Patrícia. Pela resistência produzida com muito humor, amor e ironia.

Aos colegas de doutoramento, Nara, Thálita, Diego, Severino, Margarida, Lilia, Janaina, Pauleska, Alisson, Cirlene, Claudia, Bruno e Karla. Foi incrível poder pensar junto e crescer como pesquisador por estar ao lado de vocês.

À Luísa, Raíssa, Elaine, Laura, Suely e Francisco, teria sido muito mais difícil percorrer os descaminhos foucaultianos sem a companhia de vocês.

À Ju Mazza, pelos encontros sempre produtivos e resolutivos.

À Claudia e Liza, amigas que estão comigo desde o dia em que sonhei ser doutor.

À Cristina Amazonas, pela relação cuidadosa e de confiança em mim e no meu trabalho.

À Suely Emilia, por ter me dito “Você é seu próprio cuidado!” e por ter sido a primeira a confiar em mim como pesquisador.

A Benedito Medrado, por estar na banca, pelos múltiplos afetos e afetações, por acreditar no tempo e no encontro.

À Carmem Barreto, por primeiro me receber no doutorado e pelas provocações sempre cuidadosas.

À Ana Lucia Francisco, pelos sorrisos e abraços a cada encontro e por sempre dizer que acreditava na minha capacidade de pensar.

A Manoel, Marília e Petrus, por caminharem comigo na investigação do que poderia ser cuidar de si mesmo.

Ao Carnaval e ao FIG, por me possibilitarem encontrar arte e gente.

Às tradições, por todos os cafés, chás, banhos, rezas, óleos, ervas, cheiros e gostos, pela yoga e meditação, pelos alívios sem os quais pensar seria missão ainda mais árdua.

A Michel Foucault, pelos descaminhos, pelas ficções, pela experiência.

À Capes, por ter cumprido sua obrigação de incentivar e financiar a pesquisa no Brasil. Torçamos para que a instituição continue nessa missão.

EPÍGRAFE

Talvez um dos melhores remédios para se escapar à racionalidade instrumental - que leva à fetichização quantitativista e teste-maníaca em psicologia - seja o reencontro com os Poetas e os Filósofos.
(Hilton Japiassu, A psicologia dos psicólogos)

Uma experiência é sempre uma ficção;
é algo que se faz para si mesmo,
que não existe antes e que depois existirá.
(Michel Foucault, Ditos e Escritos VI)

Ano passado eu morri,
mas esse ano eu não morro!
(Belchior, Sujeito de sorte)

RESUMO

Esta tese, como produção situada, tem o tom de seu tempo e do contexto em que foi produzida, atravessada pelos (des)encontros subjetivos com profissionais de psicologia com experiência de atendimento a pessoas em situação de LGBTfobia em meio a uma crise política global com modulações densas nacionais. Foram realizadas entrevistas com oito profissionais de psicologia e outras produções discursivas (entre 473 fotos, 199 áudios e 5 diários) a partir das quais, direta ou indiretamente, foram costuradas as linhas de argumento e análise desta pesquisa, entre saberes, jogos de poder e intersubjetividades. Considerando a pesquisa também como produção de si, na experiência do pesquisador irrompem histórias sobre fatos, ficções e afetos. Assim, as narrativas produzidas por meio de entrevistas e diários, contam não só um processo de pesquisa sobre a prática psicológica no enfrentamento à LGBTfobia, mas também, uma escrita de si comprometida ética, estética e politicamente com a complexidade do presente. Como efeito desse encontro entre pesquisador e profissionais, uma tese, um acontecimento, compreendida figurativamente como revolução, uma catástrofe! Histórias sobre o genocídio dos povos tradicionais, a brutalização sobre os corpos negros, o colapso climático, o impeachment de Dilma Rousseff, as eleições presidenciais de 2018 e o início do governo Bolsonaro são contadas para não só evocar uma problematização sobre a prática psicológica a vítimas de LGBTfobia, mas também produzir uma versão para registro e inscrição da história da atualidade. Profissionais e pesquisador amalgamam experiências e como resultado a defrontação com o fim do mundo, com seu Homem e sua Humanidade. O Antropoceno, evento limite de catástrofe e indignância, coloca a Psicologia à prova no que concerne seu amor ao poder, à técnica e ao fascismo. Como destinação, na tentativa de diferir, profissionais de psicologia são convidados e convidadas a acontecerem, insurgirem-se tomando distância do poder como instrumento de dominação. Ficcionalizando uma Psicologia não-fascista, artífice de uma clínica ética do cuidado de si e de práticas de liberdade direcionadas à gente tornada indigente, que teve sua agência raptada num país constituído pelo derramamento de sangue e pela apologia ao medo e ao ódio.

Palavras-chave: Psicologia; Experiência; LGBTfobia; Catástrofe; Cuidado de si.

ABSTRACT

This thesis, as a situated production, has the tone of its time and context in which was produced, crossed by subjective (dis)encounters with health psychology professionals with experience in assisting people in situations of LGBTphobia in a global political crisis with dense national modulations. Interviews were conducted with eight psychology professionals and other discursive Productions (between 473 photos, 199 audios and 5 diaries) from which, directly or indirectly, the lines of argument and analysis of this research were sewn, between knowledge, power games and intersubjectivities. Considering the research also as production of oneself, in the researcher's experience stories erupt about facts, fictions and affections. Thus, the narratives produced, through interviews and diaries, tell not only about the research process on the psychological practice response to LGBTphobia, but also a self-writing committed ethically, aesthetically and politically to the complexity of the present. As a result of this meeting between researcher and professionals, a thesis, na event, figuratively understood as a revolution, a catastrophe! Stories about the genocide of traditional people, the brutalization of black bodies, the climate collapse, the impeachment of Dilma Rousseff, the presidential elections and the beginning of the Bolsonaro government are counted not only to evoke a problematization about the psychological practice of victims of LGBTphobia, but also produce a version for registration and inscription of the present history. Professionals and researcher amalgamate experiences and as a result, the confrontation with the end of the world, with Humans and its Humanity. O Anthropocene, the limit event of catastrophe and destitution, puts Psychology to the test, regarding to its love of power, technique and fascism. As a destination, in attempt to differ, psychology professionals are invited to happen, to rise up taking distance from power as an instrument of domination. Making a non-fascist psychology, the meaning to an ethical care of the self clinic and freedom practices aimed at destitute people, who had its urgencies kidnapped in a country made up from bloodshed and apology for fear and hatred.

Keywords: Psychology; Experience; LGBTphobia; Catastrophe; Care of the self.

RÉSUMÉ

Cette thèse, en tant que production située, a le ton de son temps et du contexte dans lequel elle a été produite. Elle a été traversée par les rencontres subjectives avec des professionnels de psychologie ayant une expérience dans l'accueil de personnes en situation de LGBTphobie, au milieu d'une crise politique globale avec des denses modulations nationales. A partir d'entretiens menées avec huit professionnels de psychologie et d'autres productions discursives (dont 473 photos, 199 messages audio et 5 journaux de terrain), direct ou indirectement, les lignes d'argument et d'analyse dans cette recherche ont été cousues, entre savoirs, jeux de pouvoir et intersubjectivités. Prenant la recherche aussi comme une production de soi, dans l'expérience du chercheur surgissent des histoires qui portent sur des faits, fictions et affections. Ainsi, les récits recueillis, lors d'entretiens de journaux de terrain, racontent le processus d'une recherche sur la pratique psychologique au sein de la lutte contre la LGBTphobie, mais aussi une écriture de soi engagée éthiquement, esthétiquement et politiquement dans la complexité du présent. L'effet de cette rencontre entre chercheur et enquêtés et enquêtées, une thèse, un évènement (*Aufklärung*) - compris figurativement comme une révolution - une catastrophe ! Des histoires qui portent sur le génocide des peuples autochtones, la brutalisation des corps noirs, l'effondrement climatique, l'impeachment de Dilma Rousseff, l'élection présidentielle de 2018 et le début du gouvernement Bolsonaro sont racontés pour évoquer une problématisation non seulement de la pratique psychologique pour les victimes de la LGBTphobie, mais aussi pour produire une version pour la mémoire et le diagnostic de l'histoire de l'actualité. Des professionnels et un chercheur agrègent des expériences dont le résultat est la confrontation à la fin du monde, avec l'Homme et son Humanité. L'Anthropocène, un évènement-limite entre catastrophe et indigence, met la psychologie à l'épreuve vis-à-vis son amour au pouvoir, sa technique et le fascisme. Comme destination, dans l'essai de différer, ces professionnels en psychologie sont invités à s'évènementialiser, s'insurger en prenant ses distances vis-à-vis du pouvoir comme instrument de domination. Nous avons ainsi produit la fiction d'une psychologie non-fasciste, instrument d'une clinique éthique du souci de soi et des pratiques de liberté pour des gens rendues indigents, ayant eu son agence kidnappée dans un pays marqué par le versement de sang et pour l'apologie à la peur et à la haine.

Mots-clés : Psychologie; Expérience; LGBTphobie; Catastrophe; Souci de soi.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Ancine	Agência Nacional do Cinema
CAPES Superior	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
Cebrap	Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
CFP	Conselho Federal de Psicologia
CNPq Tecnológico	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COP24	Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CREPOP Públicas	Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas
CRP	Conselho Regional de Psicologia
DEM	Partido Democratas
FIG	Festival de Inverno de Garanhuns
Fiocruz	Fundação Oswaldo Cruz
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
GEMA	Núcleo Feminista de Pesquisa em Gênero e Masculinidades
GGB	Grupo Gay da Bahia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ILGA Association	International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association
Inpe	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LACLIFEP Existencial e Psicossocial	Laboratório de Psicologia Clínica Fenomenológica Existencial e Psicossocial
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEC	Ministério da Educação
OCDE Econômico	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial de Saúde
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDC	Projeto de Decreto Legislativo
PHS	Partido Humanista da Solidariedade
PM	Polícia Militar
PP	Partido Progressista
PR	Partido da República
ProEB	Programa de Qualificação de Professores da Rede Pública
de Educação Básica	
PSC	Partido Social Cristão
PSDB	Partido da Social Democracia do Brasil
PSL	Partido Social Liberal
PT	Partido dos Trabalhadores
STF	Supremo Tribunal Federal
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo

SUMÁRIO

1.	A HISTÓRIA DO PORQUÊ NARRO	17
2.	UMA HISTÓRIA DE PORQUE AS CIÊNCIAS HUMANAS SÃO IMPORTANTES	47
2.1	PESSOAS QUE VOCÊS PRECISAM CONHECER.....	56
3.	QUAL HISTÓRIA DA PSICOLOGIA CONTAR?.....	63
3.1	PSICOTERAPIA - PODE OU NÃO PODE?	68
3.2	POR UMA PSICOLOGIA NÃO FASCISTA	81
4.	OS RELATOS SELVAGENS	104
5.	A MORAL ÉTICA DA HISTÓRIA EXPERIÊNCIA	134
5.1	UMA REDAÇÃO SOBRE JULHO DE 2019	135
5.2	EXPERIÊNCIAS QUE NÃO EXISTEM	141
5.3	“UMA EXPERIÊNCIA É ALGUMA COISA QUE NOS FAZ SAIR TRANSFORMADOS” (FOUCAULT, 1980/2010, P. 41).....	144
6.	POR UM FIM CATASTRÓFICO!	152
6.1	É O FIM DO MUNDO?	154
6.2	É O FIM DOS CAUSOS BRASILEIROS?	157
6.3	É O FIM DA TESE!	159
7.	PROVOCADORES DO PENSAMENTO	166



Pintor: Pablo Picasso – Guernica

A HISTÓRIA DO **PORQUÊ NARRO**

1. A HISTÓRIA DO PORQUÊ NARRO

No longínquo ano de 2019 uma das palavras mais presentes no cotidiano foi “crise”. Crianças, jovens e adultos; cidades, estados e países; poderes executivo, legislativo e judiciário; singularidades e coletividades em constante desgaste, tensão e conflito. Qualquer tentativa de compreensão se mostrara insuficiente para responder à questão de como sair ou superar esse momento crítico. Obviamente, estudiosos das mais diversas áreas têm se esforçado tanto na compreensão quanto na superação desse momento da história. Todavia, quando escrevo, não se vislumbram resoluções no horizonte.

Tal conjuntura possui uma historicidade, por conseguinte, múltiplas versões advindas dos atores envolvidos. Verdade e mentira tiveram suas fronteiras colocadas em estado de permeabilidade durante quase todo o processo, embora “verdade” servisse como palavra de ordem ao longo dos últimos anos. Não julgo necessário detalhar cada passo do confuso jogo disputado no (e pelo) Brasil. Porém, assumindo o risco já na primeira página da tese de incorrer em erro, acredito ser bastante difícil que alguma pesquisa tenha sido desenvolvida entre 2013-2019 sem que, de alguma forma, a situação política não tenha se interposto. Com isso em mente, apresento uma versão dessa história elencando momentos chave dos últimos anos que atravessaram este estudo.

Num plano macro, vivemos desde 2013 uma efervescência política. Manifestações massivas, convocadas pelo Movimento Passe Livre, foram às ruas contra aumentos nas tarifas de transporte público considerados abusivos. Raquel Rolnik (2013, p. 8) sugere olhar para tais movimentações como um terremoto “que perturbou a ordem de um país que parecia viver uma espécie de vertigem benfazeja de prosperidade e paz, e fez emergir não uma, mas uma infinidade de agendas mal resolvidas, contradições e paradoxos”. A autora salienta que, a partir desse momento, renasceu no país uma utopia, a de que poderíamos reformar tudo e finalmente caminharmos em direção à nação que almejávamos. “O Gigante Acordou”, diziam alguns. No campo econômico, os jornais da época davam manchetes referentes ao relatório do

Fundo Monetário Internacional (FMI), o qual colocava o Brasil como sétima maior economia do globo, projetando tornar-se a quinta maior economia em 2016¹.

Internamente, ainda imbuídos do sentimento de “reforma/mudança de tudo que tá aí”, o Brasil assistiu pelos noticiários algo inédito: homens brancos e ricos sendo denunciados e presos por crimes de corrupção. É preciso enfatizar que a população brasileira possuía/possui altos índices de condescendência com casos aberrantes de corrupção; “acabar em pizza”, tornou-se uma expressão corriqueira no cotidiano e na mídia para falar que mais um caso de corrupção não deu em nada. É o começo da ascensão da chamada Operação Lava Jato.

A Operação Lava Jato se iniciou em 2009, investigando o ex-deputado federal José Janene de Londrina, no Paraná, e os doleiros Alberto Youssef e Carlos Habib Chater por crimes de lavagem de recursos por meio de um posto de gasolina, daí o nome da Operação. Em junho de 2013, Chater começou a ter ligações interceptadas como parte da investigação, chegando à descoberta de um esquema de pagamentos indevidos envolvendo o ex-diretor de Abastecimento da Petrobrás, Paulo Roberto Costa.

Em 2014, as investigações da Lava Jato confirmam o esquema de propina envolvendo empreiteiras e políticos de todos os partidos, incluindo o Partido dos Trabalhadores (PT) do qual a presidenta Dilma Rousseff fazia parte. Nesse ponto, o prognóstico do FMI já parecia mais distante, visto que a economia nacional iniciava um desaceleramento, criando incertezas e afastando investimentos. O país sofreu também com a desaceleração econômica de sua maior parceira comercial, a China, causando uma queda nos preços das commodities minerais, florestais e agrícolas.

A situação das contas públicas se deteriorava e o cenário externo também piorou. A desaceleração da economia chinesa levou a uma queda brusca no preço das commodities. O minério de ferro despencou de US\$ 187,18 a tonelada, em fevereiro de 2011 para US\$ 37 em dezembro de 2015. O petróleo perdeu mais de 60% de seu valor e encerrou 2015 abaixo de US\$ 40 o barril, o

¹ G1 (2013). *Brasil deve recuperar posto de 6ª maior economia em 2013, mostra FMI*. Recuperado de <http://g1.globo.com/economia/noticia/2013/04/brasil-deve-recuperar-posto-de-6-maior-economia-em-2013-mostra-fmi.html>.

menor nível desde 2003, refletindo também o excesso na oferta do produto (Garcia, 2016, parágrafo 17).

Com esses terremotos escandalosos quase que diários, a reeleição da presidenta era incerta. A eleição presidencial de 2014 dividiu o país: Dilma-PT-Esquerda-Mortadelas² x Aécio Neves-PSDB-Direita-Coxinhas³. Acredito ser difícil encontrar uma pessoa que não tenha entrado em fervorosos debates sobre qual lado estava correto. Para registro, acredito ser aqui que começamos a sentir mais explicitamente o desgaste interpessoal. Há registros de debates tranquilos face-a-face. Contudo, qualquer olhada rápida - ou atenta - enviava uma mensagem límpida: nós nos odiávamos!

A crença era de que após as eleições tudo iria se acalmar, quem quer que fosse o/a vencedor/a. Dilma é reeleita com 54.501.118 votos, 51,64%, a menor diferença registrada numa eleição presidencial brasileira. Imediatamente, sem casos concretos, Aécio Neves e seu partido dão entrada no pedido de auditoria da eleição. O argumento apresentado é de que propagandas nas redes sociais colocariam em dúvida o processo de votação e de totalização. O resultado da auditoria foi de que não houve fraude⁴.

Em dezembro de 2014, o Partido da Social Democracia do Brasil (PSDB) protocola pedido para cassar o registro da candidatura da presidente Dilma Rousseff e de seu vice, Michel Temer (MDB) e, por conseguinte, empossar Aécio Neves por ter ficado em segundo lugar. O embasamento esteve na acusação de que as campanhas do PT teriam se utilizado de desvios da Petrobras, descobertos e expostos pela Lava Jato, caracterizando abuso de poder político e, assim, tornando Dilma inelegível.

² Mortadela - termo depreciativo utilizado para designar simpatizantes do PT e pessoas ideologicamente mais à esquerda no espectro político. Na sua origem está o lanche pão-com-mortadela, de baixo custo, que era distribuído aos militantes do PT quando participavam dos movimentos organizados pelo partido.

³ Coxinha - termo depreciativo utilizado para designar uma parte da população brasileira que fazia oposição ao governo Dilma e ao Partido dos Trabalhadores. Estaria voltado para uma classe média conservadora. Sua origem não é precisa, mas está ligada aos policiais militares de São Paulo que recebiam “vale-coxinha” para se alimentar.

⁴ Tribunal Superior Eleitoral (2014). *Plenário do TSE: PSDB não encontra fraude nas Eleições 2014*. Recuperado de <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2015/Novembro/plenario-do-tse-psdb-nao-encontra-fraude-nas-eleicoes-2014>.

Dilma toma posse em 1º de janeiro de 2015 com popularidade em queda livre e com manifestações por todo país contrárias às suas escolhas que perduraram ao longo do ano. Saliento que a relação de Dilma com o Congresso estava em crescente estado de degradação, seus projetos não tinham maioria e acabavam por atravancar ainda mais o país. Em outubro, o Tribunal de Contas da União recomenda ao Congresso reprovando as contas do governo devido a irregularidades, as chamadas “pedaladas fiscais”⁵. No mesmo mês a oposição entrega a Eduardo Cunha (MDB/RJ) - que estava sendo investigado e viria a ser condenado por corrupção passiva e lavagem de dinheiro - o pedido de *impeachment* da presidenta Dilma, tendo como autores os juristas Hélio Bicudo e Miguel Reale Júnior e pela advogada Janáina Paschoal.

Em 02 dezembro, após a bancada petista votar a favor da continuidade do processo contra Eduardo Cunha no Conselho de Ética, o então Presidente da Câmara, autoriza a abertura do processo de *impeachment*. “*Impeachment*” se tornou a nova palavra sensação e se evidenciava que a política só se desdobrava como assunto do momento. Circulava pela internet uma anedota que dizia: “O Brasil é melhor que House of Cards”, em referência ao seriado norte-americano, produzido pela Netflix, sobre a ascensão e queda de Frank Underwood na Casa Branca. O seriado ficou famoso por viradas de roteiro envolvendo políticos e corrupção. A realidade política do Brasil estava competindo com a ficção, no quesito *plot twist*, e estava vencendo. Após muitas idas e vindas burocráticas, o processo de *impeachment* chega ao momento de votação.

17 de abril de 2016. Após três dias de sessão, a presidenta Dilma Rousseff foi julgada pela Câmara dos Deputados por crime de responsabilidade, representado pelas “pedaladas fiscais”. Nesse ponto uma rápida digressão. As relações interpessoais que estavam cindidas no período eleitoral continuaram se intensificando. Os apoiadores a não concretização do *impeachment* eram compostos, majoritariamente, por apoiadores desde a eleição. Os movimentos sociais estiveram protagonizando parte da defesa à presidenta por inúmeros motivos, mas a saída da pobreza e o avanço na

⁵ Nome dado a manobra contábil realizada pelo Poder Executivo para cumprir as metas fiscais. Tal ação faz parecer existir um equilíbrio fiscal entre gastos e despesas nas contas públicas.

garantia de direitos, que descobriríamos não estar tão garantidos assim, eram os mais citados.

Garantir direitos tornou-se vital porque três novas palavras irrompem de forma potente e violenta, o “discurso de ódio”. No intercurso de todo esse processo, o Facebook, que figurou na fundamentação do PSDB para recontagem dos votos, tornou-se um campo de batalha para que esquerdistas e direitistas se digladiassem. As relações interpessoais se cristalizaram em castas e passou a valer “ou se está comigo ou contra mim”. Chegamos ao dia da votação, uns com a certeza do *impeachment*, outros relutantes, porém esperançosos que o Congresso não consideraria Dilma culpada por crime de responsabilidade pelas “pedaladas fiscais”.

A votação na Câmara dos Deputados entrará para história como um de nossos eventos políticos mais ultrajantes. Transmitida ao vivo pelos principais canais de televisão, assim como na internet, o Brasil parou num domingo para assistir ao jogo político ser feito. A Rede Globo de Televisão transmitiu quase 500 minutos sem interrupções, configurando um tempo recorde, mais até do que durante a cobertura do 11 de Setembro, em 2001 (Mendonça, 2016). Nas telas, assistíamos a cenas estarrecedoras.

A realização de cada voto vinha acompanhada ou constituía-se por dedicatórias, declarações e/ou ofensas. À época a votação foi tão sinistra que logo busquei a transcrição de todos os votos, imaginando que um dia poderiam ser úteis. Deus, a família/familiares, a religião e o cumprimento de um acordo interno do partido foram justificativas bastante usadas, como pelo deputado Hiran Gonçalves (PP/RR): “Sr. Presidente, meu querido Brasil, pela minha família; pelos que me fizeram chegar até aqui; pelos médicos do Brasil, para que sejam respeitados pelo próximo governo; pelos maçons do Brasil e pelo bem do povo brasileiro, eu voto sim, Sr. Presidente.”; ou o voto do deputado Delegado Waldir (PR/GO): “Pátria amada, Pátria amada, seu filho Delegado Waldir não foge à luta. Por ti, Goiânia querida, por ti, Goiás, pelo meu País, por Deus, por minha família, pelas famílias e pelas pessoas de bem, o meu voto é sim. Fora Dilma! Fora Lula! Fora PT!”.

Em seu voto, o deputado Pastor Marcos Feliciano (PSC/SP) profere: “Com a ajuda de Deus, pela minha família, pelo povo brasileiro, pelos evangélicos da Nação toda, pelos meninos do MBL, pelo Vem Pra Rua Brasil – dizendo que o Olavo tem razão, Sr. Presidente, dizendo tchau para essa querida e para o PT, Partido das Trevas –, eu voto sim ao impeachment, Sr. Presidente!”. O Deputado Cabo Sabino (PR/CE) justifica: “Presidenta Dilma, V.Exa. está sentindo o que 10 milhões de brasileiros sentiram quando receberam o aviso prévio de perda dos seus empregos. V.Exa. também está perdendo o seu emprego. Tchau, querida, não precisa voltar! Eu voto sim”.

O voto do então deputado Jair Bolsonaro (PSC/RJ) foi um dos mais impactantes, gerando vaias e aplausos: “Neste dia de glória para o povo brasileiro, um nome entrará para a história nesta data pela forma como conduziu os trabalhos desta Casa: Parabéns, Presidente Eduardo Cunha! Perderam em 1964. Perderam agora em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula, que o PT nunca teve... Contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra a Folha de São Paulo, pela memória do Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff! Pelo Exército de Caxias, pelas nossas Forças Armadas, por um Brasil acima de tudo, e por Deus acima de todos, o meu voto é sim!”.

A sensação era nítida, a votação, assim como todo o processo, caracterizava-se por uma performance. Os deputados falavam para seus eleitores e pares, se utilizavam de pautas e palavras de apelo popular, como o desemprego e “ideologia de gênero”, e utilizavam o Deus cristão e a família de bem como fundamento ético de seus proferimentos.

Os votos contrários ao *impeachment* se alinhavam à defesa da democracia, a não existência de crime de responsabilidade e pautas relativas a populações tornadas minoria. Dos votos contrários, talvez, o do Deputado Jean Wyllys (PSOL/RJ) foi dos que mais se destacou: “Em primeiro lugar, eu quero dizer que eu estou constrangido de participar dessa farsa sexista, dessa eleição indireta, conduzida por um ladrão, urdida por um traidor, conspirador, apoiada por torturados, covardes, analfabetos políticos e vendidos. Em nome dos direitos da população LGBT, do povo negro

exterminado nas periferias, dos trabalhadores da cultura, dos sem-teto, dos sem-terra, eu voto não ao golpe. E durmam com essa, canalhas!”.

Ao se dirigir para votar o Deputado alega ter sido provocado pelo então Dep. Jair Bolsonaro. Este teria lhe lançado as frases “Agora vai o que queima a rosca, agora vai a bichinha, agora vai a franguinha”⁶. Em resposta Jean cuspiu na direção de Bolsonaro. Muitos e muitas tomaram a cuspada como um ato no qual Jean os representava, cuspendo na cara da homofobia institucionalizada.

O voto de Jean nos permite, também, olhar para como todo o processo de *impeachment* esteve, abundantemente, marcado pela misoginia sobre a Presidenta Dilma. Redes sociais e noticiários perpetravam intenso ataque à primeira mulher eleita democraticamente presidenta do Brasil, um recurso comum foi criar para Dilma a aura de “mulher desequilibrada”.

A ideia de que se tratava de uma mulher perdendo o controle, incapaz de reagir com sensatez à crise política, atravessou todos os registros e esteve presente em maior medida do que outras abordagens na mídia empresarial. O conteúdo sexualmente violento ganhava espaço na internet ao mesmo tempo em que a violência de gênero se expressava na mídia empresarial pela estigmatização de Rousseff e das mulheres como não capazes de atuação na política, sobretudo em contexto de crise. Nas redes sociais, as imagens que circularam em meme confirmavam que o espectro dos estereótipos aceitáveis se alargava (Biroli, 2018, p. 80).

O modo escolhido pelos parlamentares para votar varia de vergonhoso a criminoso. Quase nenhuma citação à motivação concreta da sessão - o crime de responsabilidade -, a enunciação de discursos de ódio e declarações de enaltecimento a torturadores, aquele que torturou Dilma Rousseff inclusive, Cel. Carlos Alberto Brilhante Ustra. A transmissão, o áudio, a cena, a performance tinham em seu contorno a concretude da corrupção e eram preenchidas com a fluidez de um surrealismo malcriado e mal-educado. “Como chegamos a este nível? Só podia ser no Brasil!” era, talvez, um dos comentários mais usuais à época.

⁶ Congresso em Foco (2016). *Jean Wyllys enfrentou “corredor polonês” ao votar contra o impeachment, diz Luiz Sérgio*. Recuperado de <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/jean-wyllys-enfrentou-“corredor-polones”-ao-votar-contr-o-impeachment-diz-luiz-sergio/>.

Somente a caráter de curiosidade, informações sobre os deputados foram agregadas por Renata Mendonça (2016). A jornalista nos disponibiliza dados como: 1) apenas 73 representantes que foram eleitos pelo voto direto de seus eleitores, os demais 440 ocupam o parlamento em razão do quociente eleitoral e o quociente partidário, onde basicamente legendas partidárias com muitos votos “puxam” candidatos não eleitos; 2) Dos 513 deputados, 273 são citados em ocorrências na Justiça ou em Tribunais de Contas, ou seja, 53% da Câmara está respondendo a algum processo judicial, variando de acusações de crimes eleitorais a de corrupção ou má gestão do dinheiro público; e 3) O Congresso não é representativo. Em pesquisa da própria Câmara dos Deputados, 80% dos eleitos eram homens brancos; 15,8% se declarou pardos e 4,1% pretos; as mulheres compõem 10% da Casa; nenhum índio ocupava cadeira na Câmara. Uma discrepância evidente, visto que, segundo o IBGE, somos em 54% de negros e 51% de mulheres. Vale apontar que o primeiro banheiro feminino no plenário do Senado só passou a existir em 2016, fato um tanto quanto simbólico acerca da presença feminina na esfera política brasileira⁷.

A denúncia foi admitida e o parecer sobre a Presidenta encaminhado ao Senado Federal. Em 12 de maio de 2016, o Senado abre o processo de *impeachment* e afasta provisoriamente a presidenta Dilma Rousseff. No mesmo dia, seu vice, Michel Temer (MDB/SP), assume a presidência do Brasil e anuncia seu ministério, o qual chamou atenção por ser formado por 22 homens brancos.

A ascensão de Temer ao cargo máximo do Poder Executivo teve efeitos catastróficos imediatos em muitos sentidos, mas irei destacar a destrutividade em três campos, nos quais esta pesquisa é tocada, no campo dos Direitos Humanos, da Ciência e da Educação. No dia em que toma posse o então presidente corta dez ministérios (a exemplo do Ministério do Trabalho e da Previdência Social) e funde as pastas de Comunicações à Ciência e Tecnologia, Desenvolvimento Agrário ao Desenvolvimento Social, Portos e Aviação Civil ao Ministério dos Transportes, Cultura à Educação, e

⁷ Senado Federal (2016). *Bancada Feminina do Senado conquista direito a banheiro feminino no Plenário*. Recuperado de <https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/comum/bancada-feminina-do-senado-conquista-direito-a-banheiro-feminino-no-plenario>.

Mulheres, Igualdade Racial, Juventude e Direitos Humanos, colocando-as submetidas ao Ministério da Justiça (Medida Provisória nº 726, 2016).

A reforma ministerial foi apenas o começo de uma série de ações das quais vale citar: o congelamento do orçamento público por 20 anos (Emenda Constitucional n. 95, 2016), a Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467, 2017), a intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro (Decreto nº 9.288, 2018), a reforma do ensino médio (Lei nº 13.415, 2017).

No intercurso do mandato de Temer outras tantas ações relevantes ocorreram, mas uma das, se não a mais, foi em 12 de julho 2017 quando o juiz Sergio Moro, da Lava Jato, condenou o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva a 9 anos e meio de prisão por corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Lula começaria, então, uma longa jornada burocrática, levando o processo a todas as instâncias possíveis na tentativa de provar-se inocente.

Uma notícia começaria a se fazer cada vez mais presente no cotidiano das pessoas ligadas à Universidade: cortes de orçamento para Educação/CAPES. Dois secretários de Programas de Pós me verbalizaram que bastava sair uma notícia e os telefones começavam a tocar. Como um dos que estava do outro lado da linha, o medo da perda da bolsa era elevado. Casos de pesquisadores que estavam/estão sustentando suas famílias com a bolsa não são raros. Contudo, após a repetição constante da frase “Quem já tem não vai perder”, os cortes foram acontecendo - e foi havendo resistência, deixo negrito - e fomos adentrando ao campo das incertezas, esperando que tudo se resolvesse antes da bolsa acabar.

Se não ficou evidente, estou, sim, afirmando considerar que o senso de coletividade política entre pesquisadores é algo que precisa ser trabalhado - descoberto por uns, exercitado por outros. No que lhe cabe, o Estado brasileiro é, de modo apartidário, contrário a educação. Lula (PT) bloqueou cerca de R\$ 2,34 bilhões do orçamento da

educação em 2010⁸; Dilma (PT), por sua vez, cortou R\$ 9,4 bilhões da educação, no ano que seu slogan era: “Brasil, pátria educadora”⁹.

Michel Temer, no seu Ofício nº 245/2018-GAB/PR/CAPES, faz acontecer a suspensão do pagamento de todos os bolsistas de mestrado, doutorado e pós-doutorado a partir de agosto de 2019; suspensão dos pagamentos de 105 mil bolsistas a partir de agosto de 2019 da Formação dos Profissionais da Educação Básica; e a interrupção do funcionamento do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) e dos mestrados profissionais do Programa de Mestrado Profissional para Qualificação de Professores da Rede Pública de Educação Básica (ProEB), com a suspensão dos pagamentos a partir de agosto de 2019.

E a população? Em meus círculos as perguntas “como você está?” e “tudo bem?” viraram tema de piada constante. O sentimento compartilhado de que estávamos no limite de nossas forças e que nada estava bem e que as coisas não paravam de piorar. Foi significativo quando na paralisação dos caminhoneiros¹⁰, Recife estava um caos *sui generis* - assim como todo o Brasil - de trânsito, filas e falta de abastecimento, quando, após uma sessão de análise, me passou: 2018 é o ano do colapso social! Ainda era maio.

Houve Copa do Mundo de futebol, entre junho e julho de 2018, na Rússia. Segundo o Instituto de Pesquisas Datafolha¹¹, 53% dos brasileiros não tinham interesse pela competição. Uma circunstância singular para o Brasil, visto que muitas identidades se constituem atravessadas pelo esporte, ainda mais quando na sua expressão colossal de Copa do Mundo. “Eu não gosto de futebol, mas gosto da copa”, expressão

⁸ *O Globo* (2010). Lula sobre Orçamento: não foi apenas a educação que sofreu corte. Recuperado de <https://oglobo.globo.com/economia/lula-sobre-orcamento-nao-foi- apenas-educacao-que-sofreu-corte-3000499>.

⁹ Fonseca, M. da (2019). *Governos de Dilma e Temer também cortaram verbas da educação*. Retirado de https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2019/05/15/interna_politica,1054070/governos-de-dilma-e-temer-tambem-cortaram-verbas-da-educacao.shtml.

¹⁰ *BBC News Brasil* (2018). Greve dos caminhoneiros: a cronologia dos 10 dias que pararam o Brasil. Recuperado de <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44302137>.

¹¹ *Instituto Data Folha* (2018). Maioria não tem interesse por Copa. Recuperado de <https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2018/06/1971639-maioria-nao-tem-interesse-por-copa.shtml>.

comum em muitos lugares. Pois é, não havia ânimo na população, ruas não foram pintadas, bandeirinhas não foram penduradas, pulmões não foram inflados.

Tentava-se seguir a vida como possível. Pesquisadores, pesquisando; vendedores, vendendo (cada vez menos); desempregados, aceitando leis trabalhistas flexíveis, ou se tornando Uber. Isso para uma parcela mais classe média, claro. Outra parcela estava sendo assassinada do Oiapoque ao Chuí.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) lança anualmente o Atlas da Violência. Em 2015, registrou-se um total de 59.080 mortes no Brasil¹²; em 2016 foram 62.517, homicídios equivalendo 40,2% do total¹³; 2017 foi marcado por 65.602 homicídios¹⁴. O perfil das vítimas não é surpresa, homens jovens negros com baixa escolaridade. Já o último relatório do sistema de informações estatísticas do sistema penitenciário brasileiro (INFOPEN, 2017), informa que 64% da população carcerária era negra em 2016.

O racismo não é foco do meu estudo, mas não dá para falar do Brasil sem citar que o genocídio da juventude negra é um dado aberrante e marca indelével na nossa constituição histórica como nação; ou sem falar em Marielle Franco, vereadora do Rio de Janeiro, socióloga, feminista, crítica à violência policial, assassinada com três tiros na cabeça e um no pescoço, assim como seu motorista Anderson Pedro Mathias Gomes. No presente momento, em 2019, investiga-se o envolvimento da família do Presidente Jair Bolsonaro (PSL/RJ) com a milícia responsável pelos crimes. A engrenagem que encarcera e/ou assassina pretos e pretas não pode continuar sendo invisibilizada; assim como a questão indígena, nosso genocídio original.

Espero não estar cansando aos olhos leitores, mas considero que estes acontecimentos - e os que virão - como pontos relevantes nessa trama heterogênea

¹² *Atlas da Violência 2017*. (2017). Recuperado de http://www.ipea.gov.br/portal/images/170609_atlas_da_violencia_2017.pdf.

¹³ *Atlas da Violência 2018*. (2018). Recuperado de http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf.

¹⁴ *Atlas da Violência 2019*. (2019). Recuperado de http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf

que constitui este começo de tese. Ah! Toda essa descrição, diz respeito, a fatos e versões ocorridos num espaço de tempo bastante curto. O que trago a seguir se passa no meu último semestre do tempo regulamentar do doutorado, 2018.2. Uma tese precisava ser/estar escrita e o país colapsava, pegava fogo, ruía. Hoje, encontro-me 8 meses à frente.

Apesar do spoiler sobre quem é nosso atual presidente dois parágrafos atrás, vamos desenvolver uma versão sobre as eleições de 2018. Recapitulando: 1) país dividido desde Dilma x Aécio; 2) Lula com prisão decretada e dizendo em alto e bom som que é, sim, o candidato do PT; 3) A Lava Jato - e a pessoa de Sergio Moro - tornam-se o ideário da justiça imparcial contra tudo.

O último personagem, que não chegou agora, esteve sempre aqui é Jair Messias Bolsonaro, um militar da reserva, deputado federal por 11 mandatos (1991-2018). No início dos anos 2000, ele tornou-se também uma subcelebridade pop, aparecendo com frequência em programas televisivos por sua irreverência e autenticidade por “falar o que quiser”. A inexistência de filtro deve, realmente, tornar alguém atraente para redes de televisão que sobrevivem do absurdo. Seus posicionamentos extremistas o tornaram conhecido por todas as parcelas da população - seja pelo choque, seja pela anuência - e ao longo dos anos ele foi angariando fãs, inclusive se comunicando diretamente e diariamente com eles pelo Twitter.

Com a aproximação das eleições, percebeu-se que Bolsonaro possuía muitos apoiadores não anunciados, fazendo com que a parcela que lhe considerava uma possibilidade fosse maior. Lula era primeiro nas pesquisas, mas estava preso e tentando concorrer mesmo assim, enquanto Bolsonaro subia como segunda opção e a cada semana a diferença entre os pontos percentuais para mais ou para menos, diminuía. A tensão no Brasil eleitoral de 2018 poderia ser cortada com faca de tão desconfortável que estava conviver com a diferença tornada inimiga. Perguntar a intenção de voto de alguém era algo com possibilidades catastróficas para os vínculos.

Nesse ponto emerge aquilo que deveria ser considerado o maior fenômeno eleitoral, o atravessamento: “Fake News” + “Redes sociais”. Uma grande questão se colocava a todos e todas: o que é verdade? Facebook, Twitter, Instagram, YouTube e WhatsApp formam uma rede que interconecta bilhões de pessoas; e se algo é verdade para você, essas plataformas lhe inspiram: por que não semear a verdade para mais pessoas? O fenômeno das notícias falsas compartilhadas até ganharem status de verdade foi batizado de “pós-verdade” e hoje tem sua influência percebida no mundo inteiro, como por exemplo, no Brexit, referendo da saída do Reino Unido da União Europeia em 2016; e na eleição estadunidense na qual Donald Trump venceu Hilary Clinton¹⁵.

Pós-verdade foi eleita a palavra do ano de 2016. Segundo o Dicionário Oxford, definida como adjetivo “relativo a ou que denota circunstâncias nas quais fatos objetivos são menos influentes na formação da opinião pública do que apelos à emoção e à crença pessoal”¹⁶. Mostrou-se ser muito complexo e difícil fazer uma política democrática quando os fatos objetivos não têm relevância. Os fatos foram minorados e versões “fake” consideradas válidas e mais influentes na decisão de em quem votar. Inclusive com a chancela do judiciário afirmando que isso faz parte do processo eleitoral, contribuindo para que sua existência e disseminação fossem naturalizadas¹⁷.

A circulação de posts com versões bastante influentes, porém carentes de sustentação factível, foi ostensiva e extensiva. Reportagem d’A Folha de São Paulo¹⁸ traz dados da pesquisa, realizada pela Ideia Big Data, na qual mais de dois terços das pessoas afirmam ter recebido fake news pelo WhatsApp durante a campanha eleitoral. Isso significa que 2 em cada 3 pessoas, 67%, receberam informações em desalinho com a realidade que compartilhávamos; 14% afirmam ter compartilhado

¹⁵ *BBC News Brasil* (2016). Como Trump e o Brexit ajudaram a cunhar a 'palavra do ano' escolhida pelo dicionário Oxford. Recuperado de <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-37998165>.

¹⁶ Recuperado de <https://www.lexico.com/en/word-of-the-year-2016>.

¹⁷ Boehm, C. (2019). Toffoli diz que fake news já fazem parte do processo eleitoral no país. *Agência Brasil*. Recuperado de <http://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2019-05/toffoli-diz-que-fake-news-ja-fazem-parte-do-processo-eleitoral-no-pais>.

¹⁸ *Folha de São Paulo* (2019). 2 em cada 3 receberam fake news nas últimas eleições, aponta pesquisa. Recuperado de <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/05/2-em-cada-3-receberam-fake-news-nas-ultimas-eleicoes-aponta-pesquisa.shtml>.

fake news de conteúdo político na campanha presidencial de 2018; 44% dizem não ter feito e 42% nem concordam, nem discordam da afirmação de que teriam recebido fake news.

Convenhamos, os dados nos possibilitam ver o descortinar de uma matemática inaudita. 67% são agentes passivos no recebimento e apenas 14% atuaram como agentes ativos na disseminação. A jornalista da BBC Juliana Gragnani, acompanhou 272 grupos de WhatsApp no período anterior à eleição. Seus achados foram:

- Muita desinformação, como imagens no contexto errado, áudios com teorias conspiratórias, fotos manipuladas, pesquisas falsas
- Ataques à imprensa tradicional, como capas falsas de revistas e falsa "checagem" de notícias que, de fato, eram verdadeiras
- Imagens que fomentam o ódio a LGBTs e ao feminismo
- Uma "guerra cultural" organizada, com ataques sistematizados a artistas em redes sociais
- Áudios e vídeos de gente comum ou de gente que se passa por gente comum, mas com identidade desconhecida, dando motivos para votar em um candidato (Gragnani, 2018, parágrafo 5, aspas da autora).

A jornalista informa que quase todas as informações falsas compartilhadas já haviam sido checadas pela imprensa ou órgãos de checagem de fatos; e acrescenta, bastava uma busca sobre o assunto e a imprecisão acerca do tópico seria sanada. Como resultado de sua incursão em grupos de WhatsApp, os grupos bolsonaristas se destacaram na produção e uso do recurso, mas os grupos petistas padecem do mesmo mal, ainda que em menor número.

A pós-verdade também chegou até nós, pesquisadores e intelectuais. Com a irrefutável precarização da educação e do país atuando sobre nossos corpos e nossos sentidos, somos cientistas obrigados a lidar com a imprevisibilidade completa. Some-se a isso, um ataque severo a nossos objetos/temas/teorias/metodologias. O movimento antivacinação é mesmo que um tiro nos estudiosos da saúde. Em 2019 tem expressão um movimento que não acredita em vacinas, casos de sarampo e ebola que estavam controladas há anos, ressurgiram. Isso fez com que a Organização

Mundial de Saúde (OMS) colocasse o movimento antivacinação na lista dos dez maiores riscos à saúde¹⁹.

O planeta também está sob alerta. Não sobre como sobreviveremos num planeta de plástico, concreto, alumínio e algoritmo, mais sim, se a Terra é plana ou redonda. Nicolau Copérnico (1473-1543) já nos comprovou o caráter esférico da Terra, assim como, que não somos centro do universo. Galileu Galilei (1564-1642) foi perseguido e morto pela Santa Igreja Católica por ratificar as proposições de Copérnico. O universo exerce o fascínio do desconhecido, mas do século XV até hoje já desbravamos galáxia a fora e já tiramos até a foto de um buraco negro²⁰. Desse modo, é prodigioso existir uma conta no Facebook cujo nome é “A terra é plana” com 77 mil membros²¹; a consideração de que pode se tratar de uma anedota é no mínimo ingenuidade. Pesquisa do Instituto Data Folha sobre o formato do planeta Terra, trouxe como constatação que 7% dos brasileiros, cerca de 11 milhões de pessoas acreditam que a Terra é plana²².

Contudo, o exemplo que mais me toca é o conceito de gênero. A “família tradicional brasileira” tem absoluto pavor ao poder que o gênero possui e trabalha arduamente para criminalizar um conjunto heterogêneo de estudos sob alcunha de “ideologia de gênero”. O termo foi difundido insidiosamente pela Igreja Católica desde a V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe (Celam) de 2007, conhecido como “Documento de Aparecida” (Miskolci & Campana, 2017).

A “ideologia de gênero” seria um plano comunista-esquerdista-feminista-gayzista cujo principal alvo são as crianças brasileiras²³. Em nome de suas integridades, na última década, projetos de lei foram escrutinados para que menções a gênero fossem

¹⁹ *O Globo* (2019). Movimento antivacina é incluído na lista de dez maiores ameaças à saúde em 2019. Recuperado de <https://oglobo.globo.com/sociedade/saude/movimento-antivacina-incluido-na-lista-de-dez-maiores-ameacas-saude-em-2019-23413227>.

²⁰ *Galileu* (2019). Foto de um buraco negro é revelada pela primeira vez na história. Recuperado de <https://revistagalileu.globo.com/Ciencia/Espaco/noticia/2019/04/foto-de-um-buraco-negro-e-revelada-pela-primeira-vez-na-historia.html>.

²¹ Alvim, M. (2017). Quem são e o que pensam os brasileiros que acreditam que a Terra é plana. *BBC*. Recuperado de <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-41261724>.

²² Garcia, R. (2019). 7% dos brasileiros afirmam que Terra é plana, mostra pesquisa. *Folha de São Paulo*. Recuperado de <https://folha.com/2c8uj9m5>.

²³ Engel, J. (2015). *Teoria de Gênero, desconstrução cultural e ditadura gay*. Recuperado de <http://www.gospelprime.com.br/teoria-de-genero-desconstrucao-cultural-e-ditadura-gay/>.

retiradas, assim como, surgiram proposições com intuito de impedir/criminalizar seu ensino. Naara Luna (2017), a partir de levantamento de proposições legislativas e de discursos usando o mecanismo de busca do portal da Câmara, revela que os parlamentares estão mobilizados de forma intensa e contrária às reivindicações dos movimentos LGBT e conclui:

Alguns sujeitos importam e outros não. A negação da possibilidade de existência diversa reafirma o lugar privilegiado em termos morais que pretendem os agentes dessa mobilização conservadora a ponto de se propor não apenas excluir, mas até criminalizar a “ideologia de gênero” . . . ao analisar a maioria dos discursos e de proposições levantados contrários à diversidade sexual, percebe-se essa perspectiva que marginaliza sujeitos que não se enquadram na norma e promovem a descontinuidade na sequência sexo/gênero/sexualidade: eles devem ser postos à margem da cidadania e suas reivindicações devem ser obliteradas em função da defesa de um modelo de família hegemônico que se pretende o único legítimo. Em nome da preservação da família, disseminam-se pânicos morais. Essas são armas de mobilização da opinião pública contra a diversidade de expressão da liberdade sexual (Luna, 2017, p. 41, aspas da autora).

Falando em pânico moral, não dá para não citar a vinda de Judith Butler ao Brasil. A autora foi hostilizada ao longo de toda sua permanência, perseguida, chamada de bruxa e queimada na figura de uma boneca. O embasamento, dessa falta de traquejo coletivo, é de que dela provém a teoria que “ensina que um menino pode se tornar uma menina”²⁴. Um exemplo perfeito de desonestidade intelectual que por mais que fosse explicado detalhadamente não passa de um fato objetivo pouco influente. A pós-verdade nos deixou pouco influentes no que concerne à autoridade em nossos campos de estudo.

Butler escreveu à Folha de São Paulo²⁵ de forma bem didática e compreensível - uma boa ajuda para quem está lendo “Problemas de Gênero” - sobre sua teoria e seus conceitos. Destaco duas afirmações da autora. Primeiro, liberdade não é NUNCA a liberdade para fazer o mal. Segundo, “Quando violência e ódio se tornam instrumentos da política e da moral religiosa, então a democracia é ameaçada por

²⁴ Betim, F. (2017). As vozes da pequena grande batalha do Sesc Pompeia. *El País Brasil*.

Recuperado de https://brasil.elpais.com/brasil/2017/11/07/politica/1510085652_717856.html.

²⁵ Butler, J. (2015). Judith Butler escreve sobre sua teoria de gênero e o ataque sofrido no Brasil.

Folha de São Paulo. Recuperado de <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/11/1936103-judith-butler-escreve-sobre-o-fantasma-do-genero-e-o-ataque-sofrido-no-brasil.shtml>

aqueles que pretendem rasgar o tecido social, punir as diferenças e sabotar os vínculos sociais necessários para sustentar nossa convivência aqui na Terra”. Butler, escolhe certeira as palavras “violência” e “ódio” para se referir aos acontecimentos de 2015. Em 2018, em meio à eleição presidencial, ela nos mandou um recado: “Resistir ainda é uma opção”²⁶.

Em agosto de 2018, os Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiram, por 6 votos a 1, impugnar o registro da candidatura de Lula. Sendo assim, Fernando Haddad (PT) e Manuela D’Ávila (PCdoB) foram lançados oficialmente como candidatos e se tornaram a 2ª chapa na intenção de votos. Os opositores a Bolsonaro esperavam pelos momentos dos debates, visto que a oratória e a articulação de ideias eram, sabidamente, por sua exposição midiática, predados ausentes. Contudo, após o primeiro debate, em 6 de setembro de 2018, o candidato sofre um atentado na forma de uma facada no abdômen enquanto fazia campanha eleitoral em Juiz de Fora, Minas Gerais. Bolsonaro teve hemorragia e precisou de uma laparotomia exploratória, cujo tempo mínimo de recuperação era de dois meses.

Este caso, as Fake News²⁷, assim como boa parte que envolve a política brasileira, estão sob investigação policial. Atualmente, junho de 2019, indo de encontro a teorias conspiratórias do período eleitoral, afirma-se que a facada foi real e que seu autor é portador de Transtorno Delirante Persistente, sendo inimputável²⁸

Nessa efervescência violenta, Jair Bolsonaro ficou impossibilitado de ir aos debates. Sem o favorito para discutir com o segundo favorito, os debates tornaram-se momentos de entretenimento obscuro. Assistia-se não para decidir o voto, mas sim para ver qual candidato seria mais memetizado²⁹. Por outro lado, Bolsonaro mesmo

²⁶ Quatel, L. (2018). “A resistência ainda é uma opção”, diz Judith Butler sobre Bolsonaro. *VICE*. Recuperado de https://www.vice.com/pt_br/article/yw989g/a-resistencia-ainda-e-uma-opcao-diz-judith-butler-sobre-bolsonaro.

²⁷ Almeida, A., Góes, B. & Portinari, N. (2019). Congresso deve ter CPI mista para investigar fake news nas eleições. *O Globo*. Recuperado de <https://oglobo.globo.com/brasil/congresso-deve-ter-cpi-mista-para-investigar-fake-news-nas-eleicoes-23725369>.

²⁸ *Folha de São Paulo* (2019). Juiz decide que Adélio Bispo tem transtorno mental e é inimputável. Recuperado de <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/05/juiz-decide-que-adelio-bispo-tem-transtorno-mental-e-e-inimputavel.shtml>.

²⁹ Meme: termo utilizado, principalmente no contexto da internet, referindo-se ao fenômeno de “viralização” de uma informação. Qualquer produção em vídeo, imagem, frase, ideia, música etc.,

com recomendações médicas de descanso as quais ele seguia com veemência, deu entrevistas e fez transmissões ao vivo em seus canais do YouTube e FaceBook, falando livremente, divulgando Fake News sem ser confrontado.

Se esta tese foi aprovada, publicada e você está lendo ela do futuro, talvez você não saiba por que Bolsonaro causava tanto medo em 2018. Bolsonaro, um famoso “boca-solta”, um homem “autêntico”, esta foi a imagem que ele criou no ideário popular. A autenticidade de Bolsonaro se alicerçava na expressão pública (Câmara dos Deputados, mídias, posts pessoais) de que:

“Somos um país cristão. Não existe essa historinha de Estado laico, não. O Estado é cristão. Vamos fazer o Brasil para as majorias. As minorias têm que se curvar às majorias. As minorias se adequam ou simplesmente desaparecem” (2017)

“Eu jamais ia estuprar você porque você não merece” (2003 e 2014)

“O erro da ditadura foi torturar e não matar” (2008 e 2016)

“Quem usa cota, no meu entender, está assinando embaixo que é incompetente. Eu não entraria num avião pilotado por um cotista. Nem aceitaria ser operado por um médico cotista” (2011)

“Isso não pode continuar existindo. Tudo é coitadismo. Coitado do negro, coitado da mulher, coitado do gay, coitado do nordestino, coitado do piauiense. Vamos acabar com isso” (2018)

“O cara vem pedir dinheiro para mim para ajudar os aidéticos. A maioria é por compartilhamento de seringa ou homossexualismo. Não vou ajudar porra nenhuma! Vou ajudar o garoto que é decente” (2011)

“O filho começa a ficar assim meio gayzinho, leva um couro, ele muda o comportamento dele. Tá certo?” (2010)

“Por isso o cara paga menos para a mulher (porque ela engravida)” (2014)

“Morreram poucos. A PM tinha que ter matado mil” (1992)

“[O policial] entra, resolve o problema e, se matar 10, 15 ou 20, com 10 ou 30 tiros cada um, ele tem que ser condecorado, e não processado” (2018)³⁰

que se espalhe rapidamente e alcance muita popularidade entre os usuários. Recuperado de <https://www.significados.com.br/meme/>.

³⁰ Carta Capital (2018). Bolsonaro em 25 frases polêmicas. Recuperado de <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-em-25-frases-polemicas/>.

Com a possibilidade de ter o país governado pelo emissor de tamanhas selvagerias, desumanidades e truculências - considerando as solapadas diárias desde 2013 -, o sentimento era de aniquilação iminente. Iminente mesmo, duas amigas negras foram hostilizadas na rua de suas casas, chamadas de macacas e avisadas que em 1º de janeiro elas iriam morrer. Notícias e Fake News se digladiavam com notícias de pessoas agredidas, mortas, vídeos de ameaças a negros, gays, nordestinos... Poucas pessoas devem ter experienciado a sensação “segurança” no Brasil nesse período (e olhe que muitos já não sentem cotidianamente).

Uma das coisas que mais fiz nos últimos anos foi ver entrevistas e palestras sobre temas variados, mas na época eleitoral me fixei nas análises políticas. Quando me deparei com a cientista social Esther Solano Gallego (2018), que publicara sua pesquisa sobre a direita brasileira, como alguém definitivamente ignorante no quesito, mas curioso, me coloquei disponível a ouvir como pensavam essas pessoas. Minha percepção sobre elas era cristalina: elas eram burras, ignorantes e fascistas.

A questão que se interpunha a mim era: como elas podem não sentir o medo tangível? A autora supracitada me possibilitou um deslocamento para entender que os bolsonaristas também estavam aterrorizados de medo. Como vimos 2 de cada 3 pessoas receberam fake news e, hoje, consigo empatizar com aqueles e aquelas que receberam incontáveis notícias sobre “mamadeira de piroca”, “kit gay” ou “legalização da pedofilia”. Repetir até ser verdade e criar medo com o absurdo. O medo deles foi canalizado para o ódio: “acabar tudo que tá aí” que permite que esses absurdos aconteçam. O alvo foi o PT e Lula, o partido já não tinha boa imagem por ser o Governo vigente, a persona estava presa. O foco era retirá-los de vez, inclusive por fuzilamento³¹.

Por isso, o 2º turno entre Bolsonaro e Haddad foi tão devastador, é como se o Brasil estivesse na expressão última da palavra “polarização”. Mas houve resistência! Uma campanha nacional, até onde se sabe, espontânea no Instagram de um perfil

³¹ Ribeiro, J. (2018). “Vamos fuzilar a petralhada”, diz Bolsonaro em campanha no Acre. *Exame*. Recuperado de <https://exame.abril.com.br/brasil/vamos-fuzilar-a-petralhada-diz-bolsonaro-em-campanha-no-acre/>.

chamado @viravoto publicou relatos de pessoas que votaram em Bolsonaro no 1º turno, mas mudaram seu voto para Haddad depois de conversarem com alguém. De onde vejo, esse é um momento, genuinamente, belo. Com apoio de mídias sociais, o Movimento #viravoto ganhava mais e mais adeptos e encorajadores. Pessoas se colocaram nas ruas para conversar com os indecisos, tirar dúvidas, apresentar argumentos, dialogar.

Aas cidades onde se registrou mais reversão de votos foram, Recife-PE, Jaboatão dos Guararapes-PE, Aracaju-SE, Olinda-PE e Mossoró-RN³². Percebam, estamos falando somente de Nordeste e da Região Metropolitana do Recife. Fernando Haddad venceu em todos os estados do Nordeste, em 98,6% das cidades³³.

Em 28 de outubro de 2018, 57.797.847 milhões de votos válidos fizeram de Jair Bolsonaro o 38º Presidente da República Federativa do Brasil. Um fenômeno digno de nota sobre sua vitória, ele teve 39,2% de todos os votos, Haddad ficou com 32%, significando em matemática simples 71,2% de eleitores. Quase um terço, 28,8%, votou branco, nulo ou não compareceu para votar³⁴, fazendo concretizar pelo não voto, o voto a nenhum dos dois candidatos.

Uma vez declarada a vitória oficial, dois amigos com quem vivi esse momento começaram a chorar. Particularmente, eu nunca achei que tivéssemos chance, mas ouvir a contagem dos votos torna a possibilidade num dado de realidade. A única certeza era a incerteza com violência inclusa. Romantizo esse momento pensando que eu estava conectado a milhões de brasileiros, eles sentiam o mesmo que eu. Um sentimento cuja intensidade me impossibilita de nomeá-lo, mas cansaço e decepção estão envolvidos com certeza.

³² Velasco, C. & Gelape, L. (2018). Haddad vira em 1 estado e em 117 cidades; Bolsonaro fatura 25 municípios vencidos pelo PT no 1º turno. *G1*. Recuperado de <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/29/haddad-vira-em-1-estado-e-em-116-cidades-bolsonaro-fatura-25-municipios-vencidos-pelo-pt-no-1o-turno.ghtml>.

³³ Mello, I. (2018). PT mantém força no Nordeste e Haddad vence em 98,6% das cidades. *O Globo*. Recuperado de <https://oglobo.globo.com/brasil/pt-mantem-forca-no-nordeste-haddad-vence-em-986-das-cidades-23194470>.

³⁴ *Congresso em Foco* (2018). Quase um terço dos eleitores não votou nem em Bolsonaro nem em Haddad. Recuperado de <https://congressoemfoco.uol.com.br/eleicoes/quase-um-terco-dos-eleitores-nao-votou-nem-em-bolsonaro-nem-em-haddad/>

Minha mãe me liga. Atuei para que não estivéssemos juntos na hora do resultado, sabia que havia nela uma centelha de esperança e não aguentaria assisti-la no momento do resultado. Ela chora, tornando inaudível muitas de suas palavras e em meio a tentativas de consolo, que só geravam mais lágrimas, ela diz que precisamos começar a articular como me tirar do país, porque agora estava aberta a caça aos veados. Então, ouvindo o medo da minha mãe, a imaginei conectada a milhões de brasileiras que naquele momento sentiam que suas pessoas amadas seriam mortas, aniquiladas pelo Presidente e seus adoradores.

Quis deus, ou a evolução, que o humano tivesse a capacidade de sentir profundo afeto por outrem, a ponto de se importar o suficiente para mandar mensagens de consolo, encorajamento, amor, afeto. Mensagens vindas de amigos, familiares, companheiros de luta, pessoas que se amam se espalharam pelos nossos celulares. Dessa afetação coletiva entre milhões de pessoas cunha-se “Ninguém solta a mão de ninguém”, pactuando desde já uma resistência não identitária, mas afetiva.

Faz-se importantíssimo registrar que nessa mesma eleição registrou-se um aumento de 386,4% nas candidaturas de pessoas abertamente LGBT, em relação as eleições de 2016³⁵. Destaco o caso das JUNTAS (PSOL/PE), proposta de mandato coletivo composto por cinco mulheres feministas, eleitas com 39.175 votos, contando com Robeyoncé Lima, mulher trans e primeira advogada trans do Estado de Pernambuco. Conseguimos conquistar algum espaço no interior do jogo político nacional!

Bolsonaro toma posse em 1º de janeiro de 2019, passando a demarcação de terras indígenas da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) para o Ministério da Agricultura, chefiado por Tereza Cristina (DEM/MS), líder da bancada ruralista. Ainda na primeira semana, Sergio Moro - juiz responsável pela prisão de Lula - foi anunciado como Ministro da Justiça.

³⁵ Quirino, R. (2018). 160 parlamentares LGBTs foram eleitos em 2018. *Observatório G*. Recuperado de <https://observatoriog.bol.uol.com.br/noticias/2018/10/160-parlamentares-lgbts-foram-eleitos-em-2018>.

Escândalos e dramas não pararam de acontecer ao longo dos seis meses de governo envolvendo o Presidente, sua família, seus ministros. Como, por exemplo, quando Bolsonaro sinalizou oficialmente que as Forças Armadas poderiam comemorar 31 de março de 1964, dia que instaurou uma Ditadura Militar no país³⁶. Outro exemplo são os pronunciamentos de Damares Alves, advogada, pastora evangélica e Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (não esquecer que ao criar o Ministério o Presidente retirou a população LGBT das diretrizes dos Direitos Humanos ³⁷).

Damares fala de modo enérgico e sua oratória passa convicção, o Direito e o pastorado exercem forte atuação em sua performance notadamente. Em sua posse como Ministra ela comemora e brinda: “É uma nova era no Brasil: menino veste azul e menina veste rosa”³⁸, seu posicionamento era contra a mítica “ideologia de gênero”; ou quando um vídeo seu foi publicado explicando o porquê a Princesa Elsa, do filme da Disney “Frozen”, é uma tentativa de promover e/ou incentivar a lesbianidade³⁹. Tais polêmicas repercutiram massivamente, mobilizando famosos e anônimos com reações condizentes com o século XXI, ela foi transformada em meme e ridicularizada.

Outra peripécia governamental aconteceu no Ministério da Educação (MEC). Fernando Véllez Rodrigues, teólogo e filósofo, assumiu o Ministério no começo de 2019 e em entrevista à revista Valor Econômico afirmou: “A ideia de universidade para todos não existe”. Segundo o então ministro a universidade deve ser um local reservado à elite intelectual⁴⁰. Não muito depois, o MEC despacha carta oficial

³⁶ Alessi, G. (2019). Bolsonaro escancara cadáver insepulto da ditadura com celebração do golpe. *El País*. Recuperado de

https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/26/politica/1553609505_570456.html.

³⁷ *Diário de Pernambuco* (2019). MP assinada por Bolsonaro retira população LGBT das diretrizes dos Direitos Humanos. Recuperado de

https://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/politica/2019/01/02/interna_politica,772675/mp-assinada-por-bolsonaro-retira-populacao-lgbt-das-diretrizes-dos-dir.shtml.

³⁸ *Globo News* (2019). Azul e rosa: declaração da ministra Damares gera polêmica e crítica nas redes sociais. Recuperado de <http://g1.globo.com/globo-news/jornal-das-dez/videos/v/azul-e-rosa-declaracao-da-ministra-damares-gera-polemica-e-critica-nas-redes-sociais/7275401/>.

³⁹ Soares, I. (2019). Damares diz que princesa Elsa do filme Frozen é lésbica. *Correio Braziliense*. Recuperado de

https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2019/05/13/interna_politica,1053417/damares-diz-que-princesa-elsa-do-filme-frozen-e-lesbica.shtml.

⁴⁰ Passarelli, H. (2019). ‘Ideia de universidade para todos não existe’, diz ministro da Educação.

Valor Econômico. Recuperado de <https://www.valor.com.br/brasil/6088217/ideia-de-universidade-para-todos-nao-existe-diz-ministro-da-educacao>.

sugerindo que discentes sejam gravados bradando o slogan de campanha do Presidente - “Brasil acima de tudo. Deus acima de Todos” - ou entoando o Hino Nacional⁴¹.

Todas as polêmicas contribuíram para que Vélez Rodrigues fosse considerado incompetente para o cargo pela opinião pública, políticos e usuários do Twitter. Hoje para se manter inteirado sobre o país é preciso seguir os políticos no Twitter, principalmente o Presidente que se utiliza da plataforma para gerir o país. De certa forma, hoje, é mais importante que o Diário Oficial.

Foi pelo Twitter que Bolsonaro exonerou Vélez Rodrigues e empossou Abraham Weintraub, economista e professor da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), o qual chegou disposto para trabalhar e anunciou corte de 30% dos orçamentos da Universidade de Brasília (UnB), da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e da Universidade Federal Fluminense (UFF). As instituições não teriam resultados acadêmicos esperados e “balbúrdia” era promovida nos *campi*. Quando confrontados com dados que anulavam seus argumentos, o Ministro estendeu para todas as universidades, de forma isonômica, o agora chamado contingenciamento.

É importante demarcar que o Governo Federal não possui maioria no Parlamento. Assim, a pauta prioritária da Reforma da Previdência não estava tendo celeridade e o modo que o governo encontrou para pressionar foi condicionar o orçamento das Universidades à aprovação da reforma⁴².

E, tendo em vista tudo isso, alguém poderia perguntar: Como está o Brasil? Uma resposta pode ser encontrada no relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) (2018, p. 6):

⁴¹ Dunder, K. (2019). As polêmicas de Ricardo Vélez Rodríguez à frente do MEC. R7. Recuperado de <https://noticias.r7.com/educacao/as-polemicas-de-ricardo-velez-rodriguez-a-frente-do-mec-08042019>.

⁴² *Jornal Nacional* (2019). Ministro diz que pode desbloquear verba das federais se reforma da Previdência for aprovada. Recuperado de <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/05/07/ministro-diz-que-pode-desbloquear-verba-das-federais-se-reforma-da-previdencia-for-aprovada.ghtml>.

. . . o Brasil continua sendo um dos países mais desiguais do mundo. Metade da população tem acesso a 10% do total da renda familiar enquanto a outra metade tem acesso a 90%. Graves desigualdades continuam a colocar mulheres, minorias raciais e jovens em desvantagem. Trabalhadores homens recebem 50% mais do que as mulheres, uma diferença 10% maior do que na média dos países da OCDE. As mulheres também estão mais propensas a desempenhar trabalho informal. A pobreza é alta entre as crianças e o desemprego entre os jovens é mais do que o dobro da média geral. Essas desigualdades tendem a potencializar umas às outras, limitando consideravelmente a capacidade de parte da população de realizar seu potencial produtivo e melhorar de vida.

O último relatório da OCDE fornece uma panorâmica econômica sobre 2018, mas até agora não deve ter havido muitas mudanças, sendo factual que os mais pobres são os mais afetados. Retornamos, ainda, ao Mapa da Fome, segundo relatório da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO)⁴³ e cerca de 14 milhões de lares voltaram a utilizar lenha ou carvão para cozinhar⁴⁴.

Se você chegou até aqui, lhe agradeço por ser testemunha da minha narrativa. Produzi um alinhamento de acontecimentos, escolhendo quais iluminar, tantos outros eventos, detalhes e desdobramentos ficaram obscurecidos. Na internet se encontra com facilidade linhas detalhadas dos acontecimentos dos governos Dilma, Temer e Bolsonaro. A cronologia a qual fabriquei tenta falar sobre a circulação dos afetos nos últimos anos. Os acontecimentos de Brasília eram sentidos em nossos corpos, a degradação era compartilhada. Mas, algumas dúvidas pairam: o que vamos fazer com o impeachment que foi realizado para resolver e não resolveu a situação econômica? O que vamos fazer com a Reforma Trabalhista aprovada para criar 2 milhões de empregos e não chegou nem em um quarto? Essas são questões do presente, do agora que precisam ser debatidas coletivamente. Como? Não sei! Mas precisamos inventar outro projeto, porque neste, tudo que aprovam falha de modo pedante, disfarçado de tentativa.

Mas consigo ver uma beleza em contemplar pessoas desde já, se descobrindo, se dando conta que suas existências são políticas. Outra possibilidade, talvez, só

⁴³ Vargas, A. (2018). A Volta da Fome. *IstoÉ*. Recuperado de <https://istoe.com.br/a-volta-da-fome/>.

⁴⁴ *O Globo* (2019). Um quinto das famílias brasileiras já usa lenha ou carvão para cozinhar. Recuperado de <https://oglobo.globo.com/economia/um-quinto-das-familias-brasileiras-ja-usa-lenha-ou-carvao-para-cozinhar-1-23682555>.

quisesse criar uma história que tocasse em pontos sensíveis de vocês, olhos leitores, para que, agora que vou começar a abordar as dificuldades de escrever a tese, vocês estejam mais predispostos a concordar comigo.

O ponto é: era impossível ser, ao mesmo tempo, sensível e pesquisador. Uma canetada presidencial colocava objetivamente habitantes da população em zona de abjeção. Eu sabia que ia ser difícil terminar a tese no semestre da eleição, mas o Brasil tornou-se o que expressei anteriormente e isso fugia à imaginação de qualquer um.

O doutorado foi a história do agravo da minha saúde mental, sendo fevereiro de 2019 o ponto mais baixo, já nas esferas psiquiátricas. Meu grande medo era não ser capaz de concluir o doutorado que somados à pensamentos autodepreciativos criou a materialidade da incapacidade de produzir. Se os olhos leitores forem de uma pesquisadora curiosa pelo tema ou curiosa pelo título ou de como se faz uma tese, saiba: você não está sozinha nesse cosmo adoecido e adoecedor que é a Academia.

Após alguns muitos suicídios de pós-graduandos⁴⁵, noticiados ou sabidos, colocaram em pauta a questão da saúde mental dos pós-graduandos e hoje já sabemos alguns fatos. A pesquisadora belga Katia Lavecque e suas colaboradoras (2017) reuniram 3.659 doutorandos de universidades flamengas, cujo programa muito se assemelha ao do resto da Europa e Estados Unidos, e quantificou a frequência com que os alunos afirmaram ter experimentado nas últimas semanas algum entre 12 sinais associados ao estresse e, potencialmente, a problemas psiquiátricos (especialmente a depressão). Dentre os doutorandos, 41% se sentiam sobre pressão constante, 30% alegavam se sentir deprimidos ou infelizes e 16% se sentiam inúteis.

No Brasil, pesquisa com 637 pós-graduandos da Universidade de Brasília⁴⁶, 90% relatou ansiedade; 71,6% desânimo; 9,83% afirmou pensar em suicídio com frequência semanal, valor 143 vezes maior que a média de suicídios no Brasil; 29%

⁴⁵ Moraes, F. T. (2017). Suicídio de doutorando da USP levanta questões sobre saúde mental na pós. *Folha da São Paulo*. Recuperado de <https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2017/10/1930625-suicidio-de-doutorando-da-usp-levanta-questoes-sobre-saude-mental-na-pos.shtml>.

⁴⁶ Recuperado de <http://www.anpg.org.br/wp-content/uploads/2018/04/Resumo-question%C3%A1rio-2.0.pdf>.

pensa em deixar a pós-graduação todo dia ou uma vez na semana; 55% dos fatores ligados à desmotivação ligava-se a relações humanas; 16% iniciou o consumo de alguma droga; 10% começou o uso de alguma medicação; 18% aumentou o consumo de álcool ou outra droga; e 6% passou a usar algum psicotrópico.

Comigo, a apropriação da própria loucura foi libertadora (envolvendo uma rede de cuidados [cuide-se!]). Agora poderia retomar a tese. Já existia material escrito, relendo-os é possível ver oscilações nos momentos em que Brasília soltava algum novo gracejo. Então, há coisas extremamente niilistas-pessimistas e outras esperançosas. A ideia é o Bruno de hoje costurar as produções dos vários que fui ao longo dos últimos anos. Não esquecer que esse “hoje” também já é ontem.

Estamos chegando perto do fim dessa etapa. Talvez, em algum momento das últimas páginas você tenha se perguntado “Porque ele escreve assim?” ou tenha percebido que é uma escrita destoante de muitas outras teses.

Um grande entrave no processo de produção deste trabalho esteve ligado ao campo da escrita. “Eu sei o que preciso dizer, mas me faltam as palavras certas”, registrei diversas vezes em meus diários. Inúmeros primeiros parágrafos foram escritos, guardados e abandonados porque não pareciam caber na tese. Diziam, iniciavam, mas não pulsavam em nada.

Não estou de forma alguma prescrevendo que um trabalho científico tenha a obrigação de ser pulsante em qualquer ponto que seja. Aqui, o caso é que ao tentar pensar e escrever de formas mais objetivas e enquadradas, a tese não parecia ser minha, de minha autoria. Nesse sentido, foi preciso gastar um tempo identificando pontos onde eu conseguiria, de algum modo, subverter aquilo que vinha me incomodando, me travando, me impedindo de seguir produzindo.

Um primeiro ponto identificado foi acerca da forma de escrita e divulgação científica. A redação seja pouco, seja excessivamente rebuscada me parece uma forma de ao mesmo tempo mostrar domínio conceitual e confundir o leitor a tal ponto, que ao fim da leitura não seja possível uma evidente compreensão. Os rígidos

códigos acadêmicos, com seus *Qualis*, os quais exigem esta prolixidade e sinuosidade configuram-se como produção histórica e, principalmente, uma produção positivista e masculina, feita por homens, para homens.

Diante da questão “a ciência é masculina?”, Attico Chassot (2004, p 11) responde: “É, sim senhora!”, e aponta a ausência das mulheres da/na ciência, mas não somente, considerando que também nas artes, na filosofia, na teologia e na política a predominância masculina é massiva. Desse modo, continua o autor, não apenas a ciência, mas a história de nossa civilização nos últimos milênios é masculina e fortemente marcada pela misoginia.

Como sair dessa lógica de produção? Neste modo masculino, misógino, moderno e hegemônico de produzir ciência, o conhecimento é localizado num lugar em separado da realidade que deve ser descoberto e explicado, para tanto o cientista deve empreender uma postura neutra e objetiva. Há, então, uma relação de distância entre pesquisador e objeto pesquisado, assim como, a redação científica deve pautar-se pela longa e cansativa descrição da realidade pesquisada. Nesse sentido, como crítica Donna Haraway (1995), a produção de conhecimento, pela via hegemônica, sempre esteve empreendendo um reducionismo linguístico, no qual os cientistas acreditam estar descrevendo e descobrindo coisas por meio da argumentação e este posicionamento frente à ciência visa uma generalização atuando no apagamento das contingências.

Como subverter isso? Como produzir uma tese de doutoramento que não se proponha a ser neutra, objetiva, sem o interesse na descoberta e explicação da realidade e, ainda assim, habitar a zona de inteligibilidade científica? Deixarei os aspectos mais metodológicos para adiante, volto-me aqui para o modo encontrado para dar materialidade à tese, para a maneira de escrita encontrada e a tentativa de praticá-la: a escrita como contação de si.

Foi Leila Machado (2004) que me auxiliou a entender que o “emudecimento” diante da página em branco e a falta de palavras que cabiam, apontavam para o desafio ético da escrita, o desafio de marcar o texto com minhas paixões, com a potência

de transformação possível no campo acadêmico. Os parágrafos escritos e renegados alinham-se a um modo de escrita cartesiano, racional, com uma estética asséptica, pouco ou nada autoral, provavelmente só serviria para compor futuras revisões da literatura.

A escrita pode ser diferente! Ao invés de tratar-se somente de um escrutínio da realidade, a pesquisa e o processo de escrita podem de modo impensado configurar-se num acontecimento, ou melhor, numa acontecimentalização, na ruptura com o evidente, possibilitando a emergência da singularidade (Foucault, 1983/2014). A pesquisa deixa de ser fria para tornar-se potencialmente revolucionária:

Se aceitarmos que a revolução é o signo daquilo que fica irradiando na História, colocando-se como motor de novos investimentos para a criação da diferença, na pesquisa, é possível pensar o teor revolucionário do encontro do pesquisador com seu objeto (Fonseca & Cols., 2006, p.656).

Nessa esteira, pensar e escrever sobre as revoluções acontecidas no intercurso dessa pesquisa, dos encontros e desencontros entre mim, os sujeitos narradores aqui ficcionados e as demais forças que ecoaram ao longo da caminhada. A escrita poderá então ter uma função etopoiética, uma função estética e política de criação de si, demarcando alteridades, transformando aquele que escreve enquanto escreve (Foucault, 1983/2014). A escrita se compromete, então, em registrar os caminhos, as revoluções, a potência possível, não para revelar o que está oculto, mas sim, reunir o que se pôde ver e ouvir e com isso, produzir uma narrativa de si mesmo.

Não encontrei forma pré-determinada de como realizar uma escrita de si e não desejo construir aqui um modelo. Tendo a acreditar que estar em processo analítico pessoal durante todo o processo foi de veras importante. A forma que encontrei após muito me angustiar foi o modo narrativo, escrito em primeira pessoa - como já pôde ser percebido -, e pautado, o máximo que me foi possível e cabível, no detalhamento rigoroso do que pude enxergar, aperceber e realizar. Contribuindo assim, com uma versão para registro e diagnóstico da história da atualidade, observando nossas repetições e marcando diferenças.

Agora que vocês sabem o porquê narro, apresento o que será narrado neste estudo. No capítulo 2, visando desenvolver uma reflexão metodológica optei por partir do contexto político brasileiro de sucateamento da educação e da pesquisa para construir uma narrativa sobre as ciências humanas e o fazer científico.

No capítulo 3, volto-me para histórias das Psicologias com intuito de construir um percurso acerca dos posicionamentos ético-políticos da profissão no Brasil desde sua regulamentação em 1962, para assim, colocar em andamento uma crítica ao reducionismo da prática psicológica à psicoterapia. Apresenta-se, ainda, a partir das práticas psicológicas presentes nas narrativas sobre a experiência dos profissionais de psicologia entrevistadas/os, apontamentos para uma psicologia não-fascista orientada pela ética do cuidado de si.

Em seguida, no capítulo 4, narro a política de derramamento de sangue brasileira partindo dos fatos históricos do genocídio dos povos tradicionais e da brutalização sobre os corpos negros para apontar que a violação histórica da diferença serve como meio para compreender a LGBTfobia como racismo de estado, cujos efeitos atuam de modo a tornar populações inteiras indigentes.

A experiência é protagonista do capítulo 5. Partindo de acontecimentos ocorridos nos primeiros seis meses do governo Bolsonaro, apresento uma narrativa sobre as dores de assistir o desmonte cultural do país. Utilizo-me de recursos artísticos para pensar caminhos para uma ética não violenta e vislumbrar as transformações próprias da experiência. A experiência, ao longo de todo o trabalho, é compreendida como uma trama complexa de saberes, relações de poder e subjetividades, situada no tempo e na cultura (Foucault, 1984a/2014).

Finalizando a tese, no capítulo 6, com reflexões em torno dos fins e das catástrofes.

Um último adendo. Antes da tese tornar-se pública, ela passou por uma série de olhos leitores, para que o texto pudesse ser lapidado. Um feedback se fez comum: a escrita está fortemente niilista. Isso não foi colocado como um problema, mas sim,

como uma característica da tese. Inclusive foi sugerido denominá-la como uma “tese catastrófica”.

Tal percepção liga-se a fato de que, como descrito nos parágrafos anteriores, as linhas que amarram os capítulos são assuntos ainda em carne viva em muitos de nós, brasileiros e brasileiras. Preciso assumir, como autor principal desse estudo, que a instigação desse “mal-estar” é proposital. Não que o objetivo seja provocar males em quem lê, mas considero que é preciso fazer um texto o qual toque quem escreve e quem lê no campo do sensível. Doeu muito a experiência de existir/escrever nos últimos anos.

Foi então que lembrei de Guernica, obra de Pablo Picasso, pintada em 1937 como resposta ao bombardeio à cidade de Guernica, conhecida por resistir ao governo espanhol. Segundo o pintor, sua pintura não deveria decorar apartamentos, pois ela era uma arma de ataque e defesa contra os inimigos.

Rememoro tal obra em razão de algo que se narra sobre a mesma e seu autor. Conta-se que em 1940, com Paris ocupada pelos nazistas, um oficial alemão, diante de uma fotografia reproduzindo o painel, perguntou a Picasso se havia sido ele quem tinha feito aquilo. O pintor, então, teria respondido: eu não fiz, vocês é que fizeram, eu só pinteí. Vejo essa tese e os acontecimentos nela narrados pelo prisma de Picasso, eu só escrevi.



2. UMA HISTÓRIA DE PORQUE AS CIÊNCIAS HUMANAS SÃO IMPORTANTES

Imaginem o choque ao ouvir que o Presidente da República está cortando gastos especificamente das ciências humanas e sociais, tendo filosofia e sociologia como primeiros alvos. A medida fundamentava-se nos argumentos de que o dinheiro público deveria ser usado para ensinar jovens a ler, escrever, fazer contas e aprender um ofício; e de que os cursos de humanas recebiam muita verba, cujo retorno não era satisfatório. Uma das mentes basilares do governo bolsonarista é Olavo de Carvalho, astrólogo e autointitulado filósofo, cujo comentário foi: “se todas as faculdades de Filosofia, Letras e Ciências Humanas fossem fechadas no Brasil, isso não traria nenhum dano econômico nem cultural para o país”⁴⁷.

Para registro, os cursos de Ciências Humanas concentram a diversidade racial acadêmica. Os cursos de Filosofia possuem 1 aluno negro para cada 4 brancos; em Sociologia, 1 para cada 3⁴⁸. Segundo a CAPES e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a distribuição dos montantes por áreas era de: R\$ 225,5 milhões para Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e de R\$ 244,9 milhões investidos em Ciências Exatas e da Terra⁴⁹. Os argumentos “pós verdadeiros” são influentes na formação da opinião pública, porém, não se sustentam perante as circunstâncias factuais de gerir um país.

Cabe o questionamento: o que há de tão perigoso nas Ciências Humanas e Sociais? O duvidoso humano, a insegura sociedade, tanto que estamos em 2019 e os “Direitos Humanos” ainda não tiveram seu apogeu. Já clonamos mamíferos, dissecamos o DNA, criamos inteligência artificial, chegamos em outras galáxias, mas não conseguimos fazer valer a ideia de que todo humano possui uma dignidade que lhe é inalienável.

⁴⁷ *O Globo* (2019). Bolsonaro defende cortes em cursos de Humanas e diz que dinheiro do contribuinte deve ir para 'leitura, escrita e fazer conta'. Recuperado de <https://oglobo.globo.com/sociedade/bolsonaro-defende-cortes-em-cursos-de-humanas-diz-que-dinheiro-do-contribuinte-deve-ir-para-leitura-escrita-fazer-conta-23623980>

⁴⁸ Passarinho, N. (2019). Sob ameaça de cortes no governo Bolsonaro, cursos de ciências sociais e humanas concentram diversidade racial. *BBC News*. Recuperado de <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48201426>.

⁴⁹ *O Globo* (2019). Atacadas por Bolsonaro, Ciências Humanas e Sociais já recebem menos recurso para bolsas do que área de Exatas. Recuperado de <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/atacadas-por-bolsonaro-ciencias-humanas-sociais-ja-recebem-menos-recurso-para-bolsas-do-que-area-de-exatas-23626458>.

De algum modo, inclusive, poder-se-ia pensar que o fracasso dos Direitos Humanos possui alguma ligação com as ciências que estudam a humanidade. Estariam elas fracassando de forma monumental em produzir conhecimentos verossímeis o suficiente para resguardar os seres humanos e seus direitos?

O que são Ciências Humanas? Vou dissertar um pouco sobre sua potência, assim, talvez entendamos sua perniciosidade. O campo das Ciências Humanas se volta para o humano, em sua singularidade, pluralidade, interioridade, externalidade, na sua relação com os mais diversos objetos do mundo. Sendo um tanto quanto redundante, tudo aquilo que se sabe/busca saber sobre o humano está no hall de conhecimentos das Ciências Humanas.

Tomemos esta tese como ensaio de fazer ciência em Psicologia, logo humanidades. Uma curiosidade sobre alguma coisa, que pode ser ampla ou mais circunscrita, está na base de toda produção de conhecimento. O interesse desse estudo foi de buscar saber como psicólogos e psicólogas, com experiência profissional em serviços de atenção e acolhimento a vítimas de violência motivada por orientação sexual e/ou identidade de gênero, se subjetivavam.

Tal interesse é efeito de minha trajetória de vida, mesclam-se experiências acadêmicas, de trabalho, de violência vividas e sabidas. Gênero é um campo que sempre chamara minha atenção, utilizei-me da academia para estudar e refletir sobre temáticas que me atravessavam diretamente como homem-gay-cis-nordestino-psicólogo. Estudei a paternidade de homens autores de violência contra a mulher (Carvalho, 2011) e a produção de corpos travestis em páginas policiais de Pernambuco (Carvalho, 2014). É desses trabalhos que trago o prestígio à narrativa - imprimindo aqui minha marca como a mão do oleiro na argila do vaso (Benjamin, 1985).

Formam minha tradição, ainda, o feminismo com sua crítica ao modo despolitizado e descorporificado da produção de conhecimento hegemônico (Haraway, 1995); somado com o acolhimento à estranheza e a politização das identidades e corpos promovidos pela Teoria Queer (Louro, 2008); a rejeição do construcionismo social às

características da modernidade, principalmente ao representacionismo (Castañon, 2004); e à noção de campo-tema (Spink, 2003) presente nos estudos das práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano, na qual o campo de pesquisa não diz de um espaço físico a ser acessado, observado e então deixado; mas sim uma rede intersubjetiva, a amálgama de diferentes sujeitos, vozes, lugares, argumentos parciais, artefatos e materialidades, elementos os quais conferem substancialidade à trama da minha experiência como pesquisador e, conseqüentemente, sujeito.

Desenvolver pesquisa sozinho é até encantador, mas não é muito inteligente. Ter pares para dialogar, beber café ou cerveja, ouvir e falar sobre pesquisa, criar vínculos é bem mais divertido e estimulante. Por isso, mesmo após a conclusão do mestrado, continuei participando das reuniões do Núcleo de Pesquisa em Gênero e Masculinidades (GEMA) da Universidade Federal de Pernambuco, sempre pensando uma questão, uma dúvida, para desenvolver tanto no grupo como em outro lugar, afinal, seleções da vida.

A decisão por estudar os psicólogos com essa experiência específica, se deu, então, por chegar à conclusão de que existiam dois programas de pós-graduação que nas suas descrições das linhas de pesquisa estariam interessados em tais experiências. A escolha do contexto homofobia se deu, primeiramente, como desdobramento da dissertação, onde as notícias por mim analisadas traziam assassinatos cruéis, evidenciando uma transfobia evidente e berrante.

Ao mesmo tempo, por continuar participando do cotidiano do GEMA, pude participar ativamente dos debates iniciais do projeto de pesquisa “Atenção psicossocial no contexto das estratégias governamentais para enfrentamento à violência baseada em orientação sexual e/ou identidade de gênero”. Os debates coletivos possibilitaram indagar: o que a Psicologia pode dizer/fazer sobre a homofobia e sobre aqueles e aquelas vitimados/as por tamanha violência?

Em consonância com ações mundiais, o Brasil lançou em 2004 o “Brasil Sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e Promoção da Cidadania Homossexual” fruto da articulação entre Governo Federal e

Sociedade Civil Organizada, objetivando promover a cidadania da população LGBT, pela via da equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação homofóbicas (Brasil, 2004). Dentro do programa de ações do “Brasil Sem Homofobia”, o item 11º volta-se para as bases da política contra racismo e homofobia e elenca a criação de instrumentos técnicos para diagnóstico e avaliação das múltiplas formas de discriminação.

No contexto local, contando com a pressão dos movimentos sociais, o Governo do Estado de Pernambuco, através da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos (SESDSH), no âmbito da sua Secretaria Executiva de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH), deu início - em 2009/2010 - ao processo de implantação do Centro Estadual de Combate à Homofobia (CECH), que visa combater a discriminação e a violência contra a população LGBT e promover sua cidadania em todo território pernambucano. Em seu início o programa foi executado pela ONG Movimento Gay Leões do Norte (Pernambuco, 2014), sendo que atualmente toda execução é de responsabilidade do Governo do Estado de Pernambuco.

Com isso, pesquisar a experiência desses profissionais, participantes de equipes que estavam desenvolvendo modos de combater a homofobia, parecia algo extremamente excitante. Suas experiências, sem sombra de dúvidas, deviam ter muito a dizer e mostrar. Foi convidativo e eu aceitei, agora era ser aprovado numa seleção e ir continuar pensando sobre como fazer a pesquisa.

Digamos que eu objetivo... Ah, “objetivos”, não! Por sua ligação histórica a um modo moderno de fazer pesquisa cujo sentido alia-se a uma pretensa neutralidade cartesiana. João Leite Ferreira Neto (2008), ao discutir as vicissitudes do trabalho de pesquisa e orientação, contrapõe Foucault à perspectiva cartesiana. A neutralidade metodológica pode ser substituída por uma ética de auto invenção, na qual sujeitos e objetos se constituem no processo da investigação.

Caminho, também, concordando com a substituição da noção de objetividade pela noção de rigor e com isso abrir-se para a “leveza de um estilo de investigação que, mesmo rigorosa, se abre para suas próprias fronteiras na esperança de ultrapassar a

si mesma e de conseguir ver nas regiões de indecidibilidade que até então estavam na penumbra” (Veiga-Neto, 2009, p. 89).

Destarte, almejei⁵⁰ investigar a experiência de ser profissional de psicologia face à violência motivada pela orientação sexual e/ou identidade de gênero. A ideia de pesquisar experiências de outros seres humanos serve, primordialmente, para aprendermos mais sobre nós mesmos. Este estudo, porventura, poderá chegar às mãos de uma pesquisadora e ela poderá visualizar a possibilidade de pensar uma tese de forma mais criativa. Se somente isso ocorrer, toda a pesquisa terá valido a pena e já contribuirá para o campo das ciências humanas. “É possível ser/fazer diferente”, tal mensagem é deveras potente. Na ciência, muitas vezes, nossos resultados se aproximam dos resultados de outras pesquisas produzidas noutros lugares da geografia. Imaginem, muitos doutores, quem sabe mestres, quem sabe graduandos e até alunos da rede pública de uma periferia expostos à constatação coletiva de que é possível ser/fazer diferente.

Se uma pesquisa feita em Recife-PE guarda - ao menos na retórica de seu autor - essa força pulsante, visualizem o que podem produzir centenas e milhares de pesquisadores e pesquisadoras em Ciências Humanas!? E se você acrescentar a isso uma perspectiva transdisciplinar? Se a imaginação de vocês estiver ouriçada como a minha, vocês também vislumbram como resultado um avanço considerável na nossa civilidade, educação e crítica.

Essa é uma das minhas utopias pessoais preferidas. Talvez, o que você imaginou como resultado diga algo sobre suas utopias, você ainda as tem? Hoje, querem nos fazer acreditar que utopias não existem e que veterinária, engenharia e medicina são “ciências melhores” pois, dão retorno imediato⁵¹. Mas, nem a Psicologia, nem nenhuma ciência humana ou exata parece ter muitas respostas “concretas” para os nossos tempos: as geleiras seguem derretendo, as temperaturas estão cada vez mais quentes e a nossa extinção, em algum momento, é certa. Enquanto uns tentam achar

⁵⁰ Almejar - verbo transitivo direto e verbo transitivo indireto: desejar ardentemente, com ânsia.

⁵¹ Paixão, M. (2019). Ciências humanas na mira de Bolsonaro: “Censura e perseguição”, diz especialista. *Brasil de Fato*. Recuperado de <https://www.brasildefato.com.br/2019/05/02/ciencias-humanas-na-mira-de-bolsonaro-censura-e-perseguiçao-diz-especialista/>.

formas de parar ou diminuir o degelo, fabricar protetores solares fator 100, avançar universo a fora para achar vida ou outro planeta habitável; outros, precisam olhar para quem vive aqui, afinal, 8 bilhões de pessoas já “causam” sozinhas, imagine juntas?

Saibam que nem sempre o planeta foi tão habitado assim. A humanidade levou 1800 anos para chegar ao primeiro bilhão⁵² e foi só em meados do século XVI que começamos, de fato, a gerir uma população. Para tal, desde então, as ciências humanas se desenvolveram na direção de produzir discursos, dados e verdades sobre os humanos, as disciplinas, que hoje nos dizem como governar nossas vidas (Foucault, 1988a/2014).

Nikolas Rose (2011) afirma que todos os experts das ciências humanas desempenham um papel no complexo jogo de governança, todavia, os experts psi atingiram excelência e distinção por afirmarem conhecer e entender os determinantes internos da conduta humana. O autor não nos deixa esquecer que no fim do século XIX e adentrando o XX a expertise psi esteve intrinsecamente ligada às estratégias eugenistas, colocando seus saberes e práticas em prol da regulação de indivíduos e populações na Alemanha nazista, na União Soviética e nos estados comunistas da Europa Oriental.

Vera Portocarrero (2009) ao se debruçar sobre o pensamento de Foucault, comenta que é a partir da relação entre história, atualidade e crítica que podemos valorizar o presente e, indissociavelmente, imaginá-lo com contornos diferentes do que é e transformá-lo. Particularmente, sempre senti entre psicólogas e psicólogos certa alienação acerca dos males históricos aos quais nossa ciência esteve coligada. Inclusive, não me recordo de ter lido sobre essa parte da nossa história durante a graduação ou na pós. Falta-nos apropriação sobre os debates em torno de como essas teorias e práticas eugenistas, registradas historicamente, sobreviveram ao tempo e figuram nos serviços e consultórios de hoje.

⁵² *Folha de São Paulo* (2018). Crescimento populacional fará mundo mudar de cara até 2100. Recuperado de <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/07/crescimento-populacional-fara-mundo-mudar-de-cara-ate-2100.shtml>.

Registro. Fazer ciência é fazer registro. Desde minha primeira iniciação científica, um recurso é sempre utilizado, o diário. Historicamente servindo como espaço de anotações pessoais, os diários (de bordo, de campo...) são recursos de utilidade reconhecida no campo científico, principalmente no antropológico. Lançarei mão de meus diários (anotações em cadernos, registros em aplicativos de anotações para smartphone, lembretes em papéis avulsos e áudios gravados) como atuantes da pesquisa, ou seja, produtos narrativos de intensidades atravessados pelos contextos de produção da pesquisa (Medrado, Spink & Mello, 2014).

“E o que foi registrado?”, você pode pensar. Em mesa de almoço da turma do doutorado, a pergunta “o que eu registro?”, feita por uma colega, gerou mais achismos do que sugestões. Uma vez ampliada a noção de diário para aceitar registros feitos em celular, usado enquanto recurso de “escrever um pensamento”. No futuro, você tende a querer lembrar de pensamentos geniais e idiotas que teve ao longo dos anos de doutorado.

Foram produzidas: 1038 notas de celular, 473 fotos, 199 áudios e 5 cadernos constituídos de materiais que considere ter ligação direta ou indireta com a tese. Há anotações de todas as palestras, defesas de mestrado e doutorado assistidas por mim nos últimos 5 anos; pautas de orientações que me ajudaram a lembrar a ordem de alguns acontecimentos; vários parágrafos escritos na inspiração de um instante e a informação sobre qual sessão poderia caber; fotos de capas, páginas e referências bibliográficas de livros e artigos para consultar depois; áudios para mim mesmo explicando ideias, argumentos e conceitos, para, ao me ouvir, analisar o nível de abstração e inteligibilidade.

Percebi um medo ou insegurança ligado aos diários, no sentido de registrar algo “desimportante” ou a dúvida de saber qual fato, ficção e afeto são dignos de nota. O uso de múltiplos dispositivos permitiu uma maior dispersão nas formas de registro. No início escrevi diariamente, à mão, até que constatei que sou mais um que está desaprendendo a escrever com caneta. Todavia, quando desejava fazer um registro mais longo, reflexivo, insistia em escrever à mão (ler enquanto escrevo é um método de apropriação que funcionou comigo).

Se nos diários de um pesquisador contiver fatos, ficções e afetações ele estará munido de um material pulsante. O que se manifesta no registro de fatos, ficções e afetações? Em março de 2016, comecei os registros no caderno que comprei especialmente para isso. Após a saída de um momento de travamento da escrita do projeto de qualificação, narro:

Sinto-me finalmente pensando e produzindo algo. Uma ideia que sai de mim e toma forma e a forma é preenchida com palavras, com vontade, alegria, medo - mas um medo do desconhecido convidativo e não o medo congelante já conhecido.

(Diário do Pesquisador)

Em 24 de janeiro de 2017, numa terça-feira, no 14º andar, às 10:52h, comentei:

Logo mais, a primeira entrevista, a primeira aproximação efetiva com o campo após aprovação do conselho de ética. Sendo Aurora a primeira entrevistada há um misto de sentimentos (que deverão se repetir com todos os conhecidos): o medo de não ser um bom entrevistador e o medo de ser julgado por essas psicólogas.

Há, ainda, o sentimento de que por me conhecerem podem estar mais abertos a falar e ajudar na pesquisa. Talvez, começar com uma pessoa conhecida seja positivo por isso, ela estará mais aberta e disponível a estar comigo.

Mas, e se as perguntas não forem boas? E se eu não for bom? E se eu estragar a pesquisa?

(Diário do Pesquisador)

Noutro momento, em 2018, tentei sintetizar o que deveria constar no futuro capítulo metodológico:

Método: crítica aos modos lineares de pensar a metodologia; horizonte pós-estruturalista; pesquisa foucaultiana; pesquisa explorativa qualitativa centrada na narrativa.

(Diário do Pesquisador)

Em dado momento da minha trajetória acadêmica sonhei em fazer meu doutorado focado em metodologia. Os modos não lineares e inventivos sempre chamaram minha atenção, desde a graduação, visto que me pareciam mais instigantes de ler. A

mesmice metodológica embora comunique bem, pode ser imensamente entediante. Busco provocar a mim e outros a pensarem, um pouco que seja, “fora da casinha”.

O que pude aprender sobre o que registrar é: deve-se escrever tudo e qualquer coisa. Somente ao fim, na costura/produção/fabricação é que este ou aquele sussurro será selecionado, esse comentário sim, esse texto não. Sugiro, veemente, que ao trabalhar com entrevistas faça-se anotações logo antes e logo depois; tomada a distância de anos, ler sobre as inseguranças prévias e as provocações logo após cada entrevista expôs muito sobre o pesquisador que fui e venho sendo. Somente agora pude descobrir a importância de, após chegar de uma entrevista e um protesto contra a reforma da previdência, registrar, dentre outras coisas, que:

Um arrepio, incompatível com os 30° que faziam, às 18h30 daquela sexta-feira tomava meu corpo.

(Diário do Pesquisador)

Entrevistas! Narrativas! Não são a mesma coisa, nem toda entrevista resulta em narrativa e nem toda narrativa se permite ser capturada por uma entrevista. A narrativa, hoje, é reconhecida como uma das armas mais potentes do mundo. Poder narrar sua versão da história - da sua raça, do seu gênero, do seu ser periférico, da sua deficiência... - e ter sua narrativa testemunhada, reconhecida e já aqui, na sua emergência, política.

Isto posto, vivemos a guerra das narrativas, tudo paira num enorme vácuo onde tudo pode ser verdade ou mentira simultaneamente e ninguém sabe no que acreditar. O Presidente Jair Bolsonaro, por exemplo, usa seu capital político para dizer ao mundo que o nazismo foi um movimento de esquerda pois tinha “socialista” no nome⁵³, ainda que o Museu do Holocausto afirme o contrário⁵⁴. No Brasil, internautas começam a comentar tal informação nas páginas de Consulados alemães no Brasil, resultando na necessidade de criação de um vídeo, pelo consulado em Recife,

⁵³ G1 (2019). Bolsonaro diz não ter 'dúvida' de que nazismo era de esquerda. Recuperado de <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/04/02/bolsonaro-diz-nao-haver-duvida-de-que-nazismo-era-de-esquerda.ghtml>.

⁵⁴ Quero, C. (2019). Nazismo é de direita, define Museu do Holocausto visitado por Bolsonaro em Israel. G1. Recuperado de <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/04/02/nazismo-e-de-direita-define-museu-do-holocausto-visitado-por-bolsonaro-em-israel.ghtml>.

explicando que o nazismo foi e é um partido de extrema-direita e uma vergonha nacional⁵⁵.

É por isso que entendo a narrativa, antes de tudo, como um ato político de expressão, um momento no qual se cria um campo de possibilidade para que o outro “possa falar de si mesmo, que possa encontrar espaços de acolhida e de difusão de sua experiência da história pessoal e coletiva” (Reigota, 2016, p. 55). Algo de tamanha intensidade nem sempre cabe ou pode ser captada por uma entrevista. Usar a entrevista narrativa é corajoso, há uma presunção de que o outro vai querer passar por essa experiência de expressão comigo e sendo gravado.

Tendo lido manuais sobre entrevistas narrativas, como o de Uwe Flick (2009, p. 166, aspas do autor), dicas como “o entrevistador, na qualidade de ouvinte ativo, deve sinalizar (por exemplo, reforçando com ‘hms’) sua empatia com a história narrada e com a perspectiva do narrador” contribuíram para a instalação do sentimento de insegurança. E se eu esquecer de dizer “hmm” na hora certa? E se eu não for empático o suficiente?

Sigamos, mas não sozinhos!

2.1 PESSOAS QUE VOCÊS PRECISAM CONHECER

Hora de apresentar algumas pessoas. Nossos momentos de encontro foram únicos, essas pessoas abriram suas casas, suas vidas, seus posicionamentos, suas experiências à minha presença. O que compartilhamos e as provocações a mim endereçadas, ecoaram e nos trouxeram até aqui. Volto-me a contar as histórias, os fatos, as ficções e as afetações ocorridas em oito entrevistas.

O que une essas 9 pessoas é que todas são profissionais de psicologia e, no momento da entrevista, atuavam ou tinham atuado em serviços de atendimento e acolhimento a vítimas de violência lgbtfóbica. Em razão da minha inserção no GEMA, quando

⁵⁵ Freire, T. (2018). *Consulado alemão em Recife faz vídeo para explicar nazismo*. Recuperado de <https://www.destakjornal.com.br/brasil/detalhe/consulado-alemao-em-recife-faz-video-para-explicar-nazismo>.

desenvolvia meu mestrado e pelo posicionamento político do núcleo na rede heterogênea dos movimentos sociais LGBT de Recife, a circulação com atores e atrizes que, porventura, viessem a ser pesquisados, acontecia com alguma frequência.

Ao invés de precisar ligar para algum telefone institucional, para requisitar um horário, para ir à algum órgão pedir os nomes das possíveis entrevistadas; pude ter a facilidade de já possuir o contato de quatro dos nove profissionais de psicologia que poderiam ser entrevistados. Estas, por sua vez, me indicaram as demais entrevistadas, profissionais que eu não conhecia. A estratégia inicial, foi fazer primeiro as entrevistas com profissionais já conhecidos: Aurora, Gabriela e Otávio.

Para iniciar os trabalhos, decidimos que a melhor versão da pergunta norteadora seria: Como foi/é sua experiência enquanto psicóloga/psicólogo atuando em serviços de enfrentamento à homofobia?

Aurora, 33 anos, 10 anos de formada. Aurora e eu já nos conhecíamos, em minha memória ela era a profissional que há mais tempo se conectava à “psicóloga que atende vítima de homofobia”. Por si só, isso já me deixava ansioso por ouvi-la. O contato para entrevista foi rápido e agendamos nosso encontro para a semana seguinte em seu consultório.

A entrevista de Gabriela, 30 anos e 7 de formada, ocorreu em seu espaço clínico. Outra psicóloga que ansiava por ouvir. Ela é intensa ao falar sobre psicologia e políticas públicas, esperava por ouvir alguém muito apropriada de sua fala. Retornando para casa após a entrevista, fui pego por um protesto contra a Reforma Trabalhista, uma boa quantidade de gente gritava “isso aqui é desobediência civil”, eu estava em êxtase.

Otávio, 32 anos, 8 anos de formado. Otávio e eu já havíamos contribuído em diversas pesquisas. Ele me recebeu no seu novo apartamento, ainda sem a maioria dos móveis, gerando eco às vezes. Eu bebia água enquanto ele fumava e tomava café.

Conversamos na varanda do apartamento, na qual havia a sombra de uma grande árvore, tornando tudo bem agradável.

Aurora e Gabriela me passaram o contato de Guilherme - 30 anos, 7 anos de formado - com a mesma instrução: “É só dizer que é meu amigo”. Guilherme é um homem ocupado. Ele trabalhava em dois locais, fazia duas pós-graduações *latu sensu* e militava sempre que possível. O único horário e local possível para nosso encontro era um local aberto, em uma instituição na qual ele estudava, com circulação de pessoas. Eu pensava: e se ele deixar de falar algo por estarmos em público? Minha escolha foi por entender que o profissional, mesmo ocupado, achou um modo de estar comigo. Então, fui estar com ele na configuração possível e com fé de que o gravador pegaria mais as nossas vozes do que ruídos do ambiente.

Guilherme, por sua vez, me colocou em contato com Diego, 31anos, 7 anos de formado. O conhecia por nome, mas nunca o tinha visto pessoalmente. Sabia que ele era um dos profissionais com mais tempo de experiência como psicólogo nos serviços. Ele me recebeu em sua casa após chegar do trabalho em outra cidade, também, com políticas públicas LGBT. Ele só ficou satisfeito com a entrevista quando afirmei categoricamente não ter mais perguntas.

Diego indicou Paloma, 36 anos, 11 anos de formada. Uma psicóloga de voz e aparência muito doce e calma. Nosso contato foi por WhatsApp, ela teria disponibilidade duas semanas a frente, me recebeu numa sala da instituição onde trabalhava. Foi uma entrevista rápida, mas intensa.

O WhatsApp foi uma ferramenta na agilidade da comunicação, mas também levei “chá de cadeira” no aplicativo. Uma profissional requisitou uma série de liberações de seus superiores para poder me receber e então conhecer a pesquisa detalhadamente e só depois realizar a entrevista. Após conseguir as autorizações, foram duas, a profissional se colocou disponível ao encontro e afirmou que iria ver o melhor dia em sua agenda e me retornava. Desde então, a profissional de psicologia não atendeu mais o telefone ou respondeu no serviço de troca de mensagens de texto.

Tal entrevista nunca aconteceu e alguns colegas pesquisadores me incentivaram a refletir sobre as motivações pelas quais a profissional poderia ter desistido. O fato é, não posso conjecturar as razões da profissional, o turbilhão da vida cotidiana pode ter sido suficiente para que ela não encontrasse tempo para me receber. Supor acerca de seu engajamento (ou não engajamento) com a temática ou sobre o uso da burocracia para dificultar o acesso, ou mesmo inferir qualquer coisa dada a falta de informações seria, de minha parte, uma violência sobre essa profissional.

Por intermédio de um assistente social - militante e pesquisador - pude encontrar a Psicóloga 7, de 52 anos e 28 anos de formada, e Psicóloga 8, de 33 anos com 11 anos de formada. Agendamos para dias diferentes, contudo, ao chegar para a entrevista com a Psicóloga 7, a Psicóloga 8 encontrava-se no recinto e, naturalmente, aconteceu de nós três nos dirigirmos para a sala que havia sido separada. Enquanto caminhávamos de uma sala a outra, tudo o que pensava era: eu entrevisto as duas juntas ou separadas? Vou pedir para uma se retirar? Se juntas, será a única entrevista da tese feita dessa forma, como vou justificar?

Avaliei que por serem duas profissionais que compartilham o cotidiano de trabalho, poderia ser que juntas elas chegassem a falar sobre coisas que, de repente, não apareceriam numa entrevista um-a-um. Esta era a sétima entrevista, a última, então optei por realizar a entrevista em dupla, pensando na potencialidade. Se malsucedido, as outras seis entrevistas teriam de ser suficientes.

Foi hábito durante as entrevistas, tão logo o fim, transcrever o material. Optei por enviar as transcrições para as pessoas entrevistadas com intuito delas poderem ver, se apropriar da sua narrativa e autenticar (inspirado em Critelli, 1996) sua parte na produção. Isso não precisava ser feito, uma vez assinado, o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE), já se poderia utilizar as entrevistas para fins acadêmicos, como aqui.

Foi também o momento em que lhes perguntei acerca dos nomes que gostariam de ser chamados e chamadas no texto da tese. Houve quem optou por não escolher, assim, o nome foi escolhido por mim para resguardar suas identidades.

A Psicóloga 7, ao se deparar com sua entrevista transcrita, entrou em contato para sinalizar algumas insatisfações referentes ao modo de condução da entrevista e de alguns conteúdos (“será que estraguei a pesquisa?”, pensei). Em seu e-mail resposta, ela diz: “Esteja atento aos termos coloquiais que não devem constar no relatório, seja mais breve nas falas do texto, ser mais coerente nas informações, e realizar os devidos ajustes que você compreendeu em nosso diálogo”. Para que a transcrição ficasse de seu agrado, ela solicitou uma “limpeza” do texto, a retirada das risadas e algumas piadas que fizemos. Minha escolha por entrevistar a Psicóloga 7 e Psicóloga 8 juntas voltou para me assombrar. Pois, a Psicóloga 8 autorizou o uso de suas narrativas. Desde que essa situação surgiu, em novembro de 2017, me pergunto sobre o que fazer.

Hoje, faz-se resplandecente a certeza sobre o não uso da entrevista com as duas profissionais. Já era de meu conhecimento a possibilidade de a confrontação com a própria narrativa causar incômodo, de certo modo, a ideia também é essa. A minha impressão, é que ela se sentiu exposta ao ouvir algumas de suas falas, sugerindo, então, a revisão total do texto. Se eu retiro os afetos e as ficções do mundo, só sobram os fatos, somente fatos não me interessam.

Dantesca é a possibilidade de estar respaldado eticamente para utilizar narrativas por conta de um papel assinado antes da entrevista. É, assim, que se faz o mal seguindo a burocracia, seguindo o que está “certo”, mas não o que é ético. A Psicóloga 7 tem direito inalienável a ter sua dignidade preservada. Agradeço muitíssimo pelo encontro com as duas profissionais, aprendizados daqueles momentos se fazem diluídos por todo texto.

A finalização das entrevistas já era dada como certa há alguns meses, quando descubro que Jai, 27 anos e 5 de formado, o qual desempenha atividade de psicólogo num serviço de combate à homofobia, de São Paulo, estaria em Pernambuco. Por já

termos contribuído academicamente, entrei em contato e tão logo ele desembarcou, nos encontramos para um café com bolo.

A pesquisa em Ciências Humanas, nosso tópico primeiro, pode acontecer de diversas formas. Este que apresentei é o arranjo efeito do encontro do premeditado com a contingência. Estas pessoas compartilharam comigo todas as porradas dadas nos brasileiros nos últimos anos, vivemos sob o céu do mesmo Brasil. Não sei como elas passaram por tudo, mas elas e eles me receberam em suas casas, seus trabalhos, suas vidas para fumar e comer bolo enquanto falamos da Psicologia. Somos psicólogos e psicólogas contra a LGBTfobia!

Não é cruel tornar inexistente a possibilidade da busca e do autodesenvolvimento crítico proporcionado por pesquisas em Ciências Humanas!? Como bem disse Butler, em entrevista ao jornal O Globo, o decreto de Bolsonaro sobre os cursos de Ciências Humanas configura-se como uma tática ao privilegiar o medo sobre o conhecimento.

Se as pessoas aprendem a questionar o governo, então eles não podem comandar o povo sem serem desafiados. O ataque ao conhecimento é historicamente uma tática de autoritarismo. Sem cursos de História embasados por sólida pesquisa histórica, não podemos entender isso⁵⁶.

E essa é a “Uma história de porque as Ciências Humanas são importantes”.

⁵⁶ Furlaneto, A. (2019). 'Negar as Ciências Humanas nos deixa à deriva num mundo movido por forças econômicas', diz Judith Butler. *O Globo*. Recuperado de <https://oglobo.globo.com/sociedade/negar-as-ciencias-humanas-nos-deixa-deriva-num-mundo-movido-por-forcas-economicas-diz-judith-butler-23647897>.



Fotógrafo: Lucas Landau/Reuters



3

QUAL HISTÓRIA DA **PSICOLOGIA** CONTAR?

3. QUAL HISTÓRIA DA PSICOLOGIA CONTAR?

Sinto-me, acima de tudo, incompetente perante o doutorado. Como posso não saber analisar? Como cheguei até aqui e agora perco meus sentidos diante das narrativas. Onde está minha visão para ver, minha audição para ouvir, minha pele para sentir a experiência narrada?

Acordar e dormir sem nenhuma linha analisada. Dormir e ter pesadelos com a humilhação de não conseguir. Sinto-me fraco, envergonhado, com medo de não conseguir, de não dar conta, de não cumprir o prazo. Sinto-me humano demais e cientista de menos!

(Diário do pesquisador)

A narrativa anterior foi construída no dia de uma apresentação do segmento da tese no Laboratório de Psicologia Clínica Fenomenológica Existencial e Psicossocial (LACLIFEP). Na ocasião do convite para a apresentação, meses antes, imaginara que no momento da apresentação grande parte da análise já estaria pronta, cenário que não se mostrou possível. Meses foram necessários para que os contornos de um exercício analítico comesçassem a se dar e só então ficou perceptível que me encontrava defrontado com mais um incômodo, ou como me foi sugerido nomear e acatado, um desafio, o desafio da análise.

A análise constituiu-se como desafio no sentido de ser um campo incômodo de habitar. Mais uma vez, me vi sem saber como proceder, perdido. Analisar assim como escrever esta tese no momento de completa instabilidade ética e política no Brasil contribuiu para a instauração de questionamentos: “Porque estou fazendo isso, se amanhã o autoritarismo se colocará?”, “Porque fazer essa tese, se amanhã estará autorizada a ‘caça aos LGBT’ em todo o país?”. Perdido, instável, desesperançoso, impossível produzir algo potente estando a sentir todas as energias e esperanças drenadas diante do Brasil cotidiano de 2018.

Escrevi essa parte antes da realização do segundo turno das eleições presidenciais de 2018. Sem sombra de dúvidas, terei a possibilidade de reescrever estas passagens, tornando-as mais atuais, circunscrevendo o candidato vencedor. Contudo, procurarei resistir à tentação de reeditar porque este é o tempo presente que impacta minha

escrita, esta é a tensão presente no mundo, no país, nas relações que estão compondo também, mas não só, as forças colocadas na tessitura dessa tese.

O que quero marcar e demarcar é que para além das vivências sintomáticas próprias da tese, do processo de criação de um texto acadêmico, daquilo que Miriam Pillar Grossi (2004) chamou de “a dor da tese”, para além disso, as tensões sociais, políticas, econômicas... éticas que predominaram no Brasil nos últimos anos produziram, mantiveram e potencializaram os sintomas da vivência acadêmica. O que só me fez acreditar com mais veemência na potência desse trabalho.

O encontro com outros foi fundamental para conseguir enxergar, nomear e lidar com as dores de ser pesquisador, de ser brasileiro, de ser sujeito. Foi compartilhando sensações e escritos com pesquisadores, amigos e familiares - pessoas cujos vínculos são permeados por afetos potentes - que pude me abrir para o sentimento da esperança.

Fiquei reticente sobre falar em esperança, tive medo de ser chamado de pesquisador romântico, como já tive de ser chamado de pesquisador militante, mas se já venho no caminho da subversão, vou subverter minha reticência e ter esperança sim. A esperança de que este trabalho poderá afetar outros e potencializar outros afetos. Apenas a fé de que não cairemos perante o autoritarismo, mesmo que ele se instaure, é que pôde me auxiliar a continuar me apercebendo no campo de possibilidades no qual podemos desejar, investir e criar. Sinto-me hibridizando enquanto analiso, me rasgando e costurando com o mundo usando as linhas de força que consigo alinhar parcial, precária e provisoriamente para me lançar no caminho

. . . de uma doutrina e de uma prática da objetividade que privilegiem a contestação, a desconstrução, a construção apaixonada, as conexões em rede e a esperança na transformação dos sistemas de conhecimento e nas maneiras de ver. Mas não é qualquer perspectiva parcial que serve; devemos ser hostis aos relativismos e holismos fáceis feitos de adição e subsunção das partes. . . . Precisamos também buscar a perspectiva daqueles pontos de vista que nunca podem ser conhecidos de antemão, que prometam alguma coisa extraordinária, isto é, conhecimento potente para a construção de mundos menos organizados por eixos de dominação. De tal ponto de vista, a categoria não marcada realmente desapareceria (Haraway, 1995, p. 24).

Encontrei acolhida na esperança apontada por Donna Haraway e em dois conselhos advindos de pesquisadores mais experientes. O primeiro, de minha orientadora, Cristina Amazonas, “Bruno, os dados são soberanos!”, ou seja, as narrativas produzidas pelo pesquisador e profissionais devem guiar a análise e não a teoria. O segundo, não me foi concedido pessoalmente, em um momento de troca com Diego Paz, pesquisador e amigo a quem tenho muito apreço, me repassa a recomendação de seu co-orientador, Éric Fassin, “Deixe a teoria de lado e conte a história das pessoas!”.

Desse modo, compreendi que o trabalho do pesquisador analista (assim como do pesquisador narrativo) é o de contar histórias e deixar que histórias sejam contadas. Entretanto, uma nova questão se interpõe: como contar essas histórias? Agrupando em temas? A história de cada profissional em separado? Narrativas mais repetidas até as mais eventuais?

Através da leitura de *As palavras e as coisas* (Foucault, 1966/2016), percebi que o problema que se colocava era da ordem da representação. Caí na armadilha moderna de querer/acreditar ser possível representar com exatidão a experiência dos profissionais pela via da narrativa, de enunciados, de discursos, da linguagem. Turvei meu olhar buscando representar comportamentos, epistemologias, práticas, experiências singulares.

Procurei, criei e tentei aplicar inúmeros critérios - objetivos e subjetivos - para guiar a análise. No fim, falhei em todos! Fui raso, megalomaniaco e/ou teoricamente incoerente, o sentimento de incompetência cuja narrativa abre esta sessão era preponderante nesse momento. Somente após ficar muito tempo perdido, uma provocação de minha orientadora fez eco, não sei se ouvi exatamente essas palavras, mas segundo a virtualidade da memória e da narrativa: “Você optou por fazer uma tese diferente e ser diferente não é fácil. Você vem criando e parece estar com medo do julgamento acadêmico. Seja quem você é e enfrente o mundo”. Um exercício de autonomia se mostrara imperioso.

Mais recuperado, dei-me conta de estar fazendo a questão errada, “o que as entrevistas me falam?”, dizia, requisitando delas conteúdos e fatos. À época, minha certeza era de que precisava citar um sem número de autores para que a tese fosse “levada a sério”, algo como, “é uma tese estranha, mas tem conteúdo”. Somente agora percebo com tal pensamento pode ser uma releitura de “é gay, mas é inteligente”.

Busquei um deslocamento quando passei a perguntar: o que a narrativa dessas profissionais me faz sentir? E a seguir, fatos, ficções e afetações, produzidas coletivamente, cerzidos muito depois de suas enunciações. Resolvi partir de dois momentos da narrativa de Gabriela que se voltam para a compressão acerca da Psicologia.

Gabriela: O que orientava o manejo eram esses princípios éticos que a gente tinha formado a partir de participação seja no movimento feminista, seja no movimento LGBT. Muitas de nós e muitos de nós tinham tido passagem por movimentos sociais, inclusive movimento estudantil que não necessariamente está ligado a essa pauta, mas pautava, né? Então a nossa formação era, antes de tudo, política e aí o nosso trabalho era um trabalho que compreendia a psicologia a partir de um instrumento político de atuação.

Gabriela: Com relação à psicologia, acho que vale a pena falar da escuta, sensibilidade e compromisso com a transformação para promoção de saúde mental. E isso se fazia numa proposta contra hegemônica, diferente do que a psicologia se formou como profissão e, depois, ciência. A gente tinha (e tem) gosto por valorizar a diversidade e de tentar construir caminhos para que a diversidade não se torne alvo de violência. Nosso trabalho era produzido a partir de escuta, de identificação de demandas e da tentativa de dar encaminhamentos diante da estrutura que a gente dispunha no Estado.

Sendo conduzido pelas narrativas, observo a necessidade de enfatizar o caráter político da Psicologia. Sugere-se, então, que nem sempre tal interpretação esteve em voga. Gabriela aponta que escuta, sensibilidade e compromisso com a transformação estão intimamente ligados à sua compreensão acerca da Psicologia,

posicionando-se de forma contra hegemônica e defensora da diversidade. Gabriela me inquiriu: você sabe a história política da sua ciência e profissão? Não, eu não sabia.

Levado pela narrativa de Gabriela, descobri que, em 2002, quando a Psicologia comemorava 40 anos como profissão regulamentada no Brasil, Ana Bock (2003) historicizou o que denominou do compromisso da psicologia brasileira com as elites. Expondo que desde a colonização ideias psicológicas e decorrentes teorias foram utilizadas para controlar, higienizar, diferenciar, categorizar, seja para docilizar indígenas, para moralizar comportamentos, disciplinar escolas e degenerar raças no império, para ajudar a achar o “homem certo para o trabalho certo” no período de industrialização, seja na produção de testes psicológicos no período das grandes guerras mundiais (Bock, 2003).

Após a regulamentação da profissão, em 1962, o compromisso com as elites é re combinado e caracterizado pelo difícil acesso aos pobres. A psicologia trancou-se em consultórios particulares caros e distantes de uma grande parcela da população e das questões políticas e sociais.

Os psicólogos têm se isentado de discutir projetos sociais, porque o homem e seu psicológico, da forma como são concebidos, não exigem essa discussão. As manifestações de psicólogos contra as desigualdades sociais são muito poucas; são raras as manifestações em relação às questões sociais de nosso tempo, porque se tem pensado que nada disso tem a ver com a Psicologia e com o mundo psicológico, seu objeto de intervenção e estudo (Bock, 2003, p. 27).

As reflexões da autora atualizam questões já presentes no primeiro perfil da categoria levantado em 1988. Na publicação, “Quem é o Psicólogo brasileiro?”, Antonio Bastos (1988) ao discutir sobre as áreas de atuação do profissional apresenta o consultório particular como maior área de concentração, 63,3% dos inscritos no Conselho, em segundo lugar a área escolar com 14,3%. Este cenário muda quando olhamos para a pesquisa “Quem são as psicólogas brasileiras?”, realizada em 2012 e apresentada em forma de um relatório e dois livros.

Sobre esta pesquisa, há de se evidenciar que ela parte da percepção já detectada em 1988 da “profissão feminina”, à época de 81,9% a 90,4% dos profissionais de

psicologia eram mulheres; reafirmada pela pesquisa do Conselho Federal de Psicologia encomendada ao IBOPE em 2004, com 91% de psicólogas no Brasil e encontrando 89% de mulheres psicólogas em 2012.

No cenário de atuação, em 2012, a clínica foi citada por apenas 3% das psicólogas pesquisadas, a saúde aparecendo em primeiro com 45%, seguida de organização e educação empatadas com 12% cada. Assistência Social, mobilidade urbana, trânsito e transportes e mundo jurídico também aparecem em seguida. Todavia, no cruzamento de informações sobre essa atividade principal e sobre os locais aonde elas foram exercidas, percebeu-se que 65% dos profissionais que indicaram atender principalmente no consultório particular caracterizaram esta prática ligada ao campo da saúde e 6% como clínica (Lullhier, Roslindo & Moreira, 2013).

Considerando que o consultório particular não é mais o espaço privilegiado da clínica, mas também o espaço da saúde e outras atividades, estamos defrontados com um novo sentido para o trabalho no consultório? Mais um sentido à Psicologia? Um novo paradigma? (Lullhier, Roslindo & Moreira, 2013). Relaciona-se a isso o lugar da psicoterapia no imaginário da classe psicológica.

3.1 PSICOTERAPIA - PODE OU NÃO PODE?

Um ponto presente nas narrativas, o qual merece atenção, é acerca de uma narrativa conhecida e repetida no campo psi, a de que em serviços públicos de assistência social o profissional de psicologia não realiza psicoterapia. Todas as profissionais entrevistadas narraram sobre o assunto, visto que a experiência no serviço diz, também, da prática.

Diego: Nossa perspectiva era de que a gente não fazia psicoterapia. Era um atendimento muito mais de acolhida e de encaminhamento para a rede de serviços, porque dentro do serviço não existia uma estrutura que favorecesse o processo psicoterápico e, de fato, não existia a possibilidade de a gente criar um vínculo mais firme para o atendimento psicológico, né?

Guilherme: Era muito trabalho para pouco profissional, mas assim, era um trabalho bem legal, tipo o trabalho de atendimento. E aí, era atendimento a qualquer LGBT vítima de violência, a gente não fazia psicoterapia, a gente fazia um acolhimento dessa pessoa, dessa demanda, a gente fazia encaminhamentos a partir do que a pessoa trazia como demanda mesmo.

Paloma: Eu sempre fiquei na área social, foi meu primeiro concurso, eu não tinha nem colado grau, passei nesse concurso, então eu comecei já trabalhando na área social, com esse conceito de clínica ampliada, de o setting ser o papelão, eu sentada lá com o sujeito [Paloma se refere a sua experiência como psicóloga com pessoas em situação de rua]. Assim não tive a vivência do atendimento clínico convencional, mesmo sabendo que isso não ia acontecer dentro do serviço voltado ao público LGBT, a psicoterapia, mas era um formato diferente do que eu já tinha vivenciado. Seria uma escuta, talvez mais aprofundada? Porque na rua você encontra o sujeito hoje e amanhã não quer dizer que você vá encontrar novamente. Então, é muito dinâmico e você tem que ter um atendimento de início, meio e fim naquele momento, porque você não tem nenhuma garantia que você vai encontrar o sujeito no outro dia.

Jai: Psicoterapia jamais! Quando eu cheguei no serviço a coordenadora, apesar de trabalhar com políticas públicas e tal, não sei o que ela tava entendendo enquanto profissional de psicologia lá, mas ela disse assim, “Oh você tem que escolher um dia pra você ficar de plantão aqui”, e eu, “Ficar de plantão pra quê?”, e ela, “pra atender as pessoas”. Quando ela falou “para atender as pessoas”, eu disse “Bom, o modo que eu tenho de atender as pessoas, o modo que eu fui aprendendo a atender as pessoas é a partir do plantão psicológico.

Todavia, há na narrativa de Otávio um contraponto. Quando conversávamos sobre a “orientação da prática” ele me narrou:

Otávio: Tem uma autora das terapias narrativas, esqueci o nome dela agora, que ela fala justamente de uma posição de não saber e, eu acho, que esse não saber para mim é muito mais produtivo do que a ideia de ter um saber que oriente tão estritamente qualquer atuação. Acho que na verdade a posição de não saber que ela fala é muito parecida com a história, na minha leitura, da

psicanálise, daquela história do sujeito suposto saber, que você é colocado nessa posição e você vai tentando desconstruir essa posição. É um pouco disso, de estranhar aquela fala do sujeito por mais banal e óbvia que ela pareça, assim, nunca dar ao que o sujeito está colocando como do âmbito do que você compreende ou que você entende. E aí, eu acho que isso faz surgir naquilo que parece ser uma narrativa já, vamos dizer assim, assentada e bem construída, você faz surgir essas fissuras, faz surgir essas contradições que faz com que, pra mim, o momento da clínica, do processo terapêutico, seja algo dum exercício de criatividade, assim sabe? Da pessoa conseguir produzir sentidos próprios e particulares de acordo com o contexto que ela vive, assim sabe? Mais úteis, mais, sei lá, eficazes para dar conta das situações que ela está lidando naquele momento.

Em sequência, lhe indaguei se ele via acontecer em sua prática no serviço essa sua compreensão de fazer clínico. Ele responde visualizar em apenas um caso, referente a um jovem atendido semanalmente por Otávio e sua estagiária.

Otávio: Em um caso, eu lembro, em um único caso, que era um menino, um caso bem curioso esse. Esse menino, ele chegou mandando e-mail para a gente, e aí a gente atendeu ele várias vezes. Ele falou que tinha dificuldades em relação à família, era uma pessoa que se sentia meio isolada, não tinha muitos amigos e tal. Eu atendia ele sempre junto com a estagiária, a estagiária aliás para mim foi muito mais ativa nesse processo do que eu. Ele chegou a passar, assim, uns quatro meses com a gente, vindo toda semana e de repente ele sumiu, ele desapareceu e a gente ficou assim “Cadê esse cara?”. E aí, quando foi, eu já estava fora do serviço, quando foi uns dois anos depois ele mandou um e-mail pra estagiária agradecendo e dizendo o quanto tinha sido importante pra ele aquele momento e nesse caso eu achei que foi algo, pra mim, que, mesmo ele tendo abandonado, eu achava que tinha sido um processo produtivo de alguma forma, foi gostoso pra mim, acredito que tenha sido pra ele. Agora, na maioria dos casos, eu tinha uma certa angústia porque era isso assim, um, dois, três atendimentos e encerrava-se por ali o processo e eu ficava sempre perguntando até que ponto isso pode ser eficaz? Pode ser, sei lá, positivo para a pessoa de alguma forma? Acho que até talvez fosse, né? Porque enfim, se ela parava de

procurar é porque... mas é isso, as coisas não tinham um fechamento, não tinham um “Hoje a gente acaba!”. Era mais um abandono que existia do que um fechamento dos processos lá. Eu acho também em função, tem um pouco a ver com a minha experiência, tava acabando de começar a atuar como psicólogo lá, então tinham muitas inseguranças, tinham muitas questões pra mim que eu não sabia ainda lidar direito; continuo não sabendo, mas eu sei lidar melhor com o não saber, sabe?

Ao me deparar com esta narrativa, tive a sensação de que o incômodo de Otávio era de que ele estava reproduzindo no serviço uma lógica de consultório: a insistência em encontros com dia e hora pré-determinados, vendo o processo como uma reinvenção do eu e, mais ainda, quando ele fala do fim, o fim que não está nas mãos do profissional de psicologia. Não é ele quem determina, o usuário pode simplesmente não comparecer mais, há uma inversão de poderes. Indaguei Otávio se sua narrativa não se caracterizaria bastante como psicoterapia, e sua resposta:

Otávio: Ah sim, sim. Isso talvez fosse meu desejo, que eu gostaria que lá fosse um espaço mais, pelo menos do ponto de vista dos profissionais de psicologia, mais psicoterapêutico. Porque tem uma coisa que eu me incomodo muito que é: eu acho que existe tanta crítica à noção de terapia como algo liberal, individual, tarará tarará tarará, que se perdeu a potencialidade desse processo, principalmente em instituições públicas. Existe uma... eu acho que até o CRP proíbe que se faça atendimento terapêutico em determinadas instituições e eu nunca entendi exatamente por quê. Porque, assim, me parece que o processo psicoterapêutico strictu sensu ele produz um empoderamento do sujeito, assim, nessas situações de violência ou mesmo não tendo a violência propriamente dita, mas sujeitos que vivem de alguma forma uma certa pressão, que eu acho vital. Eu acho, assim, bastante interessante e o que se propunha no lugar eram esses atendimentos pontuais e encaminhar para outras instituições, mas realmente como não existiam essas instituições pra encaminhar e como eu acho que algo pontual não é muito resolutivo, assim, pra mim não tem muita produtividade, eu sempre ficava tentando resgatar a potencialidade de um processo terapêutico, sabe?

Eu sei que esse não é um discurso comum, acho, das pessoas, dos psicólogos e psicólogas que trabalham em espaços como esse. Mas eu tenho revisto muito essa

crítica da terapia, principalmente da terapia individual, como algo que é só alienante, como algo que é só problemático. Porque, por exemplo, nos centros de referência pra mulheres vítimas de violência se fala que o atendimento não é para ser terapêutico, que é para ser algo que empodere a mulher, mas o que danado é que empodera a mulher? Sabe? Que que isso assim? É algo didático que eu vou dar? “Os valores do feminismo são esse, esse e esse, então isso vai ser melhor pra você.”. Eu acho que esse processo pedagógico, eu acho que isso não é eficaz, não é transformador para pessoas que tão vivendo em situação de opressão de alguma forma, sabe? Para mim, eu, pela minha trajetória, pelo que foi o processo terapêutico para mim e que sem sido ainda e pelo que eu sinto nesses espaços eu tenho tentado resgatar um pouco dessa potência, eu dou muito muito valor a isso.

A experiência narrada de Otávio nos ajuda a complexificar narrativas como a interjeição de Jai: “*Psicoterapia jamais!*”. Que tensões estas narrativas estão apresentando? Existe um documento que impede psicólogas e psicólogos de realizarem psicoterapia em serviços públicos?

Coloco-me na busca de uma compreensão sobre esse progressivo abandono da psicoterapia em nome de outras práticas. Poder-se-ia dizer que a psicoterapia fora minimizada por seu histórico como prática voltada à classe média e individualista. Cria-se, com essa narrativa, um contra discurso de que “psicoterapia não é para pobre”. Todavia, este fenômeno é mais rico e cheio de nuances.

Mais uma vez, vamos recorrer à história da psicologia para entender as condições de possibilidade para que se abandonasse uma prática já consolidada em nome do desbravamento de novas formas de ser profissional de psicologia. João Leite Ferreira Neto (2011) nos fornece um ponto de partida com seus trabalhos sobre psicologia nas políticas públicas e de como a ciência e profissão precisou se reinventar para novas realidades. Acrescento uma investigação nos sites do Conselho Federal de Psicologia e do Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), buscando documentos oficiais, visando compreender como a psicoterapia aparece, se é incentivada ou proibida.

No Brasil, como exposto anteriormente, a história do encontro entre a Psicologia e as Políticas Públicas se deu nos anos 1980, com o fim do Regime ditatorial, iniciado na década de 1960. Visto que com a redemocratização, a Constituição Cidadã, o reconhecimento e o investimento no combate a problemas sociais, o campo das políticas públicas tornou-se grande empregador de profissionais das ciências humanas, sociais e da saúde (Ferreira Neto, 2011).

Os profissionais que tínhamos disponíveis vinham de uma formação pautada nos conteúdos, ligadas a um currículo mínimo, e que tinham a psicoterapia como prática fundante da identidade profissional. No levantamento do Conselho Federal de Psicologia realizado em 1988, 63,3% dos profissionais tinham o consultório particular como campo de atuação (Bastos, 1988), ou seja, uma boa parcela dos profissionais que estavam sendo recrutados, chamados, incentivados a estar lidando com problemas sociais tinham como tradição o foco na interioridade do sujeito. A crítica vigente versava sobre modelos de teorias e práticas que estavam alheios ao maior contingente populacional do Brasil - e principais usuários das políticas públicas -, as classes populares (Ferreira Neto, 2011).

Para além disso, estava em curso uma mudança radical na compreensão da subjetividade. O modelo de subjetividade enquanto interioridade começava a dar lugar uma concepção mais complexa. O que João Leite Ferreira Neto (2011) explicita é que a Psicologia, emergente no seio do projeto moderno e metafísico, separou o sujeito da interioridade e o objeto da exterioridade.

De certo modo, toda história da psicologia foi influenciada pela assimilação da subjetividade à noção de interioridade. Uma das consequências dessa formulação foi a tendência de segmentação dos estudos psicológicos em relação aos estudos sociais, ou seja, uma divisão disciplinar. A disciplina da psicologia tomou, assim, seu objeto de estudo, a subjetividade interiorizada, de modo desconectado em relação ao espaço social, apresentando um solipsismo desde seu nascimento oficial como ciência (Ferreira Neto, 2011, p. 54).

Segundo o autor, vivemos nas últimas décadas a assunção de perspectivas que veem a subjetividade não como interioridade, mas sim, como emergência histórica. Esse objeto, a subjetividade, passou a ser olhado por outro prisma, não mais causal e

determinada por uma interioridade, mas agora fruto de rede de processos que, diferente do que alguns pensam e falam, não é determinado pelo social, mas conectado ao mundo, ao tempo e ao espaço, ou seja, um sujeito nascido das tensões dos processos sociais, culturais, econômicos, tecnológicos...(Ferreira Neto, 2011).

Paloma, fala disso, ao me narrar sobre o que orienta sua prática, só que de uma forma implicada, experienciada.

Paloma: Eu sempre vou numa postura, desde sempre, de que as teorias, elas dão uma base, mas não é através delas que eu vou ver o sujeito. Ele que vai dizer para mim quem é, como é e é a partir dele que eu vou sentir como fortaleço ele, onde é que ele precisa falar de alguma dor, mas muito sem tá diagnosticando ou enquadrando numa perspectiva teórica. Não! Ela me dá ferramentas para vislumbrar, mas quem vai me dizer é esse sujeito, então eu vou sempre nessa perspectiva. Até hoje, dizem: “eita tu vais fazer uma visita familiar, bronca visse”, e para mim isso não faz nenhum sentido. É o sujeito que vai se apresentar para mim. Interessante como cem por cento das vezes não bate essa expectativa quem vem do outro “oh população de rua, viu”, não, muito pelo contrário, sempre foram surpresas muito positivas, de muito encantamento humano, até onde o humano vai, até onde ele se reinventa, as possibilidades dele de se subjetivar, de encontrar sentidos e ter saúde emocional mesmo, para estar lidando, ter resiliência, ter a capacidade adaptativa mesmo, de buscar força, ter dignidade, ter senso crítico.

Compreendo, assim, que ao longo da existência, criamos, produzimos, inventamos, novos processos de coprodução de singularidade, novos modos de subjetivação. Pensando na prática profissional, se uma técnica já respondesse tudo, não nos autoneariamos de “psicologias”. Penso que para lidar com fenômenos produzidos por 8 bilhões de seres humanos, há de se precisar do máximo de criatividade teórica e prática possíveis para nos subjetivarmos e acompanharmos outros enquanto se subjetivam.

Uma prática profissional pautada na interioridade direcionada a um público cada vez mais diverso e plural toma a direção de se tornar mais ineficaz, mas este é só um

dos vetores que atravessam a questão da psicoterapia nas políticas públicas. Ferreira Neto (2011) acrescenta mais dois: o segundo, a mudança nas condições de trabalho, deixando de ser profissional liberal para se tornar assalariado estatal. Essa mudança exige do profissional que ele agora preste contas sobre sua prática de forma muito mais regrada que no seu consultório. Antes, a relação era dual, profissional-cliente, estando centrada na ação do profissional. Agora, horários de trabalho, carga de trabalho, hierarquias, protocolos, Instituições adentram esse campo relacional e tornam a psicoterapia, no mínimo, deslocada. Expresso isso tomando como base, também, a narrativa de Diego.

Diego: O governo contratava o serviço de uma terceirizada que nos contratava. Então, nós éramos servidores terceirizados, mas falávamos em nome do estado. O que era meio louco, digamos assim, mas éramos funcionários do estado, mas pagos por uma terceirizada, o estado ele repassava essa verba. Só que o que complicava era esse vínculo frágil de trabalho para proporcionar esse vínculo, não dava para a gente estabelecer esse vínculo psicoterápico por causa dessa possibilidade, então era complicado para a gente. [...] E existiam uns percalços dentro da fragilidade, por exemplo, Bruno estava trabalhando com a gente e tinha esse contrato de um ano, só que nesse um ano tu não recebias teu salário todo mês, entendeu? Podia ser que teu salário atrasasse, como já aconteceu comigo, quatro meses, e aí? É muito difícil você manter um profissional num lugar desse que fique se submetendo a esse tipo de relação, entendeu?

Como terceiro elemento colocado por Ferreira Neto (2011) sobre a questão da psicoterapia nas políticas públicas, é preciso considerar o encontro da Psicologia com outros saberes e fazeres. Se antes os psicólogos e psicólogas eram senhores e senhoras de seus consultórios, agora eles e elas estavam no encontro cotidiano, constante e permanente com outras perspectivas de homem e de mundo. A realização de psicoterapia de difícil passou a ser, efetivamente, impossível; esse contexto fornece mais contornos as narrativas como “*Psicoterapia jamais!*”, mas ainda falta saber se há, de fato, uma proibição instituída.

A questão que temos agora é sobre a regulamentação da prática do profissional de psicologia em contextos de aparatos/serviços de políticas públicas. Comecei indo ao

site do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas e levantando as referências técnicas disponíveis, para então, utilizar a ferramenta de busca com a palavra “psicoterapia”. O intuito foi de localizar a palavra para então investigar seu posicionamento no documento. Apresento tais informações no quadro, a seguir.

Quadro 1: Lista de documentos levantados no CREPOP quanto a citação à "psicoterapia"

Norma Técnica CREPOP	Apresenta a palavra "psicoterapia"?
Referências Técnicas para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS (Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas, 2007)	Não
Referências Técnicas para a prática do(a) psicólogo(a) nos programas de DST e AIDS (Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas, 2008a)	Sim
Saúde do trabalhador no âmbito da saúde pública: referências para atuação do(a) psicólogo(a) (Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas, 2008b)	Sim
Referências técnicas para atuação do psicólogo em varas de família (Conselho Federal de Psicologia, 2010a)	Não
Referências Técnicas para atuação de psicólogos no âmbito das medidas socioeducativas em unidades de internação (Conselho Federal de Psicologia, 2010b)	Não
Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) em programas de medidas socioeducativas em meio aberto (Conselho Federal de Psicologia, 2012a)	Não
Referências Técnicas para atuação das psicólogas (os) no Sistema Prisional (Conselho Federal de Psicologia, 2012b)	Não
Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) nos Centros de Referências Especializado de Assistências Social - CREAS (Conselho Federal de Psicologia, 2013a)	Sim
Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) no CAPS - Centro de Atenção Psicossocial (Conselho Federal de Psicologia, 2013b)	Sim
Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) em programas de atenção à mulher em situação de violência (Conselho Federal de Psicologia, 2013c)	Sim
Referências Técnicas para atuação das(os) psicólogas(os) em questões relativas à terra (Conselho Federal de Psicologia, 2013d)	Não
Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) em políticas públicas sobre álcool e outras drogas (Conselho Federal de Psicologia, 2013e)	Sim
Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) na Educação Básica (Conselho Federal de Psicologia, 2013f)	Não
Relações Raciais - Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) (Conselho Federal de Psicologia, 2017)	Não
Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) em políticas públicas de mobilidade humana e trânsito (Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas, 2018)	Não

Dos quinze documentos, encontrados no site do CREPOP, em seis há alguma menção à psicoterapia. No documento que versa sobre a saúde do trabalhador, aparece apenas uma vez, em uma citação direta, compondo o argumento de que é necessário se posicionar contrário a psicologismos da vida psíquica dos trabalhadores e de que práticas se voltem para tornar o ambiente de trabalho um espaço de promoção de saúde coletiva (Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas, 2008b).

A psicoterapia é colocada como prática possível nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). Tendo em vista todos os avanços decorridos com a reforma psiquiátrica, a atuação do profissional de psicologia volta-se para a desinstitucionalização. Gosto do tom crítico do documento ao citar a clínica no CAPS:

. . . a clínica de um CAPS não se faz só de colóquios íntimos. Conjuga elaboração subjetiva e reabilitação no processo de construção da autonomia e da capacidade de cada usuário. Por isso, agrega à psicoterapia e ao medicamento, a potência de outros recursos e intervenções (Conselho Federal de Psicologia, 2013b, p. 99).

A psicoterapia é colocada como uma prática à qual se pode agregar outros recursos, ou seja, há a condição de possibilidade de reinvenção da prática e do profissional a partir do encontro com outras perspectivas e intervenções. Também de maneira possível aparece a prática da psicoterapia nos programas de DST e AIDS, mas com críticas, como vem sendo comum perceber, à noção de que esta prática é a única que se espera dos profissionais de psicologia.

No documento sobre atuação no campo de álcool e outras drogas, a psicoterapia é colocada como uma atribuição do profissional no CAPS AD e no CAPS AD III. O documento ainda sugere a realização de outras atividades: “Os atendimentos psicoterápicos, individuais e em grupo, são algumas das atividades realizadas no CAPS AD. O psicólogo também pode realizar oficinas terapêuticas, visitas e atendimentos domiciliares e atividades comunitárias que visem à promoção de saúde” (Conselho Federal de Psicologia, 2013e).

É apontado que a partir da ideia de prevenção a novos contágios a prática do profissional precisava dialogar com a comunidade e construir redes de apoio (Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas, 2008a). Desta forma uma prática individualista e individualizante está, para dizer o mínimo, deslocada. Lembro que estamos a abordar a psicoterapia dentro de políticas públicas em contextos específicos.

O documento levantado no CREPOP que traz algo também relacionado a psicoterapia é aquele que versa sobre a atuação de psicólogas(os) em programas de atenção à mulher em situação de violência. A prática psicoterápica aparece como algo que deve compor o rol de cuidados nos encaminhamentos dessa mulher violentada, mas no serviço a ação do psicólogo é a de “avaliar as peculiaridades de cada caso para decidir se o encaminhamento é para atendimento de serviço de saúde mental, ou se propõe um conjunto de atendimentos psicossociais no seu plano terapêutico” (Conselho Federal de Psicologia, 2013c, p. 92).

Quando olhamos para as referências técnicas para atuação nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (Conselho Federal de Psicologia, 2013b), os CREAS, a psicoterapia está envolta em mais tensões. A primeira, advém do fato de após a realização de pesquisa sobre atuação do profissional de psicologia nos CREAS, levantou-se que para os profissionais a psicoterapia é a forma primordial de criação de vínculo para com a clientela atendida, mas também, porque os psicólogos e psicólogas entendem que esta é sua função.

O documento tensiona, ainda, a visão de psicoterapia como prática voltada a olhar para questões privadas, intrapsíquicas sem atentar ao campo, ou melhor, ao território no qual o sujeito está inserido; e é categórico ao dizer que os profissionais de psicologia têm que desconstruir a noção de que, sofrimento psíquico é demanda de psicoterapia. O desafio colocado pela Assistência Social a Psicologia, afirma, “é justamente o de construir outras respostas que considerem as características do território de origem do usuário e que possam incidir na melhoria das condições de vida desse sujeito” (Conselho Federal de Psicologia, 2013b, p.50).

Realizei uma última pesquisa, no site do CFP, especificamente nas normas técnicas, localizando a nota técnica com parâmetros para atuação das/dos profissionais de psicologia no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) (Conselho Federal de Psicologia, 2016) no qual há uma “dica” sobre a atuação do profissional de psicologia:

DICA: O campo de atuação profissional consiste na Política Pública de Assistência Social, no qual a psicoterapia não é uma oferta de serviços. Os saberes psicológicos podem contribuir para a proteção social de assistência social e superação das desigualdades sociais, para o empoderamento dos coletivos, a garantia de direitos e o fortalecimento da função protetiva da família (Conselho Federal de Psicologia, 2016, p.15).

A dica está nas orientações gerais do documento e elucida a não realização da psicoterapia como prática do psicólogo na política de Assistência Social. O que como já exposto anteriormente, é tensionado em outros documentos. Os documentos parecem apontar que a psicoterapia é uma prática de cuidado válida e que compõe nossa história profissional, porém há outras intervenções possíveis esperando para acontecer ou serem inventadas.

A questão “pode ou não pode fazer psicoterapia em serviços da assistência social?” é, com certeza, mais complexa do que uma resposta “sim-não”. A leitura que fiz, provocado pelas narrativas de minhas colaboradoras e após buscar entender o que os documentos oficiais do governo e do CFP instruem a respeito do uso da psicoterapia no CAPS. Concordo, com o que disse Otávio, “*existe tanta crítica à noção de terapia como algo liberal, individual*”, existe mesmo. Tais críticas são válidas e continuam necessárias, do meu ponto de vista, precisávamos aprender a ser novos psicólogos diante do mundo que se abria/abriu.

Todavia, as psicólogas e psicólogos, cujas narrativas outorgam substância a essa tese, mostram categoricamente nossa capacidade de criar, inventar, fabricar, produzir uma psicologia politicamente implicada, na direção do outro em comunidade, um sujeito constituído e constituinte de uma complexa teia histórica.

A ampliação da prática do psicólogo para além do seu consultório foi bastante incentivada e observada ao longo das últimas décadas no Brasil. Odair Sass (1988) ao analisar o perfil dos profissionais da década de 1980 afirma que a concentração do profissional no consultório particular caracteriza parte do elitismo e assinala que os profissionais insistem em trabalhar tendo um viés individualista.

Ana Lúcia Francisco (2012) argumenta que este modelo tradicional de ciência psicológica encontra seu arcabouço numa visão naturalista e universalista do comportamento humano, com considerações dicotômicas de normal/patológico, indivíduo/sociedade e volta-se, quase exclusivamente, para casos individuais. Entretanto, segundo a autora, o contexto social brasileiro dos últimos anos tem colocado a esta concepção de psicologia diversos desafios, principalmente quando a prática profissional se dá em instituições.

3.2 POR UMA PSICOLOGIA NÃO FASCISTA

Um questionamento possível e esperado neste ponto é: se não a psicoterapia, o que? Inúmeras vezes fui advertido que não poderia realizar uma crítica tão forte à uma prática consolidada sem oferecer algo em troca. Os medos que me tomaram foram todos de ordem técnica: como vou inventar uma nova técnica psicológica? Terei de propor um modo de atendimento às vítimas de LGBTfobia?

O tecnicismo e a megalomania são explícitos e, por assim serem, exibem em neon como os ideais modernos e cartesianos estavam/são incrustados no meu pensamento. Sempre questionado sobre o que minha tese iria ou poderia propor, a resposta caminhava pela técnica, ofertar uma(s) nova(s) técnica(s) para tratar de uma população específica vítima de violência. Lembro até de em uma aula da disciplina de Tese 1 surgir a possibilidade de um dos resultados que minha tese poderia oferecer ser exatamente uma proposta de protocolo de atuação para os serviços pesquisados. Tal consideração nunca foi levada adiante como meta.

Falando em técnica e Psicologia, mostra-se urgente que o profissional de psicologia tenha ao seu dispor competências amplas. Porque, concordo com o Yuval Harari

(2016), paira sobre clínicos e especialistas, a obsolescência. As empresas de tecnologia de dados e seus algoritmos, com base em milhões de casos digitalizados, estão investindo no campo de estudo da “Health Tech”, da saúde tecnológica. Já foram desenvolvidos algoritmos cujo diagnóstico para câncer de pulmão possui 90% de precisão, médicos humanos identificaram apenas 50%⁵⁷.

Algoritmos já informam sobre epidemias de doenças, detectam câncer, imprimem em 3D peças personalizadas para cada indivíduo (Harari, 2016). Eles também interagem perguntando sobre seu humor, aprendem e criam mapas mentais, padrões e distorções sobre o pensamento e humor. O “Woebot: your self-care expert”, desenvolvido por pesquisadores - psiquiatras e psicólogos comportamentais - da Universidade de Stanford, nos EUA, é um aplicativo o qual você pode baixar no seu smartphone, ele conversa com você diariamente perguntando, “como você está?”. As respostas são transformadas num banco de dados, um algoritmo, e o app pode lhe informar quando você está ficando mais depressivo ou mais ansioso. Pode, inclusive, sugerir meios para que o usuário possa lidar com aquele momento⁵⁸.

Quando descobri tal app fiquei espantado. Estava refletindo, ainda agora, se a psicoterapia era ou não um instrumento pertinente, e aí, descobro que será bem possível e provável que as pessoas prefiram contar suas dores e angústias aos seus celulares inteligentes para quando algo não estiver indo bem, serem avisados e já terem opções do que fazer apresentadas. O app é explícito em seu vídeo promocional de que não substitui psicólogos e psiquiatras, ele ajuda o usuário a “se dar conta por conta própria”⁵⁹. Quanto maior o banco de dados, mais acurada a precisão diagnóstica que ocorre de forma automática.

Sua eficácia na redução dos sintomas da depressão e ansiedade foi publicada por Kathleen Kara Fitzpatrick, Alison Darcy e Molly Vierhile (2017), o que me fez pensar,

⁵⁷ Steadman, I. (2013). IBM's Watson is better at diagnosing cancer than human doctors. *Wired*. Recuperado de <https://www.wired.co.uk/article/ibm-watson-medical-doctor>

⁵⁸ Chen, C. (2017). App de saúde mental informa quando usuário está deprimido. *EXAME*. Recuperado de <https://exame.abril.com.br/tecnologia/novo-aplicativo-informa-ao-usuario-quando-ele-esta-deprimido/>.

⁵⁹ Weebot (2017). Meet Woebot!. *YouTube*. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=KGh8dNkpZWk>.

ainda mais, que se o profissional de psicologia continuar a pautar sua prática essencialmente pela psicoterapia, meu caro, você ficará obsoleto. O app é barato, é diário, a transferência será com uma inteligência artificial em quem se pode confiar cegamente, ao menos é como nos vendem.

Obviamente, isso demorará algumas décadas, o que é bom para que estudantes em psicologia comecem, desde já, a se construir profissional psi para além da psicoterapia. Neste momento precisamos debater e desenvolver modos de ser profissionais de psicologia, teremos no futuro próximo de lidar com problemas advindos de uma superpopulação, que só aumentará, que não terá muito o que fazer, já que não serão mais úteis, uma vez que tudo que o humano faz, algum algoritmo está sendo pensado, ou já está sendo produzido, ou já está em execução sendo mais eficaz e inteligente que o humano.

Em um dos destinos pensados por Yuval Harari (2016) para a humanidade, os humanos - em sua maioria - ficarão obsoletos e em sofrimento. Mesmo que esse futuro não se realize em sua totalidade, é bom ter em mente que para não cair na obsolescência e para atender a demanda crescente as psicólogas do Brasil e do mundo precisarão focar em construir um rol de habilidades ainda não inventadas.

Para seguir pensando, volto às narrativas dos profissionais de psicologia sobre o que efetivamente era realizado por elas e eles como prática no acolhimento e atendimentos com vítimas de homofobia.

Aurora: Pois é, eu lembro que uma das primeiras coisas de quando eu comecei a trabalhar lá é que não tinha parâmetro nenhum. Eu não conhecia ninguém que tinha feito esse tipo de trabalho. E aí, fui fazendo levantamento bibliográfico, fui assistindo muitos vídeos, localizei, que eu não sabia da existência, aquela cartilha do CFP “Diversidade Sexual”, e aí eu devorei aquilo no sentido de me dar sustentação no que eu estava fazendo.

Eu venho do referencial, do ponto de vista da escuta clínica da escuta psicológica de base existencial fenomenológica, então, na época eu lembro que eu pesquisei dentro da fenomenologia, da ACP, da Gestalt, de tudo que estava dentro desse pacote e não achava

nada relativo a isso. O que eu achei foi material do campo de discussão dos direitos humanos, e aí Bruno, não teve nada, não tinha nada específico na psicologia. Eu lembro de vídeos que eu assisti de um serviço desse tipo em Minas Gerais, no vídeo se falava que tinha psicólogo na equipe, mas sempre quem falava era ou a assistente social ou uma enfermeira, porque tinha uma enfermeira nessa equipe e o vídeo era sobre a saúde da população lgbt.

Do ponto de vista teórico mesmo, a minha grande referência foi essa cartinha do CFP e a partir disso, das referências que tinham lá, eu fui buscando outras referências teóricas daquilo. Eu sabia que a proposta era de que a gente não fizesse psicoterapia lá. O meu trabalho como psicóloga lá foi também ajudar a estruturar minimamente uma rede de referência básica.

Aurora foi buscar por parâmetros nos indexadores e nas teorias. Eis que não tinha nada de específico da Psicologia, só algo do campo dos Direitos Humanos. As perguntas que me foram endereçadas são: Direitos Humanos não é específico da Psicologia? O que torna algo específico da Psicologia?

Como entrevistador e pela experiência com revisões da literatura, sei que a profissional está afirmando não ter localizado nenhum trabalho publicado por psicólogos/psicólogas nem em revistas de Psicologia. “*Não teve nada, não tinha nada específico na psicologia*”. Desde que me entendo como pesquisador, lá na iniciação científica, aprendi que ser psicólogo é atuar na defesa dos Direitos Humanos e, desde então, essa certeza esteve como alicerce do meu fazer e pensar a Psicologia. Defendi o direito de homens à paternidade, o direito de travestis à uma vida não abjeta, o direito da não-violência aos corpos em sua diversidade.

Mais uma vez fui deslocado por Yuval Noah Harari (2018), quando reflete sobre o desespero e a esperança no século XXI, afirmando: “O único lugar no qual existem direitos é nas narrativas que os humanos inventam e contam uns aos outros” (p. 263). Os Direitos Humanos existem enquanto são narráveis e narrados. O autor expõe que os dogmas dos direitos humanos foram moldados ao longo dos séculos como modo de ação e resistência contra a Inquisição, os nazistas e a Klu Klux Klan.

Refletindo sobre Psicologia e Direitos Humanos pude perceber, então, que tais campos se relacionam intimamente, sua ligação é epistemológica, ambas colocam a ideia de humano no centro de suas atenções. Ou seja, ambos os campos (assim como grande parte, senão todas, as Ciências Humanas) tomam a experiência humana como cerne para dar significado a um mundo sem significado. Os dois campos habitam o humanismo, define o autor e segue:

A ideia fundamental das religiões humanistas, como o liberalismo, o comunismo e o nazismo, é que o *Homo sapiens* tem uma essência única e sagrada, fonte de todo sentido e de toda autoridade no Universo. Tudo que acontece no cosmo é considerado bom ou mau de acordo com impacto que exerce sobre o *Homo sapiens* (Harari, 2016, p. 115).

Luís Claudio Figueiredo (2007), ao investigar a invenção do psicológico, sustenta que a Psicologia esteve desde o seu nascimento comprometida com a modernidade e com a soberania do sujeito. Tais formas de ver a Psicologia, independente das escolas de pensamento, militam para reestabelecer para o homem os privilégios próprios do humanismo renascentista. Todavia, demarca o autor, existem psicologias que permitem o deslocamento do sujeito, o humano não é mais o centro mundo e fundamento do saber. “Estas psicologias já não cabem na Idade Moderna. Elas não têm nada a ver com o humanismo” (Figueiredo, 2007, p. 163).

Assumo a perspectiva de Tania Fonseca e suas colaboradoras (2008), na qual a problematização do campo dos Direitos Humanos deve estar orientada não a sua dissolução, mas sim, a abertura à indeterminação dos acontecimentos. Isso significa caminhar na direção da superação da abstração criada como efeito da impossibilidade de generalização, visto que o que foi produzido foram direitos de uma entidade inexistente, o Homem Universal.

As autoras destacam duas variações na forma como essa visão universalista de Direitos Humanos pode ser percebida. Primeiro, a forma universalista republicana, exemplo de uma visão iluminista de nação e homem unidos, iguais em sua constituição (Fonseca e Cols., 2008). Um exemplo elucidativo desse viés pode ser encontrado na

Ministra da Família, Mulher e Direitos Humanos, Damares Alves, que em entrevista ao Jornal Gazeta⁶⁰, afirmou:

Ministra Damares Alves: O presidente Bolsonaro quer uma nação fraterna. Quando ele fala assim “Chega de divisão!”, é isso que ele quer falar “Vamos nos unir. Vamos todo mundo nos unir. Somos um único povo, uma única nação. Vamos estar juntos, não vamos mais dividir o Brasil”. O Problema é que Direitos Humanos no passado estava segmentado, era só para um grupo aqui, um grupo ali e segmentou-se os Direitos Humanos. Então, o Presidente quer proteger todo mundo.

Chama atenção a posição do Governo ser de enfrentamento e superação da segunda variação abstrata de Direitos Humanos, uma visão denominada pelas autoras supracitadas como multicultural federativa. Aqui, os Direitos Humanos estão dedicados a resguardar segmentos distintos, “protegendo, permitindo e até incentivando o mergulho destes em uma identidade considerada sua, sem a interferência dos demais segmentos sociais, étnicos, políticos ou culturais” (Fonseca e Cols., 2008, p. 41). A noção universal de humano é convertida em identidades segmentadas tomando como critérios a cor da pele, a etnia, sexualidade, dentre outros.

A produção multicultural dos Direitos Humanos é a mais influente em nosso tempo. Segmentos, chamados de minorias, ocuparam e ocupam lugar proeminente nas nossas lutas. A condição de possibilidade desta pesquisa está exatamente numa política pública fruto de lutas dos movimentos sociais identitários. Porém, é preciso estar atento para as forças que atuando em nome da proteção desses grupos, produzem o afastamento da diferença da sociabilidade desses grupos. O enclausuramento identitário que nos afasta do outro, do diferente.

Somente agora percebi que meu incômodo não é com a Psicologia, os Direitos Humanos ou com a psicoterapia em si. Mas sim, com a noção de “Humano” que subjaz à ciência psicológica e suas práticas, tornando-as um aparato de violência a tudo e todos que não se encaixem nessa concepção humanista de humano e humanidade.

⁶⁰ Gazeta do Povo (2019). ENTREVISTA Damares: “Esquerda não quer conversar” | #GazetaEntrevistas. YouTube. Recuperado de <https://youtu.be/ZCzn52LFDHI>.

O rio Doce, que nós, os Krenak, chamamos de Watu, nosso avô, é uma pessoa, não um recurso, como dizem os economistas. . . . O Watu, esse rio que sustentou a nossa vida às margens do rio Doce, entre Minas Gerais e o Espírito Santo, numa extensão de seiscentos quilômetros, está todo coberto por um material tóxico que desceu de uma barragem de contenção de resíduos, o que nos deixou órfãos e acompanhando um rio em coma. Faz um ano e meio que esse crime - que não pode ser chamado de acidente - atingiu as nossas vidas de maneira radical, nos colocando na real condição de um mundo que acabou (Krenak, 2019, p. 40-42)

O líder indígena Ailton Krenak (2019) narra a relação de seu povo com o rio Doce, fazendo alusão ao rompimento da barragem do Fundão, da mineradora Samarco, controlada pelas multinacionais Vale e BHP Billiton, ocorrido em novembro de 2015. Uma catástrofe! Considerado o maior acidente da história com barragens, lançando 45 milhões de metros cúbicos de rejeitos da mineração de ferro no meio ambiente. Vale ressaltar que tal tragédia não foi suficiente para evitar que três anos depois, 2018, voltasse a acontecer um novo rompimento em Brumadinho, Região Metropolitana de Belo Horizonte.

O autor informa que muitas pessoas dos povos tradicionais não se veem como indivíduos, mas sim como “pessoas coletivas”, pessoas que são a floresta, são o rio, são a montanha, estabelecem com a natureza e o mundo uma relação constituinte de si. Fica ainda mais elucidada a ideia defendida pelo autor de que a humanidade enquanto abstração civilizatória é um absurdo, pois, “ela suprime a diversidade, nega a pluralidade das formas de vida, de existência e de hábitos. Oferece o mesmo cardápio, o mesmo figurino e, se possível, a mesma língua” (Krenak, 2019, p. 22-23). Pergunto: a Psicologia sabe ouvir pessoas constituídas/órfãs por/de um rio? Que práticas psicológicas podem ser pensadas considerando pessoas coletivas e não indivíduos?

Gabriela: O trabalho como técnica era um trabalho de muita viagem, eu lembro disso, na primeira semana eu já fui parar em Petrolina, a gente ia fazer formação com os delegados da Polícia Civil do Sertão do São Francisco. E aí, tem um monte de delegado e a gente precisava usar nossos argumentos de autoridade, tipo, “Existe um compromisso firmado pelo governador do Estado em tal data...” e aí a gente falava do dia em que ele criou o serviço, “...e nessa portaria diz que todo o Estado tem que estar atento à política LGBT. Como é que faz isso?

Vamos lá”. E aí a gente fazia as oficinas, a gente fazia oficina, sei lá, com todos os delegados, e aí eles questionavam “ah, mas isso não é científico”. “Não é científico” o que? Vamos lá e trazia as autoras que dialogavam sobre discussões feministas e de gênero. “Ah não, mas isso vai de encontro ao princípio legal”, aí a advogada dizia, “Oxe, e isso aqui e isso aqui?”. A gente usava argumentos e então era um trabalho de convencimento.

Em outros espaços que a gente reunia, por exemplo, técnicos, coordenadores de, sei lá, desde política para as mulheres à política de saúde e assistência social, e aí eram rodas temáticas. A gente fazia formação para ouvir a galera falando da sua prática, como é que era, como é que era trabalhar nesses espaços. Muitas vezes a gente fazia a lógica de acolhimento mesmo, “É difícil, mas oh, vamos tentar ficar atentos a essas questões. Em que medida a gente está olhando para as questões da população lgbt? Será que esse tipo de serviço está sendo acolhedor? Será que não está?”. Enfim, a gente para cada tipo de pessoas, a gente tentava fazer esse trabalho de convencimento para essa pauta, para essa sensibilidade. Então, era muito, eu, particularmente, trabalhei muito mais com formação do que com assistência, na época como tinham dois técnicos o outro psicólogo acompanhava mais casos e eu fazia mais essas atividades de formação. Não que eu não fizesse acolhimento e que o outro psicólogo não fizesse formações, mas em alguma medida, a gente se dividiu mais ou menos assim e foi uma época, também, de a gente perceber que a gente precisava produzir dados. Nessa época a gente teve uma reunião com o secretário, e aí ele falou “Eu preciso saber quantas pessoas foram atendidas até esse ano. Quantas são gays? Quantas são lésbicas? Quantas são trans? Mais ou menos que tipos de casos. Tentem criar aí uma sistematização para isso”. Eu lembro que eu passei mais de mês, passei muito tempo dedicada a produzir esse relatório com estatísticas, com números, assim, por exemplo, de todas as pessoas lésbicas que a gente atende aqui, atende, acompanha no caso, a gente - eu não lembro mais, mas eu até tenho esses dados aí - tantas dessas pessoas chegam no ensino superior, das mulheres lésbicas, mas quando a gente vai olhar as mulheres trans, por exemplo, a gente percebe que, sei lá, mais de 50% delas não foram alfabetizadas, não concluiu o processo de alfabetização, o que é que isso quer dizer para a gente? Foi uma época de construir números para fortalecer nossos argumentos e denunciar algumas coisas. Eu lembro bem disso, as assistentes sociais faziam tarefas bem parecidas com a da gente da

psicologia, tanto de formação quanto de acompanhamento dos casos e escuta; e muitos dos acompanhamentos não eram acompanhamentos de escuta clínica, por exemplo, eram de acompanhamento pra entender o caso e conseguir junto dessa pessoa acionar uma rede de proteção, ou uma rede de acesso à saúde, ou assistência, ou enfim.

A escuta do serviço, bom, a gente discutiu e criou dois tipos de instrumentais diferentes, porque a gente percebeu que o instrumental que tinha antes era um instrumental que a gente já entendia todo mundo como usuário do serviço na medida que chegava e nem sempre. Às vezes a pessoa ia, por exemplo, era um familiar, não que familiar não fosse usuário, mas não era o caso do familiar, vamos supor, a minha mãe vai “oh, eu soube que existe esse serviço e eu quero que minha filha venha aqui porque ela tá sofrendo lesbofobia”, nem sempre as pessoas usavam esse termo, mas, e aí, antes, se preenchia uma ficha dessa mãe, sendo que não era o caso, era o caso da menina, aí se a menina viesse a gente tinha duas fichas preenchidas.

Eu tô dizendo isso, pra dizer que teve um momento que a gente percebeu que nem todo mundo que chegava era necessariamente usuário do serviço. A gente precisava ter uma ficha de acolhimento e uma ficha de acompanhamento. Então, nessa primeira escuta se diferenciava, por exemplo, de uma escuta clínica, era uma triagem. Eu não ia entender que, por exemplo, uma mãe que chegava pedindo informação porque o filho que sofreu algum tipo de violência, vamos supor, ela não era uma pessoa que eu ia fazer uma escuta técnica tão aprofundada sobre esse caso. Eu iria fazer sim uma escuta, mas eu ia tentar fazer essa triagem para entender se é uma demanda dela? De uma pessoa conhecida dela? Em que medida ela tá envolvida nessa história?

Num segundo momento em que se entendia “Bom, este é um usuário ou uma usuária que vai passar a ser acompanhada agora pelo serviço”, eu não consigo identificar uma escuta clínica, por exemplo, tradicional no sentido de garantir um acompanhamento semanal, existir uma frequência, uma periodicidade, um tempo, um encontro que vá produzir alguma coisa nesse sentido, sabe? Mas era uma escuta, muitas vezes, sim que precisava estar atenta a um caráter clínico de acolhimento, de manejar algumas questões, por exemplo.

E aí, a gente tinha uma sala super complicada, que a gente ficava, não chegava a ser a casa dos fundos, mas era uma casa separada fora do prédio da secretária e a

gente pode entender isso de diversas formas, desde de não prioridade até aquele foi o último serviço que chegou e aquele era o espaço que tinha, enfim. Mas era um único vão dividido por paredes de divisória, então a própria condição de aprofundar algumas questões era muito fragilizada pelo setting que não era propício a isso, era uma sala que podia ter pessoas passando, enfim.

A narrativa de Gabriela ilumina dois debates, o primeiro ligado às políticas públicas e seu endereçamento. Afinal, para que serve uma política pública e, mais importante: o que quer uma política pública focada em estatísticas? O segundo volta-se para a definição de clínica e clínica psicológica? Quando a profissional afirma não enxergar sua escuta como clínica, mas sim como uma escuta atenta ao caráter clínico de acolhimento, abre-se um debate conceitual relevante a esta pesquisa.

A questão das Políticas Públicas é particularmente atraente quando a vemos pela lente foucaultiana do governo e da governamentalidade. Entende-se, assim, que tais políticas são estratégias de governo do Estado que permitem definir o que é e o que não é sua competência, assim como, uma forma controle da população e dos indivíduos (Sampaio & Germano, 2014).

Diversos autores (Barreto e Cols., 2016; Sampaio & Germano, 2014; Sierra & César, 2014) elucidam que as formas de governo dos sujeitos alocados sob o signo da diversidade sexual se deu historicamente pela aliança entre os movimentos sociais e o Estado. Tal parceria instituiu a produção de um saber-poder sobre quem são as pessoas LGBT e quais suas necessidades.

As mudanças ocorridas nos últimos anos nas letras que compõem a sigla LGBT sinalizam a fragilidade de um movimento político que pauta a sua relação com o Estado a partir de uma noção de identidade que supõe representar uma pluralidade de corpos. As políticas públicas construídas a partir dessa relação demarcam em seu discurso institucionalizado quais corpos podem ser assistidos pelo Estado e quais são os que permanecem na zona de abjeção (Sampaio & Germano, 2014, p.298)

Juliana Sampaio e Idilva Germano (2014) voltaram seus olhares, especificamente, para as políticas públicas pensadas para a população LGBT pelo prisma da teoria

queer. Suas análises apontam na direção de que esse modelo identitário - tão caro aos movimentos sociais e ao Estado - caminham no sentido antiplural e antidemocrático. O essencialismo/universalismo presente nas políticas pode ser enfrentado e resistido por meio da construção de uma política não focada em números e identidades prontas e estáveis, mas sim, uma política da união das diferenças no enfrentamento das forças machistas, misóginos, homofóbicos, racistas, fundamentalistas (Colling, 2013).

Nesse mesmo horizonte, a pesquisadora Marília Andrade (2019) analisou de que modo a Psicologia tem sido acionada na formulação de políticas públicas voltadas à promoção dos direitos e enfrentamento à LGBTfobia em Pernambuco. Sua análise apontou para uma Psicologia que é discursivamente construída como lugar de cuidado e acolhimento à população LGBT, tendo um papel fundamental no que tange as discussões e práticas que versem sobre a despatologização das identidades LGBT.

A autora problematiza que mesmo sendo legítimo colocar a Psicologia como lugar de cuidado, ao mesmo tempo, é percebida uma falta de entendimento ou desconhecimento “sobre as possibilidades da psicologia e/ou dos/as psicólogos/as dentro dos serviços de atenção especializada e nas diversas políticas públicas, sobre possibilidades de trabalho e como ela vem se tornando cada vez mais multifacetada” (Andrade, 2019, p. 91).

Podemos, então, nos voltar para o lugar da prática psicológica na construção dessas políticas de diferença. Gabriela nos incentiva a pensar o lugar da clínica na prática psicológica. Em sua narrativa, ela define a escuta clínica como uma garantia de acompanhamento com frequência, um encontro que produza algo. No que concerne sua prática, Gabriela narra que pouco difere da prática do assistente social, caracterizada muitas vezes como *“acompanhamento para entender o caso e conseguir junto dessa pessoa acionar uma rede de proteção, ou uma rede de acesso à saúde, ou assistência”*.

Assim como anteriormente afirmei que precisamos desconstruir a ideia de sofrimento como demanda própria da psicoterapia, considero urgente o enfraquecimento da

sinonímia discursiva e prática entre clínica e psicoterapia. A clínica, a qual Gabriela nomeia de tradicional, é própria do modo de funcionamento da psicoterapia. Quando a profissional afirma não realizar uma escuta clínica, acredito haver uma confusão, onde, de fato, é a escuta nos moldes da psicoterapia que não se faz presente.

Renunciar ao posicionamento tradicional de psicoterapeuta não é correlato a abdicar da clínica. Como coloca João Leite Ferreira Neto (2004), a clínica dos nossos tempos já não é mais definida pelo *setting* e vista como uma área de atuação, mas sim, como uma atitude, um *ethos*. Tendo esta perspectiva como lente, sou obrigado a discordar de Gabriela, enxergo nas narrativas uma prática clínica que almeja resistir aos modos engessados/clássicos/violentos de fazer-se psicóloga e psicologia. A prática clínica psicológica estabelece, então, “um campo experimental no qual as individualidades e identidades constituídas são desconstruídas e arrastadas por novos processos de subjetivação” (Ferreira Neto, 2004, p. 165).

Jai: Eu venho aprendendo muito com isso e eu venho me fazendo psicólogo nesse lugar. Cada vez mais eu me reconheço, às vezes, eu acho que faço coisas que as pessoas acham que eu não deveria fazer como psicólogo, que as pessoas acham que psicólogo não pode fazer isso. Coisas como as que eu disse aqui que não ferem à nossa ética, claro, de modo algum. Mas eu faço porque eu acho que eu sou gente. Eu não faço por, é muito bom deixar claro, eu não faço ‘por’, eu faço ‘com’ a pessoa. “Você quer fazer sua matrícula?”, “Quero”, então você vai comigo. Você vai comigo e quem vai falar é você. Eu é que vou com você. Estou lá para te acompanhar, caso você precise de alguma coisa, caso você seja negada, caso não te respeitem, eu estou lá, nesse sentido. Mas é você quem vai fazer, você quem vai pedir, é você quem vai dizer seu nome, você quem vai dar seus documentos, vai dizer o horário que quer, não sou eu que vou dizer, eu vou tá lá com você, mas é você quem vai fazer. Então, acho que é isso.

Abordarei a singularidade dos profissionais em capítulo adiante voltado especificamente ao assunto. Trago a narrativa de Jai para seguir pensando sobre que clínica é esta que se desvela considerando a impossibilidade da prática psicoterápica e as singularidades dos corpos tornados indigentes. Conduzo minha reflexão por dois caminhos: “fazer por x fazer com” e “ser gente”.

Seja “por”, seja “com”, a prática psicológica é entendida dentro do horizonte foucaultiano das técnicas associadas ao cuidado de si, ou seja, uma prática ascética, “um exercício de si sobre si mesmo através do qual se procura se elaborar, se transformar e atingir um certo modo de ser” (Foucault, 1984b/2014, p. 259).

A genealogia das técnicas de si produzida na obra de Foucault nos servirá, a partir da premissa de Edgardo de Castro (2016), por ser um modo de historicizar a subjetividade, não através das dicotomias louco-não louco, enfermo-não enfermo, delinquente-não delinquente, mas sim, por meio da formação e transformações na nossa cultura das relações de si consigo mesmo.

Vale informar que muito antes de se cogitar a invenção de uma Psicologia, práticas em torno do cuidado de si mesmo já existiam. Foucault (1982/2010) no seu curso *A hermenêutica do sujeito* nos fala sobre três momentos fundamentais do cuidado de si: 1) o momento socrático (século V a.C.), onde o cuidado de si aparece relacionado à política, à pedagogia e ao conhecimento de si. Há desde este momento o entrelaçamento subordinativo do cuidado ao conhecimento.

2) a era de ouro do cuidado de si (séculos I e II), as técnicas de cuidado de si na era helenístico-romana são profundamente marcadas pelo entendimento de que o que se busca governar é a si mesmo, por meio não somente do conhecimento de si, mas também de um conjunto vasto de práticas. Buscava-se o aprendizado da virtude de desaprender os vícios, tema recorrente na filosofia estoica do período.

3) a ascese cristã/ascese monástica (séculos IV e V), o modelo cristão do cuidado de si é caracterizado pela integração das práticas de si ao exercício do poder pastoral, o conhecimento de si está intrinsecamente ligado ao conhecimento da verdade tal qual nas escrituras. As práticas de si funcionam em prol do enfrentamento das tentações que surgem à alma e é pela via da renúncia de si que o conhecimento de si é alcançado.

Foucault (1995) faz questão de salientar que estas formas de trabalho sobre si ficaram no passado. O que podemos pensar é a existência de uma nova forma desse tipo de poder individualizante. A partir do século XVIII o que temos é o Estado como matriz moderna individualizante, não mais interessada na salvação pós vida e sim, assegurá-la neste mundo. Para tanto, articulam-se diferentes instituições - como o hospital, a polícia, a família, a escola, a prisão, a economia... - com vistas a desenvolver um saber-poder sobre o humano que fosse globalizador e quantitativo, concernente a população e, ao mesmo tempo, analítico, referente ao indivíduo.

Não é necessário muito esforço para percebermos as heranças pastorais da Psicologia moderna. Somos herdeiros da terapêutica cristã própria da confissão que liberta e individualiza. Alexandre Marques Cabral (2018) afirma que podemos considerar a psicologia clínica moderna, muitas vezes, como uma clínica pastoral, produzindo continuamente sujeição existencial, principalmente sujeição as identidades metafisicamente concebidas.

Afinal, para o que é chamado o psicólogo hoje? Ainda para ajustar condutas aos moldes de sucesso e segurança, unanimidade e consenso que predominam como verdades e normalidade no contemporâneo? Para acalmar crianças, pacientes hospitalizados, funcionários insatisfeitos com o trabalho etc.? Para ensinar como ser extrovertido, forte, bem-sucedido, um vencedor? Para dizer quem se é, como adivinho que apenas olha e já sabe tudo sobre o outro, muito mais do que o próprio? Como aquele aconselha e dá a direção, que diz como viver? Aponta caminhos e fornece fórmulas de felicidade? Que corrige as falhas a fim de que o indivíduo funcione 100%? Une casais ou os separa, dependendo do que define como sendo o melhor para ambos? Decide, como um juiz psi, com quem os filhos devem ficar porque essa é a sua opinião como especialista que sabe mais da situação do que os próprios protagonistas? Sana dúvidas, afasta mal-estares, aponta soluções, pautado no saber sobre o outro e comunicar-lhe esse saber? (Mattar, 2016, p. 307-308)

Cristine Mattar (2016) e Alexandre Cabral (2018) expõem a construção histórica do caráter pastoral da prática clínica de psicólogas e psicólogos. Encaminhando tais considerações em diálogo com Jai, cabe perguntar: até quando profissionais de psicologia irão “fazer por” aqueles e aquelas que demandam sua clínica? Até quando as práticas clínicas psi atuarão na construção e manutenção de subjetividades subjugadas?

Ferreira Neto (2007), ao estudar as práticas clínicas numa perspectiva foucaultina, afirma que a clínica desenvolvida pela psicologia, pela psicanálise e pela medicina, na maioria das vezes, deve ser entendida como práticas disciplinares, ao passo que, a possibilidade de produção de autonomia é uma exceção à regra. Até quando seremos os técnicos do desejo abraçados ao fascismo?

. . . não somente o fascismo histórico de Hitler e de Mussolini - que tão bem souberam mobilizar e utilizar o desejo das massas -, mas o fascismo que está em nós todos, que martela nossos espíritos e nossas condutas cotidianas, o fascismo que nos faz amar o poder, desejar esta coisa que nos domina e nos explora (Foucault, 1977, parágrafo 9).

Confesso sentir-me num ambiente claustrofóbico ao colocar a Psicologia num lugar - que é seu por mérito - tão violento. Há escapatória? Nesse ponto questiono-me se não foi este o sentido de minha carreira acadêmica, encontrar um caminho para ser psicólogo que não seja marcado pela violência disciplinar a corpos e subjetividades mascarada de cuidado.

Jai me ajuda nessa tarefa ao afirmar que suas ações, mesmo quando são questionadas sobre “ser coisa de psicólogo”, ele as faz pela consideração de que são *“Coisas como as que eu disse aqui que não ferem à nossa ética, claro, de modo algum. Mas eu faço porque eu acho que eu sou gente”*. E finaliza: *“Estou lá para te acompanhar, caso você precise de alguma coisa, caso você seja negada, caso não te respeitem, eu estou lá, nesse sentido”*.

Imediatamente recordo do filme brasileiro Bacurau, dirigido por Kleber Mendonça Filho e Juliano Dornelles. Obra que narra a história de uma comunidade no interior nordestino, que descobre ter sumido do mapa, não consta mais, uma cidade tornada indigente contra aqueles que se consideram melhores, mais humanos, e sua ofensiva genocida. Quando um casal sulista chega a Bacurau e questionam: “Quem nasce em Bacurau é o que?”. Ao que são informados: “É gente!”.

Sou baiano,
Negro,
Pobre
E Gay

Sou cigano
Feio,
Baixo e
Chinês
Nordestino ou
Argentino
Mendigo ou
Indigente
Idoso ou
Menor Carente
Deficiente ou
Impotente
Crente ou
Ateu
Árabe ou
Judeu
Umbandista ou
Adventista
Testemunha ou
Kardecista
Migrante ou
Imigrante
Presidiário ou
Proletário
Refugiado ou
Desabrigado
Bêbado ou
Drogado
Alcóolatra ou
Viciado
Desempregado ou
Condenado

Sou muito mais que tudo isso...
Se, não na carne, no espírito
de solidariedade com aquele
que sofre, chora e morre
não pelo que faz ou fez,
mas pelo sentimento incontrolável
de quem não compreende...
Nem faz qualquer esforço para isso...

É preciso sentir na pele,
por vezes, literalmente,
para dimensionar a loucura
de julgar o outro
sem um dado objetivo
que justifique esta postura.

Não é fácil matar

um leão por dia
 e ser excluído pelo
 grau de melanina
 OU por quem você suspira
 OU pela sua conta bancária
 OU pela sua luta diária
 OU de onde vai ou vem
 OU de quem você crê no além...

Esqueça-me por um dia
 ou - melhor! - definitivamente,
 pois o meu maior defeito
 é parecer diferente
 aos olhos de quem esqueceu
 qual é o sentido de ser gente... (Pamplona Filho, 2010)

Procurei bibliografia científica para construir uma reflexão sobre “gente”. Sabia da existência da “psicologia das massas”, “psicologia comunitária”, “psicologia humanista”, “psicologia dos grupos” e me questionei sobre a “psicologia da gente”. Não que fosse obrigatório existir, mas considerando toda a capilaridade da ciência psicológica contemporânea, era uma possibilidade.

Busquei nas bases de indexação online e nos livros teóricos que se debruçassem sobre “o que é ser gente?”. Embora tenha encontrado uma gama de textos com “gente” no título, a utilização da palavra não garantia uma reflexão sobre o termo. Aprendi - observando outros/as pesquisadores/as - que em situações como essa, a saída é pela via da etimologia, qual a origem de “gente”?

Palavra derivada do latim *gens*, de fonte Indo-Europeia *gen-* ou *gnê-*, cujos sentidos são: gerar, engendrar, fazer nascer. Em seu uso originário “gente” foi utilizada para se referir ao clã, aos membros de uma família em sentido amplo. Atualmente, a significação mais aceita é: número indeterminado de pessoas, pessoas com interesses semelhantes⁶¹.

O profissional de psicologia, os cineastas, o poeta/juiz e a etimologia me provocam a refletir que ser gente é uma dimensão para além das identidades. Jai narra sobre ser gente para além do que é esperado de um psicólogo, gerando novas práticas;

⁶¹ Informações disponíveis em <https://origemdapalavra.com.br/palavras/gente/>.

Bacurau narra sobre ser gente para além desumanização dos corpos, fazendo nascer resistência; e o poeta narra sobre ser gente para além das identidades e da abjeção, engendrando uma crítica aqueles que se esqueceram de ser gente.

Ser gente é propriamente o campo de possibilidade do agir, do fazer acontecer, do criar. Desloco-me para olhar a composição afirmativa de Caetano Veloso (1977), “Gente é para brilhar”; de Foucault (1988b/2014) acerca da tarefa de mostrar as pessoas que elas são mais livres do que pensam; e de Cabral (2018) ao apontar a possibilidade clínica de se incitar o exercício criativo de si, tornando-se quem se é.

Nessa amálgama de pensamentos, uma prática psicológica feita por gente e para gente, remete a deslocar as práticas clínicas do campo epistemológico para o campo ético (Ferreira Neto, 2007). Poderemos, então, adentrar o campo de possibilidades que emerge ao considerarmos uma clínica pautada na ética do cuidado de si.

Silvio Gallo (2009) nos ajuda nessa missão ao abordar a ética do cuidado de si como a ética de fazer de si mesmo um não fascista, a arte de produzir coletivamente uma vida bela - uma estética da existência - tomando distância do poder como instrumento de dominação. “Não se apaixone pelo poder”, ensina Foucault (1977, parágrafo 13) na sua “Introdução a uma vida-fascista” [de onde vem a inspiração para o título da tese].

Não se apaixone pela abordagem. Não se apaixone pelos conceitos. Não se apaixone pela técnica. Não se apaixone pelo poder de decisão. Não se apaixone pelo “Humano, pelo “Indivíduo”, pela “Pessoa”, tampouco, pelo “Sujeito”. Não se apaixone pela psicoterapia, pelo plantão, pelo grupo ou pelo teste. Não se apaixone por Freud, Rogers, Heidegger, Butler ou Foucault. O horizonte a ser construído é o de investir em práticas de liberdade, construída, produzida e praticada a cada momento.

Mostra-se pertinente seguir ratificando a ressalva de Foucault (1984c/2014) feita ao ser perguntado se o cuidado de si implica processo de libertação dos sujeitos. Para o filósofo, pensar liberdade em termos de libertação pode conduzir a uma interpretação do humano como possuidor de uma natureza ou essência que, por

atravessamentos variados, foi aprisionada ou alienada. O processo de libertação viria emancipar essa essência/natureza dos sujeitos e torná-los desvencilhados das tramas da opressão.

O cuidado de si, por sua vez, deve ser entendido no campo das práticas de liberdade, salienta o autor. Ramon Brandão (2015), debruçado sobre as considerações foucaultianas em torno da estética da existência, caracteriza: “a liberdade é da ordem dos *ensaios*, das *experiências*, dos *inventos*, conduzidos pelos próprios sujeitos que, tomando a si mesmos como objeto, inventarão seus próprios destinos” (Brandão, 2015, p. 382, grifos do autor).

Diego: A gente sempre pensava nessa perspectiva da finitude do serviço, então a gente montou uma rede para que os usuários e usuárias eles conseguissem seguir sem nós, digamos assim. Então, a gente fez parceria com a Defensoria Pública, a gente fez parceria com as clínicas escola, então a gente foi criando essa rede para que a gente conseguisse.

Bem, o acolhimento ele acontecia presencialmente, as pessoas procuravam o nosso serviço a partir de uma demanda de violência. Acontecia muito porque o nosso serviço era divulgado em serviços estratégicos, por exemplo, IML, delegacias, sempre existia um cartazinho e como a gente fazia formação para a rede de serviços todo mundo sabia que, se Bruno chegasse na delegacia, tendo sofrido, homofobia ou não, vamos ligar para o serviço. A gente marcava um atendimento e a pessoa ia lá ou então por demanda espontânea e o atendimento acontecia. Existia uma sala minimamente para garantir o sigilo e a privacidade, não era uma estrutura mega, era uma sala um pouco maior que isso aqui dividida para uma equipe de dez pessoas, o máximo que chegou foi doze, para Pernambuco todo. A gente fazia essa escuta inicial com um técnico de lá, podia ser advogada com assistente social ou psicólogo, e aí, depois disso, a gente fazia reunião de equipe para cada caso. Às vezes, não precisava a equipe toda, mas equipe técnica se reunia e dizia: “Oh, chegou Bruno aqui com essa demanda e o que é que a gente pode fazer?”.

E aí, depois do acolhimento, a gente fazia os encaminhamentos, que geralmente era formação para o lugar onde houve a violação, se foi uma violação institucional. Se foi um ato de violência, por exemplo, levava para o IML, levava para delegacia, levava para

registrar boletim de ocorrência e fazia o acompanhamento disso, e/ou encaminhamento para rede de serviços quando não existia nenhuma demanda de violência.

Pensar uma clínica guiada pela ética do cuidado de si, é construir uma clínica do exercício performático de si mesmo, estabelecida no âmbito do acontecimento e não da previsibilidade técnica (Cabral, 2018). As narrativas aqui apresentadas, juntamente com os/as autoras/es de diálogo, desvelam teorias e práticas engajadas ética-política-esteticamente na produção de modos de ser (sujeito e profissional de psicologia) não mais subjugados aos imperativos humanistas, identitários e civilizatórios.

Uma Psicologia não-fascista produtora de uma clínica ética do cuidado de si. Sendo ela em si mesmo a possibilidade de resistência à clínica pastoral, técnicas de controle e práticas de normatização. Criadora “com” o outro de práticas inventivas de si, entendendo a liberdade como uma construção provisória, parcial e precária.

Guilherme: A partir do momento que o serviço ficou mais estruturado, a gente tinha essa linha do atendimento, tinha a linha da formação e tinha a linha da articulação. Eram linhas que se intercalavam, na verdade, os profissionais eles nunca deram conta de toda a demanda. Porque eram pouquíssimos profissionais, na verdade teve uma época onde eram dois psicólogos, mas depois passou um bom tempo sendo apenas um psicólogo, que era eu. E aí, era muito trabalho pra pouco profissional, mas assim, era um trabalho bem legal, tipo o trabalho de atendimento, era atendimento a qualquer LGBT vítima de violência, a gente não fazia psicoterapia, a gente fazia um acolhimento dessa pessoa, dessa demanda, a gente fazia encaminhamentos a partir do que a pessoa trazia como demanda. Então assim, a gente tentava ser um órgão onde a população LGBT pudesse, digamos assim, ter uma certa confiança, era um órgão acolhedor, acolhedor daquela demanda e que dali era possível pensar em possibilidades de encaminhamentos para tentar solucionar aquelas demandas. A gente fazia, também, mediação de conflitos entre população lgbt e familiares também, a gente fazia visitas domiciliares que a gente recebia denúncias do disque 100, normalmente o disque 100 ele nunca vem com profissão, então a gente tinha que ir na localidade fazer visita

domiciliar a essas pessoas também e aí, acolher a demanda. Então, esse atendimento era feito tanto no serviço como também fora do serviço nas casas das pessoas, a gente tentava acolher e encaminhar. A gente nunca caracterizava o atendimento como psicológico, como social ou como jurídico, até porque não era psicoterapia.

[...]

A gente fez atividade formativa com N públicos, escolas, alunos, professores das escolas. A gente articulou com a saúde e fazia formação de agentes comunitários de saúde. Já fiz formação com polícia, com policiais, já fiz polícia militar e polícia civil, conselheiros tutelares. Articulou com a educação solicitando gestores das escolas e professores também para fazer capacitação com esses gestores. Profissionais da assistência, a gente fez várias formações, até porque a gente entendia que esses profissionais da assistência, CREAS e CRAS, eram os nossos grandes parceiros no interior.

[...]

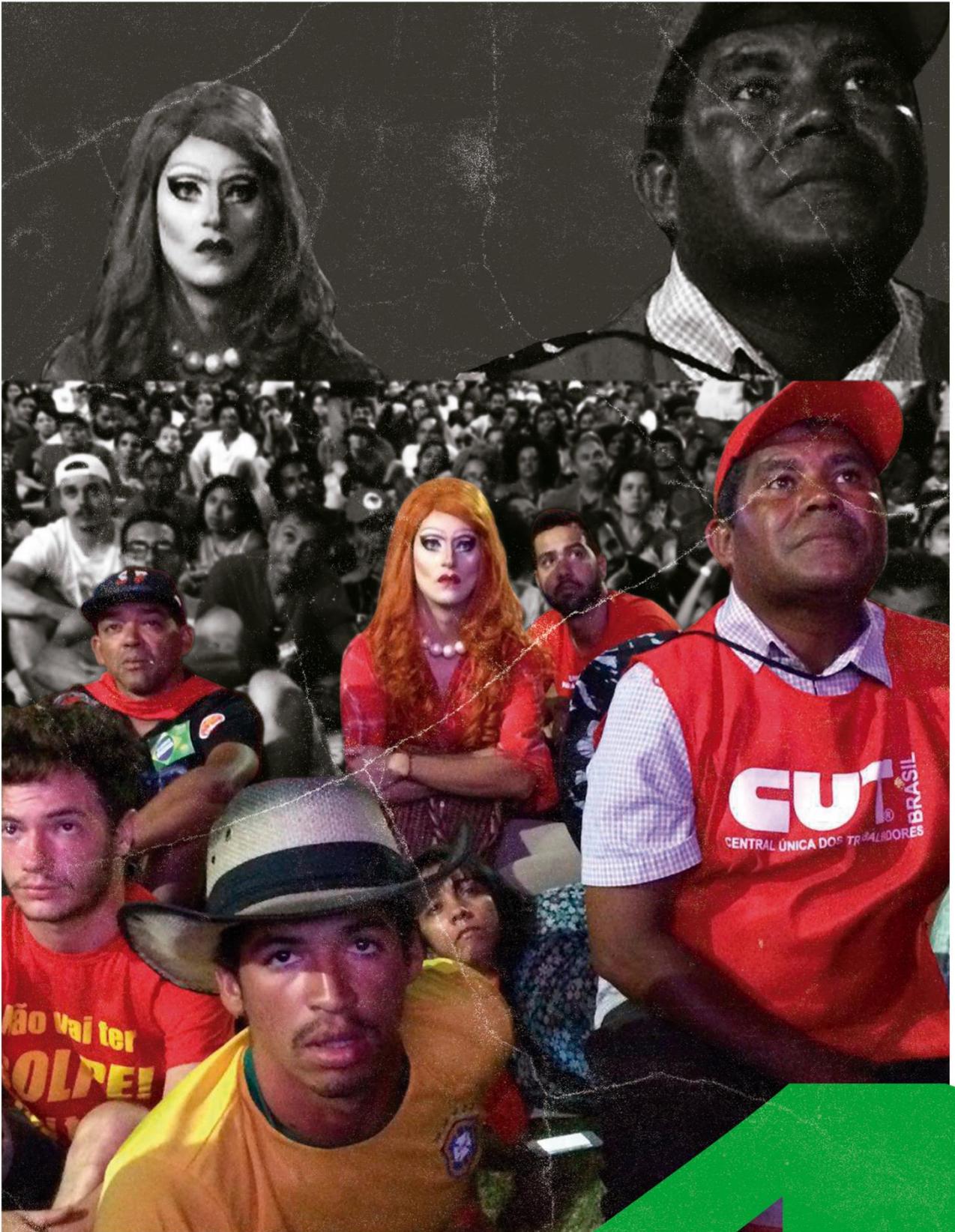
A parte da articulação ficava muito nessa parte de pensar, eu tomava a frente em alguns momentos, qual era o público que a gente ia atingir com determinada ação. Qual era o material que a gente ia produzir enquanto equipe para tentar atingir aquele público? Qual a linguagem, a partir do público, que a gente iria utilizar? A metodologia que a gente iria utilizar no processo de intervenção, a gente utilizava muito cine debate, então a gente procurava muitos curtas, muitos filmes relacionados a temática, deixa eu ver, a parte de articulação ficava muito nesse sentido de planejar as intervenções.

Vejo um diálogo entre a narrativa de Guilherme e Kleber Prado Filho, quando este pensa sobre a possibilidade de uma “psicologia dos cruzamentos de fluxos, dos agenciamentos, da produção dos desejos, das maquinarias, das maquinações: psicologia das relações sociais e políticas, psicologia de resistência e dos movimentos de singularização!” (Prado Filho, 2014, p. 101).

Parece-me que, de alguma forma, todas as narrativas aqui apresentadas dialogam com essa perspectiva de Psicologia. Por causa dessas narrativas, hoje sabemos que profissionais em serviços de combate à homofobia - assim como outros que desejem experimentar - podem: atuar em funções de monitoramento, de acolhimento, de acompanhamento, de formação e de articulação; fornecer formações para serviços

e profissionais que atuem na saúde, na educação, na segurança pública; estabelecer parcerias com Universidades; estar à frente da mediação de conflitos; realizar visitas domiciliares; projetar e executar peças artísticas-culturais; estar próximo da Parada da Diversidade local; realizar triagem; realizar atendimento individual e grupal; e primordialmente, trabalhar junto a outros profissionais.

Quando proponho construirmos uma Psicologia não-fascista, partindo de uma ética do cuidado de si, faço uma crítica às Psicologias fascistas que se acham no direito de narrar sobre gente e suas subjetividades, aprisionando-as em suas ficções teórico metodológicas. A história de uma Psicologia não-fascista artífice de uma clínica ética do cuidado de si e de práticas de liberdade é, com toda certeza, uma história da Psicologia que vale a pena investir.



OS **RELATOS SELVAGENS**



4. OS RELATOS SELVAGENS

Para começar este diálogo, escolhi partir da política de derramamento de sangue brasileira. Como já apontado, na história do porquê narro, o Brasil é bastante eficiente em encarcerar e matar negros e, em se tratando de homens jovens, com mais veemência. O Brasil se esforça na tentativa de esconder o quão suja de sangue é sua/nossa história, mas, é fato, desde que isso aqui deixou de ser Pindorama - nome utilizado pelos povos originais que aqui viviam - para ser convertida, pelo batismo cristão europeu, em Ilha de Vera Cruz, seus habitantes seguem sendo, sistematicamente, torturados e mortos.

Ao fim da colonização, tinha-se muita terra e pouco habitante, porque os mais de mil povos que habitavam a área hoje denominada Brasil haviam sido mortos, seja por novas doenças vindas da Europa, seja por trabalho escravo, seja na resistência às invasões portuguesa, holandesa e francesa. Diferentes linguagens e culturas antiquíssimas dizimadas.

Estima-se que em 1500 a população mundial era de cerca de 450 milhões de pessoas. Dados sobre o número de habitantes nativos são pouco precisos, variando de 8 a 40 milhões no momento da invasão portuguesa. No último Censo Demográfico, 817.963 (oitocentas e dezessete mil e novecentas e sessenta e três) pessoas se autodeclararam indígenas (Brasil, 2010), ou seja, no melhor dos casos, matematicamente, hoje existem somente 10% dos 8 milhões; se formos tomar a diminuição de 40 milhões para 817 mil, bem, significa dizer que a população foi reduzida a 2% do que era em 1500. Ademais, significa que trinta e nove milhões de pessoas - 8,67% da população mundial de então - sumiram em cerca de 100 anos e continuam sumindo/morrendo até hoje. O Conselho Indígena Missionário (2018) informa que houve 128 casos de suicídios em 2017 - cerca de 45 suicídios por ano desde 2000 -, 110 casos de homicídios e 702 mortes infantis, expondo a insegurança dos povos indígenas no que concerne a direitos individuais e coletivos e o constante investimento em violações contra a dignidade desses povos.

Após o genocídio fundador/colonizador, cujos efeitos persistem até hoje, tivemos 349 anos de escravidão dos povos africanos, oficializada nas leis e pela Igreja Católica, cujos efeitos, também, perduram até hoje. Segundo o “slavevoyagers.org”, site criado para mapear o tráfico transatlântico de escravos, cerca de 1.730.069 (um milhão, setecentos e trinta mil e sessenta e nove) de negros africanos foram enviados para a Bahia escravizados; estima-se que 185.062 tenham morrido no traslado. No cais do Recife, 824.313 desembarcaram para trabalhar forçosamente, principalmente, nas plantações de cana de açúcar e morrerem da exaustão laboral ou pela violência exercida sobre seus corpos por aqueles que alegavam serem seus donos.

Dados levantados pela Comissão da Verdade (Brasil, 2014) - instaurada para investigar mortes ocorridas durante a Ditadura, iniciada após o Golpe de 1964 - afirmam que 8530 indígenas foram assassinados durante o Regime Militar brasileiro. No contexto da América Latina, o Brasil é o país colonizado com pior relacionamento com seus povos originais⁶². Uma forma cerimoniosa de dizer que o país segue exterminando os povos - por nós denominados - indígenas.

Em 2016, a polícia de São Paulo matou 963 brancos contra 3.240 mortes de negros, por policiais de folga ou em serviço⁶³; no Rio de Janeiro, em abril de 2019, 240 tiros de fuzil foram disparados por policiais militares contra o carro do músico Evaldo Rosa dos Santos, de 51 anos, atingido por 88 disparos. A investigação preliminar sugeriu que “tudo indica que os militares realmente confundiram o veículo com um veículo de bandidos. Mas neste veículo estava uma família. Não foi encontrada nenhuma arma [no carro]”⁶⁴.

⁶² Goussinsky, E. (2019). Brasil é líder disparado no genocídio de índios na América Latina. *R7*. Recuperado de <https://noticias.r7.com/prisma/nosso-mundo/brasil-e-lider-disparado-no-genocidio-de-indios-na-america-latina-24042018>.

⁶³ Calegari, L. (2017). Número de negros mortos por policiais é o triplo do de brancos. *EXAME*. Recuperado de <https://exame.abril.com.br/brasil/numero-de-negros-mortos-por-policiais-e-o-triplo-do-de-brancos/>.

⁶⁴ *Brasil de Fato* (2019). Oficiais viram réus da Justiça Militar após disparos contra carro de família no Rio. Recuperado de <https://www.brasildefato.com.br/2019/05/13/oficiais-viram-reus-da-justica-militar-apos-disparos-contracarro-de-familia-no-rio/>.

Dessa forma, não é necessariamente um susto descobrir que a pobreza no Brasil é racializada, 78,5% dos mais pobres são negros, os ricos são em 72,9% brancos⁶⁵. Ou seja, pretos são os mais pobres e morrem pela exaustão de seus muitos trabalhos ou pela violência exercida contra seus corpos por aqueles que alegam proteger o cidadão de bem. No Brasil, onde cavar brota sangue!

Faz-se salutar olhar e entender nossa história para ver se, um dia, conseguiremos superar essa pústula sangrenta, para então interromper essa tradição de matar, principalmente, as pessoas não brancas-hétero-cis-de classe média e alta do país. Essa característica do Estado de eliminar pessoas, massacrar populações, exterminar civilizações, assim como a criação e uso da criminalidade como mecanismo de encarceramento ou condenação à morte, Foucault (1976/2010) chamou de racismo de Estado. O racismo é pensado pelo autor como um mecanismo de biopoder, mecanismos sobre o corpo e a vida, o qual produz as condições de aceitabilidade do exercício de poder tirar uma vida, seja direta ou indiretamente, como vimos acontecer na matança dos povos tradicionais - “sem alma” - que aqui viviam e com a mercantilização dos corpos e vidas de homens e mulheres africanos escravizados por serem menos humanos, segundo o formato de seus crânios.

Partindo de uma perspectiva epistêmica decolonial e tendo o feminismo negro como ferramenta ético-política de denúncia, a pesquisadora Adelle Souza (2018) reflete sobre como essa constituição histórica colonizadora atua de modo aniquilador nas subjetividades dos sujeitos, por serem construídos e narrados a partir do viés do colonizador.

A autora compreende que “na busca de ratificar o lugar de não humanidade destinados a essas pessoas, os colonizadores/as estabeleceram formas de controle e produziram práticas de crueldade sobre as/os colonizadas/os” (Souza, 2018, p.31). Retorna aqui a ideia já defendida anteriormente, a categoria “humano” é fundamentalmente, colonizadora.

⁶⁵ Oliveira, A. L. M. (2018). Negros são 78% entre os mais pobres e somente 25% entre os mais ricos. *Fundação Perseu Abramo*. Recuperado de <https://fpabramo.org.br/2018/11/30/negros-sao-78-entre-os-mais-pobres-e-somente-25-entre-os-mais-ricos/>.

Com isso em mente, revisito minha pesquisa de mestrado, quando investiguei as produções de travestilidades em contextos de criminalidade na mídia jornalista pernambucana, na qual um dos apontamentos, foi de que as notícias se referiam a travestis moradoras de periferias e negras, cometendo crimes ou sendo assassinadas (com crueldade em alguns casos). Habitar o ponto de intersecção das zonas de abjeção do gênero, da raça, da classe atua para que estes corpos - assim como outros ao longo da nossa história - sejam construídos como não humanos (Carvalho, 2014).

Acredito que estes corpos - ameríndios, negros, LGBT, pobres... - podem ser lidos por meio do que Foucault chamou de “corpos indisciplinados”, ou seja, sujeitos e populações os quais, de formas distintas, não se encaixam/submetem a normatização. “A norma é o que pode tanto se aplicar a um corpo que se quer disciplinar quanto a uma população que se quer regulamentar” (Foucault, 1976/2010, p.213).

Aos indisciplinados, punição: exclusão, indiferença, deportação, precarização, eliminação. O Relatório da International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association (ILGA), em parceria com mais de mil instituições de defesa dos direitos LGBTI, levantou que a homossexualidade é proibida e criminalizada em 70 países, cujas punições vão da reclusão à pena de morte (Mendos, 2019). No Brasil a homossexualidade não é, juridicamente, considerada crime e por muito tempo debateu-se sobre a homofobia ser considerada um crime tipificado.

Em junho de 2019, o Supremo Tribunal Federal criminalizou a homofobia, equiparando-o ao crime de racismo. Contudo, segue o debate se o judiciário pode ou não realizar tal ato, visto que tal ação cabe ao legislativo. O ministro Celso Mello, ao votar favorável, discursou que a Câmara dos Deputados e o Senado são inertes e omissos perante o assunto⁶⁶. Considero que esta equiparação entre homofobia e racismo se faz teoricamente coerente com as exposições foucaultianas sobre racismo de Estado.

⁶⁶ Barifouse, R. (2019). STF aprova a criminalização da homofobia. *BBC News*. Recuperado de <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47206924>

Tendo em vista que somente agora a homofobia foi criminalizada, significa que até junho de 2019 as mortes de travestis, transexuais, bissexuais, lésbicas e gays não geravam estatísticas sobre essa realidade. Se não existem dados confiáveis sobre a homofobia brasileira, fica difícil a criação de meios de enfrentamento à homofobia realmente eficazes, por isso o empenho de Gabriela em produzir dados, como vimos anteriormente, para que existam argumentos para a manutenção e requisição de direitos.

Gabriela: . . . foi uma época, também, de a gente perceber que a gente precisava produzir dados. Nessa época a gente teve uma reunião com o secretário, e aí ele falou “Eu preciso saber quantas pessoas foram atendidas até esse ano. Quantas são gays? Quantas são lésbicas? Quantas são trans? Mais ou menos que tipos de casos. Tentem criar aí uma sistematização para isso.”. Eu lembro que eu passei mais de mês, passei muito tempo dedicada a produzir esse relatório com estatísticas, com números, assim, por exemplo, de todas as pessoas lésbicas que a gente atende aqui, atende, acompanha no caso, a gente - eu não lembro mais, mas eu até tenho esses dados aí - tantas dessas pessoas chegam no ensino superior, das mulheres lésbicas, mas quando a gente vai olhar as mulheres trans, por exemplo, a gente percebe que, sei lá, mais de 50% delas não foi alfabetizada, não concluiu o processo de alfabetização, que que isso quer dizer pra gente? Foi uma época de construir números para fortalecer nossos argumentos e denunciar algumas coisas.

O último relatório sobre as mortes violentas da população LGBT, lançado em 2018 referente às mortes de 2017, registrou 387 assassinatos e 58 suicídios, constatando já na primeira página que “a cada 19 horas um LGBT morre de forma violenta vítima da LGBTfobia, o que faz do Brasil o campeão mundial de crimes contra as minorias sexuais” (Grupo Gay da Bahia, 2018, p. 1). Cabe registro que no último período eleitoral registrou-se um aumento 272% das denúncias no Disque 100, serviço o qual recebe, analisa e encaminha denúncias de violações de direitos humanos.

Diego: A gente trabalhava com os diversos tipos de violência. Tinha violência objetiva, física, que a pessoa chegava lá porque sofreu agressão pelo marido, a família colocou para fora de casa, do menino que apanhou na rua dos

policiais porque tava beijando na rua. Enfim, tinha esse tipo de homofobia, que a gente caracterizava como homofobia por causa do serviço, mas é LGBTfobia, né? LGBTfobia objetiva, do ato.

A gente trabalhava também com o conceito de LGBTfobia institucional, que era quando, deixa eu lembrar algum caso, tipo o caso de um clube esportivo. A menina tava lá, fazia tênis, pagava tênis e quando foi usar o banheiro o clube disse que não podia usar o banheiro feminino, porque no registro ela era homem e eles não iam permitir. E aí, era essa a LGBTfobia institucional que acontecia sempre muito maquiada, tipo: “Ah, não! A gente construiu um terceiro banheiro para a fulana, porque ela não usa aquele ao invés de usar os outros!?”. A gente sempre trabalhava com essa LGBTfobia que era objetiva, local, família, onde aconteceu o ato em si da violência, como a gente trabalhava com a LGBTfobia institucional.

Diego apresenta uma tensão terminológica. A nomenclatura “LGBTfobia” vem sendo sugerida como substituta a “homofobia”, argumenta-se que o uso genérico de “homofobia” acaba por invisibilizar violações sofridas por outros atores políticos da sigla, principalmente em casos de transfobia. Repetidas vezes, fui indagado sobre qual termo iria utilizar e o porquê. Minha meditação tomou o seguinte caminho: só agora estamos conseguindo criminalizar a homofobia e esta é a palavra presente na maioria dos documentos oficiais; sendo crime, estatísticas deverão ser produzidas e ações poderão ser pensadas com maior refinamento. Ao mesmo tempo, a crítica sobre a invisibilização de outros atores e atrizes políticos é mais que acurada, mas trocar um pelo outro, agora, significa perder as conquistas da luta contra a homofobia. Utilizo-as, então, de modo sinônimo, mas não idêntico, para me referir à violência motivada pela orientação sexual e/ou identidade de gênero.

Acredito, com bastante afinco, que este problema terminológico continuará a existir, principalmente, se o critério utilizado para nomeação da violência forem nossas ditas identidades. LGBT não inclui Queers e intersexo. LGBTQI não inclui assexuados. A última sugestão de uma versão representativa da sigla foi “LGBTQQICAPF2K+”: L - Lésbicas, G - Gays, B - Bissexuais, T - Pessoas Trans, Q - Queer, Q - Questionando-se, I - Interssexuais, A - Assexuados, A - Sem Gênero, A - Simpatizantes, C - Curiosos,

P - Panssexuais, P - Polissexuais, F - Amigos e Familiares, 2 - “Dois-espíritos”, K - Kink⁶⁷.

Lembro de duas coisas: 1) A linguagem não consegue representar a realidade (Foucault, 1966/2016); e 2) tipologias são, precisamente, o modo pelo qual a abjeção é conferida (Butler, 2002; 2010). Em razão disso, seguir só agregando caracteres a essa sopa de letrinhas, como denomina Regina Facchine (2005), se mostrará uma estratégia produtora de uma limitação representativa, alguém sempre faltará, alguém sempre será lançado à abjeção. Somado a isso, é preciso se comunicar, dialogar, fazer política e é inverossímil sequer imaginar a pronúncia de “LGBTQQICAPF2K+fobia”.

A tentativa de incluir todos faz com que todos não consigam ser ditos, falados, narrados. Como afirmar algo sobre o indizível? Como testemunhar o impronunciável sendo violentado? Tomara que, na revolução que está por vir, aprendamos a ser menos identitários. Quem sabe possamos aprender a nomear a violência, que nos fere e mata, de outros modos; ou quem sabe, inventemos novas formas de auto nomeação. Esse, sim, será um tamanho exercício de criatividade.

Aurora: Deixa eu explicar. No caso dessa pessoa, essa mulher trans, ela era filha adotiva de uma mulher, de uma senhora que tinha morrido há pouco tempo e foi ela quem cuidou da mãe. Segundo ela, na época, os filhos da mãe, os filhos biológicos da mãe nunca aceitaram ela, e a mãe era a única pessoa. Tanto que, ela estava em depressão porque tinha perdido a única pessoa de apoio, de amor na vida dela, que era essa mãe. E aí, a mãe tinha uma casa, quando a mãe morreu, os outros filhos se juntaram e venderam a casa da mãe e não dividiram, não incluíram ela nessa partilha e ela, por todo o histórico da vida que teve, tipo, teve irmão que a apedrejou, que morriam de vergonha dela por ela ser travesti, por que ela já tinha trabalhado de prostituição, ela era o patinho feio da família por não ser heterossexual, né!?, e aí ela procurou nesse sentido, ela era... por que assim, o que é homofobia?

⁶⁷ Timpf, K. (2018). Some Activists Want to Turn ‘LGBT’ Into ‘LGBTQQICAPF2K+’ for Inclusion. *National Review*. Recuperado de <https://www.nationalreview.com/2018/02/lgbt-new-acronym-meaningless/>.

Dependendo da forma como se olhe, pode inclusive não se enxergar, mas na medida em que a gente ia fazendo uma escuta mais apurada da história de vida daquela pessoa, e eu acho que é exatamente aí onde entra a importância da psicologia, de compreender a dinâmica das relações, por que a homofobia, a meu ver, ela não justifica tudo, mas é um fio que atravessa todas as relações. Então, assim, tinha a questão da disputa pelo dinheiro, nesse caso, era evidente, mas era muito evidente, que por essa pessoa estar sozinha no mundo, ela ter uma orientação, uma prática e uma identidade de gênero diferente da família ou do usual socialmente, ela era discriminada. Por exemplo, ela tinha uma irmã que às vezes a deixava almoçar na casa dela e quando os outros irmãos sabiam, mesmo eles brigando, tinha uma irmã que deixava ela comer lá, eles se uniam contra a irmã que dava comida. É como se eles quisessem matá-la, também, junto com a mãe, por que a mãe era a única referência, e aí o fato de... como ela dizia que era briguenta... e aí eu entendia que a postura dela, a personalidade dela, a forma dela reagir no mundo era muito consequência do que ela sofreu ao longo da vida. Aos poucos eu fui atendendo ela e ela trazia muitos relatos de tudo que ela tinha sofrido ao longo da vida, ela era toda marcada, ela apanhou muito a vida toda, sabe assim? Levou facada, enfim, aqueles casos bem clássicos de ser travesti, né!? Para mim, enquanto psicóloga e pessoa que estava ali naquele serviço, era algo já muito escancarado a homofobia ou transfobia que ela sofria, mas de longe ou uma pessoa pouco familiarizada com a temática, porque aí é que tá, eu fui me familiarizando, cada vez mais me inserindo. Esse tipo de escuta, dessas minúcias dessa homofobia ou transfobia que tá nas entrelinhas, que tá no jeito de olhar, tá em um comentário, eu fui me sensibilizando pra isso também.

Gabriela: Sobre a demanda, eu lembro que tinham alguns casos de jovens e adolescentes e eram casos difíceis, especialmente quando eram adolescentes, porque aí precisava acionar uma outra rede muito mais difícil de ser acessada, mas chegava muito caso de, por exemplo, pessoas que não tinham grana, adolescentes e jovens, que eram descobertos homossexuais, especialmente homens, que aí existe toda aquela discussão do que é mais difícil esconder, do que é menos difícil esconder, parece que a coisa da homossexualidade masculina é mais perseguida, as pessoas tentam identificar trejeitos, as pessoas tentam identificar comportamentos, se alisar, se tocar outra pessoa já está todo mundo em

alerta e com a menina esse alisar e tocar na outra, a menina é carinhosa e meiga, tem uma passabilidade diferente.

Chegavam muitos jovens que eram expulsos de casa e que não sabiam o que fazer e aí tavam sofrendo homofobia da própria família e aí tavam na casa de algum amigo e enfim.

Chegava caso de casais que tinham tido discussões e a gente precisava acompanhar os casais, assim, uma esposa bateu na outra, eu lembro, não sei se é minha memória ou se os casos que eu atendi eu lembro mais, mas eu lembrava de ser mais mulheres que tinham, que traziam, não tô dizendo que no mundo é diferente, mas eram mais mulheres que traziam isso pra o serviço, tudo isso tem dados, você pode checar.

Lembro de pessoas trans e a coisa do banheiro, que eram constrangidas por tentar entrar no banheiro, e aí queriam entrar com processos por danos morais contra as instituições. Chegavam pessoas que tinham sofrido agressão em programa, prostituição e tal, por policial ou por cliente quando tão na pista.

Era um pouco isso, assim, de caso da família abandonar e a pessoa se ver perdida; caso de violência com casais; e das trans, essa coisa, de sofrerem violência tanto em espaços de prostituição, porque a gente sabe que nem toda mulher trans é prostituta, mas muitas das mulheres trans tornam-se prostitutas ou cabelereiras ou manicures ou maquiadoras, é um grupo de pessoas que tem muito pouco acesso ao mercado de trabalho e quando chegam ou é pelo mercado da beleza, digamos assim, ou a prostituição, né? E não por acaso elas têm pouco acesso, quando a gente foi cruzar os dados de profissão e escolaridade, são pessoas que foram expulsas da escola por transfobia... Ah! escola, chegava muita coisa de escola, sobre uso de banheiro e diretora que não quis usar o nome social.

Vamos partir de “eu fui me sensibilizando”, narrado por Aurora. Por que é preciso desenvolver a sensibilidade por uma travesti? Por que não é algo minimamente presente no nosso acordo social? Por que mesmo assistindo 12 homens torturarem Dandara Kethlen, travesti cearense de 41 anos, com chutes e pauladas, morta a tiros, à luz dia, em público, com tudo sendo gravado, ainda assim, nós precisamos aprender a chorar essa vida? Sou obrigado a seguir concordando com Butler (2002), no sentido de compreender a existência de corpos os quais importam socialmente e sua antítese, os corpos dispensáveis. Os primeiros, as vidas passíveis de luto, os segundos, corpos que não podem ser chorados (Butler, 2015). A manutenção desse

sistema econômico dos corpos produz e sustenta materialidades desimportantes, abjetas, monstros, subjetividades perigosas.

Jorge Leite Jr. (2012) afirma que o desprezo, irrelevância e violência com que essas pessoas são tratadas remetem que elas não estão além ou fora de categorias, mas sim em outra categoria de inteligibilidade, a de “monstro”. Através dessa nomeação produzem-se modos de lidar com quem é por ela abarcado. Não é um caso de desconhecimento. Não se lida com o desconhecido, mas sim, com a monstrosidade que pode e deve ser enfrentada, tendo sua auto nomeação rejeitada, sua saúde e escolaridade preterida, empregabilidade precarizada e, provavelmente, vida ceifada.

Sabe o que é intrigante? Este mesmo sistema produz o país que mais assiste pornografia com travestis no globo. 89% das pesquisas mundiais sobre travestis, no site pornográfico RedTube, advêm do Brasil, que, por sua vez, é o segundo maior país a trafegar pelo site⁶⁸, de acordo com o algoritmo da empresa. Tais informações forneceram combustível para conversas do tipo “o cara é gay, no armário, assiste pornografia com travestis e depois as mata” ou “é claro que é um enrustido”. Acredito que eu mesmo já tenha enunciado tais discursos no cotidiano. Só que pensar sobre essas frases, na posição de pesquisador, me fez perceber como tais sentenças são reprodutoras de discursos que tomam a homofobia como um fenômeno individual e produzir uma psicologização do homofóbico.

No encontro com Luan Cassal (2014), olhei para o chamado à responsabilidade, feito pelo autor, à psicologia. Por conta de suas visões as quais contribuem para uma analítica da homofobia, fornecendo discursos para sua construção enquanto fenômeno individual, num movimento de identificação e explicação de uma “personalidade homofóbica”, produzindo verdades sobre o sujeito (Cassal, 2014). A lógica presente é de que o sujeito homofóbico é detentor de conflitos para com sua própria sexualidade e, por atravessamentos diversos - idade, sexo, nível de estudos, classe social, filiação religiosa ou política - estão mais propensos a expressarem comportamentos aversivos à homossexualidade (Borrillo, 2010).

⁶⁸ RedTube (2016). RedTube & Brazil. Recuperado de <https://www.pornhub.com/insights/redtube-brazil>.

Um dos efeitos produzidos é o medo. “Com a identificação de características do possível agressor, a psicologia instaura um sistema de medo: medo do outro, medo da diferença, medo de si próprio” (Cassal, 2014, p. 36). A psicologia ajuda, assim, na reiteração da orientação sexual e a identidade de gênero como verdades dos sujeitos e a violência como modo de subjetivação, produzindo sujeitos homofóbicos por razões individuais e inconscientes e sujeitos amedrontados por violências que os rodeiam todo o tempo.

O medo do Presidente ser homofóbico. O medo do seu tio ser homofóbico. O medo da sua mãe ser homofóbica. Estado de alerta! Não estamos seguros, ninguém é 100% confiável, nem nós mesmos. Se os que me cercam são possíveis violentadores, talvez, seja esperto procurar ajuda do Estado, para garantir o direito e o respeito a coisas como: o direito de ser chamado pelo nome, o direito a saúde...

Jai: Algumas chegavam lá com demanda de retificação de nome. Essas meninas, a gente sempre perguntava se existia alguma violação de direito, na questão do não respeito do nome, de como que era e tal, e elas sempre diziam que sofriam alguma violação num serviço de saúde. Então, assim, isso era uma coisa gritante para a gente. Como é que a UBS, que é uma porta de entrada para você e, você procura lá e você sofre violação a partir do momento que você chega? Então é daí que a gente tira todas essas questões do porquê essa população não chega nos serviços e o porquê só chega quando já tá nas últimas. Geralmente são nas violações físicas, as violações físicas que sofrem, por exemplo, na rua, quando a maioria delas, no caso do recorte que eu tive, a maioria delas estava em situação de prostituição, sei nem se esse é um termo certo de se falar, situação de prostituição, às vezes eu falo assim e pergunto a elas se faz sentido e elas dizem que sim, mas eu não sei se é um termo muito legal de se dizer, porque a prostituição também é um trabalho, então não sei se a gente pode falar em uma situação. E elas sempre falavam, assim, dessa violência sofrida nas instituições, que isso era recorrente, para comprar um imóvel, para alugar um imóvel, para fazer todos esses tipos de coisas.

O Estado e suas instituições negam aos sujeitos seus direitos a terem um nome com o qual se identifiquem. Cronologicamente, Brasil sem Homofobia em 2004, depois temos as estratégias de gestão e ação para a população LGBT (Brasil, 2008), ou seja, avançando em tornar a saúde um direito à bissexuais, travestis, gays, lésbicas e transexuais. E como Jai bem colocou, existem questões sobre o porquê as travestis não chegam aos serviços, que, alego, estão ligadas ao fato de somente em 2016 o Estado brasileiro reconhecer o direito ao nome social para travestis e transexuais no âmbito da administração pública (Decreto nº 8.727, 2016).

Guilherme: Inclusive, algumas vezes eu acompanhei pessoas para fazer boletim de ocorrência, que existe uma lei onde a pessoa pode solicitar que conste a orientação sexual e a identidade de gênero. Mesmo a partir dessa lei, tinham escrivães que se recusavam a colocar. Eu falava para a pessoa, enfim, porque a gente não podia pedir pela pessoa, “Olhe, você tem o direito de colocar tua identidade de gênero e ser reconhecida pelo teu nome social”. E aí, o escrivão falava “Não vou colocar” e a pessoa “Eu quero que coloque” e aí o escrivão se negava a colocar, enfim, preconceito, resistência.

Diego: Eu lembro que teve um natal, que no dia 25 eu tava numa delegacia com uma menina trans. Aí, você imagine, você está na ceia se divertindo e no dia 25, ressaca total, numa delegacia com uma menina trans que tinha sido ameaçada de morte. Outro caso, de uma menina trans que tava sofrendo violência doméstica. Quando é violência doméstica existe o acolhimento para dentro do município, mas dentro do estado a pessoa ia para uma casa de acolhida. E aí, o centro disse “Oh, nosso atendimento vai até aqui” que era o atendimento. O município fazia só o atendimento e encaminhava para a rede do estado que era a rede de acolhida, de ficar na casa e tal. Só que aí o centro fez assim, a secretaria do estado não acolhe porque é mulher trans, aí eu fiquei “Não acolhe porque é mulher trans!?” , aí ela fez “Não, não acolhe”.

“Um humano não reconhecido como humano não é humano”, alerta Judith Butler (2018, p.44). Impedir ao sujeito o exercício da capacidade de reconhecimento, de denominar a si e ao mundo, é interditar, de forma fundamental, o exercício da cidadania. Sou conduzido a pensar que esse é o destino do “monstro” (Leite

Jr.,2012): morrer sem nome, indigente. Como encarar a indigência - marcada no símbolo e na carne - que nos suplica?

Gabriela: Pois é, muitas vezes a sensação que dava é que a gente não dava conta, acho até que não dava mesmo. Então, a gente se organizava de que forma, a gente tinha reuniões de equipe, mas nessas reuniões de equipe era muito comum não tá a equipe inteira porque sempre tinha alguém viajando nessas semanas de Direitos Humanos e isso era, sinceramente, pouco priorizado, que era umas das coisas que eu batia na tecla dizendo: “Precisamos ter reunião de equipe”. E acaba que, se a minha memória não está falha, a gente se organizava de algum modo que quem pegava os casos acabava acompanhando esses casos, sabe?

Era uma equipe que chegou, assim, por exemplo, eu tinha chegado da universidade, tinha acabado o mestrado, tinha discutido gênero, então eu tava muito disposta, assim, “oh minha gente, às vezes a gente tá confundindo identidade de gênero com orientação sexual, vamos por aqui” e aí fazia aquele esqueminha “o que é prática sexual? O que é identidade de gênero? O que é desejo? O que é orientação sexual?”. Era um momento de a gente organizar as ideias porque nem todo mundo tinha tido essa formação.

Diego: A advogada da gente era muito antenada nas coisas. A gente sabia, até porque as nomenclaturas para fora já estavam mudando, para LGBTIQ. Aquela coisa toda e a gente ficava muito no estudo de caso, até que chegou uma pessoa com a demanda de ser mulher trans. Aí, a advogada no atendimento foi perguntando algumas coisas, a gente tinha um instrumental específico. E aí, perguntou se ela usava prótese de silicone, como é que tinha sido, por causa do óleo, do hidrogel que fala, que é óleo de avião, enfim, se usava. Ela fez, “Não, ele nasceu normal. Ficou grande assim”, aí a advogada pensou que tinha alguma coisa errada. A gente fez contato com um dos médicos dela, e aí nos documentos viu que a menina era intersexual. Só que a gente até então não tinha tido nenhum caso, e aí a gente voltou e refez todos os instrumentais para garantir que as pessoas, a partir dali, tivessem garantido cidadania, pelo menos no formulário. A gente modificou nossa abordagem, estudamos. Foi muito nesse sentido de como as dinâmicas das sexualidades, elas têm sido muito novas, a gente tem descoberto, descoberto não, as

vivências têm sido plurais, era importante que a gente tentasse garantir esse acesso de uma forma tranquila.

Paloma: Diante de tantas carências e tantas dores. Me permeava, porque eu não tinha essa experiência de atender. Não era algo que as pessoas se diziam, assim, de ter o sofrimento por ser gay, por ser lésbica, ou por ser uma travesti. Não tinha isso! A experiência do serviço foi muito instigante, sabe? “Poxa quero ler mais sobre isso, vou assistir filmes”. Na época, tinha uma mulher trans que trabalhava na recepção e eu fui falar com ela, conhecer como é a experiência dela, de tá na rua, dessas agressões, sofrimento, da família, um pouco da história dela. Então, tinha uma pessoa que era profissional do sexo, ela já tinha mais de sessenta anos, então, escutar a história de uma profissional do sexo, que há trinta anos batalhava nas ruas de Recife, e poder escutar aquele relato... Então, eu sempre tenho uma curiosidade pelo outro, pela vida do outro, pela vivência do outro.

Gabriela: Chegavam, por exemplo, algumas situações de casais, lésbicas ou gays, chegava primeiro a agressora ou o agressor antes de chegar a outra pessoa e aí, era: “Como assim, manejar isso?”. Entender um pouco sobre versões diferentes, sabe? Bom, então, a gente fazia primeiro essa escuta de triagem, que aí não significa que não era uma escuta técnica de psicologia, era também, mas não era especialmente o que eu chamaria de escuta clínica.

Num segundo momento, no qual já se entendia, “Bom, este é um usuário ou uma usuária que vai passar a ser acompanhada agora pelo serviço”. Eu não consigo identificar uma escuta clínica, por exemplo, tradicional no sentido de garantir um acompanhamento semanal, existir uma frequência, uma periodicidade, um tempo, um encontro que vá produzir alguma coisa nesse sentido, sabe?

Mas era uma escuta, muitas vezes, sim que precisava estar atenta a um caráter clínico de acolhimento, de manejar algumas questões, por exemplo, [...] a gente precisava ter uma escuta muito cuidadosa, inclusive para às vezes devolver algumas das demandas, das queixas que as pessoas apresentavam. Por exemplo, muitas pessoas se colocavam como se sentindo culpadas por terem sido vítimas de algum tipo de homofobia, transfobia. E aí, as pessoas, “Ah, o problema sou eu. Eu sou errado que sou diferente. Se eu tivesse nascido de outro jeito”. Então, às vezes, era uma escuta que tem uma, tem alguma coisa rebuscada no sentido de clínica, por que você escutar essa frase e achar que é de menor

importância e tratar isso como uma coisa qualquer? Essa pessoa tá querendo dizer que ela acha que tem um problema. E aí, muitas vezes a gente precisava devolver para ela algumas frases que eram muito utilizadas como, por exemplo, “O problema não está na homossexualidade, tá na homofobia. O problema não tá na transexualidade, tá na transfobia, existe uma sociedade que não tá sabendo acolher a diversidade”. Então, às vezes, a gente precisava fazer, sabe, essa escuta de entender que isso não é um lamento qualquer, isso precisa ser acolhido, isso precisa ser devolvido, precisa ativar alguma chave que, em alguma medida, seja libertadora.

Ao passo que a indignância nos indaga, sou levado a compreender que a curiosidade pelo outro, colocada por Paloma, coliga-se com o processo de se sensibilizar, trazido por Aurora. O movimento tomado é o de se lançar na direção da experiência dessas pessoas tornadas indigentes. Colocar-se disponível para as vivências, as batalhas, as marcas, sendo a escuta uma de nossas melhores ferramentas, como sinalizou Gabriela.

Gabriela: Com relação à psicologia, acho que vale a pena falar da escuta, sensibilidade e compromisso com a transformação para promoção de saúde mental. E isso se fazia numa proposta contra-hegemônica, diferente do que a psicologia se formou como profissão e, depois, ciência. A gente tinha (e tem) gosto por valorizar a diversidade e de tentar construir caminhos para que a diversidade não se torne alvo de violência. Nosso trabalho era produzido a partir de escuta, de identificação de demandas e da tentativa de dar encaminhamentos diante da estrutura que a gente dispunha no Estado.

Mas nem só de escuta vive o profissional de psicologia! Nas narrativas, enxergo que a demanda atendida despertava uma vontade de saber nas profissionais, uma busca teórico-metodológica sobre assuntos e questões, um garimpo por materiais os quais pudessem contribuir para a invenção de uma prática ainda desconhecida, inexistente, até então.

Otávio: Agora, de fato, eu não acho, eu acho assim, que por exemplo, o nome, pessoa em situação, sei lá, de lgbtfobia ou LGBT, mulheres em situação de violência sexual ou doméstica, adolescente em conflito com a lei, para mim são nomes que servem de porta de entrada

para um atendimento. O atendimento em si, como se desenrola, não tem um manual, uma regra, uma receita de como que ele vai se dar. Vai de caso a caso, vai da singularidade da clínica mesmo, assim sabe, nesse sentido porque na verdade todos são, para mim, diferentes.

Outra coisa, nunca gostei da noção de empatia. Essa coisa que você pode se colocar no lugar do outro, pra mim chega a ser uma violência, assim sabe? Eu acho que cada pessoa tem uma trajetória singular, tem uma forma de compreender o mundo e, enfim, vivenciar e você se ousar “se colocar nesse lugar”, para mim, é anular um pouco aquela singularidade.

Jai: A maioria dos meus atendimentos eram feitos com assistente social. Então, às vezes, eu não sabia se eu era psicólogo, às vezes eu tinha para mim que eu era gente escutando gente. Como a assistente social, também, a gente tava ali escutando gente e tentando fazer alguma coisa COM essas pessoas, alguma intervenção no sentido de acompanhá-la e de não somente, ela chegar lá e sabe...

Sim, se eu for pensar, assim, o que me faz ser psicólogo? Eu acho que não é a graduação que faz a gente ser psicólogo, não é uma pós que faz a gente ser psicólogo, não é um mestrado, não é um doutorado, nada disso faz a gente ser psicólogo. O que faz a gente ser psicólogo é a prática, é a rua, é a vida, sabe? Eu acho que a psicologia não tem que tá presa a quatro paredes, ela não tem que tá presa no teste projetivo, ela não tem que tá presa em mais técnica, não! A psicologia tem que tá em todo lugar, porque nós somos a psicologia, nós fazemos ela, então se eu disser assim, o que orienta minha prática, é o modo como eu olho para o mundo, é o modo como eu olho para as pessoas. Eu compreendo as coisas, mas o que me define como psicólogo é o modo como eu me disponho a entender essas pessoas, a compreendê-las. Não sei se tô sendo muito claro, mas é porque eu acho assim, que a clínica que a gente faz ela é uma clínica que a gente não vê como na clínica da enfermeira, como a clínica do médico. A nossa clínica, ela é uma clínica que, não vou dizer que ultrapassa, eu não sei se ela ultrapassa, mas ela vai prum outro campo. O campo de cuidado que é outro, que é a outra pessoa cuidar de si, não é a gente que cuida dela, ela que cuida de si, ela que move o cuidado dela, no modo como ela entende que a vida dela deve ser cuidada. Então, acho que o que define a gente é isso, é a gente tentar acolher, recolher, acompanhar, qualquer outro nome que seja, que as pessoas dão, que eu acho que a gente se prende

muito a essa questão do nome, que pouco importa. O que importa, é a gente tá fazendo o nosso trabalho de acompanhar essas pessoas, de elas tocarem a vida, porque não é a gente que vai fazer por elas, o maior papel da gente é fazer com, é fazer sempre com elas, nunca por elas. Se a gente tá fazendo isso [agir por elas], a gente não tá fazendo uma clínica de psicologia, a gente tá fazendo qualquer outra coisa, assistencialismo, politicagem, qualquer outra coisa, mas nunca uma clínica política, eu acredito nisso, não sei se respondi.

Guilherme: Em alguns momentos você se sente pressionado, em outros momentos, não. Porque a gente tenta atuar da melhor maneira possível, a partir desse momento você não tem que ficar sofrendo por conta de... enfim. É uma equipe toda, por isso que eu digo, o tempo todo para você assim, a gente não tinha um atendimento específico de psicologia, a gente não tinha um atendimento específico de serviço social, a gente não tinha um atendimento específico jurídico. Qualquer técnico que tivesse à disposição ali ele poderia atender e poderia fazer essa escuta, digamos assim, dessa demanda. De fato, existiam metas, a gente era uma equipe muito criativa para poder pensar, para poder criar parcerias, até porque a gente sabe que dentro do serviço público, principalmente nessa área da assistência social e que se relaciona com saúde, com educação e várias outras áreas, não é algo que a gente vai acolher e que vá finalizar com a gente. Então, assim, a gente tentava provocar os serviços públicos da melhor forma possível, mesmo recebendo “Não”. Eu acho que era esse trabalho mesmo de ser chato, de tentar provocar e tentar, enfim, pressionar os outros serviços a acolher, a atender, a dialogar com essas áreas. Então, de fato, em alguns momentos eu me sentia pressionado, outros momentos nem tanto. Eu percebo que a nossa equipe era muito coesa, era muito bom trabalhar com a equipe que a gente trabalhava. Porque a gente meio que se atendia (risos), a gente conversava muito e a gente também se entendia, se atendia e se entendia. Enfim, a gente percebia as demandas, a gente dividia os trabalhos para tentar não sobrecarregar tanto umas pessoas em detrimento de outras. Muitas pessoas ficaram esperando atendimento? Muitas pessoas! Talvez, a gente não tenha conseguido dar uma resposta significativa, isso, lógico, causava uma certa tristeza na gente também. Mas a gente entendia que não fazia parte do Guilherme profissional de psicologia, não fazia parte da equipe, mas fazia parte de um sistema muito maior, enfim.

Diego: O que eu sentia falta dentro do meu fazer era, de fato, uma leitura mais teórica sobre Direitos Humanos. Era o que a gente sempre discutia! Eu tive a oportunidade de voltar à faculdade em que me formei para apresentar o serviço e a gente sempre fala dessa lacuna da temática de gênero, da temática de Direitos Humanos para dentro da nossa prática, porque de fato é tudo muito novo. Eu lembro, foi muito engraçado, quando a gente começou as ações e retificação de nome, eu lembro até hoje, uma das primeiras pessoas que a gente fez. A gente começou a fazer em novembro do meu primeiro ano. A gente divulgou para todo mundo, coloca na internet, vai para a Gestos, vai para a rede toda saber que a gente tava fazendo. E aí, chegou algumas pessoas. E aí, uma das primeiras ações saiu muito rápido, saiu com seis meses, tipo, em novembro e aí seis meses depois, junho, julho, saiu a sentença e a menina trocou o documento. Aí, a gente chegou e fez assim, “Olha, vamos chamar fulana dizendo que precisa fazer um atendimento porque o processo dela deu uma empacada”. O usuário não tem noção de TJPE, não tem como usar o serviço, então ela foi lá toda nervosa. A gente picou papel e fez todo um teatro: “Olha só, a gente te chamou aqui porque deu um problema no teu processo e aí a gente queria dizer pra você que você vai ter seu nome mudado e agora você vai ter garantias de mudar o documento”. E aí, saiu de detrás jogando papel e a menina parada, ela não conseguia falar, ela tava surpresa por ter conseguido rápido e a gente tava, tipo, radiante por ter conseguido isso pra ela, sabe? Eu fico me perguntando que, talvez, em nenhum outro lugar se fizesse isso. Eu não tô dizendo que era o melhor lugar e que a gente tava fazendo a melhor coisa não. Mas, aquele era um caminho que a gente fazia caminhando mesmo, sabe? Eu lembro dos primeiros processos de retificação de nome de registro, que a gente fazia “Meu deus, a gente tá fazendo isso certo?”, sabe? A gente fazia, ficava pensando, a gente chegou a ir pra Paraíba porque ela já tinha avançado nisso, Laura ia para congressos e a gente fazia “Meu deus, a gente tá fazendo isso certo?” porque não tinha ninguém para dizer para gente. Todo mundo tinha pós-graduação em Direitos Humanos, mas a prática é totalmente diferente da academia, entendeu?

Aurora: Bruno, você está estudando isso no doutorado, deve saber que a formação da gente não olha para essa população. Conseqüentemente, o saber e o fazer psicológico ele é muito escasso sobre isso. Agora, sem dúvida nenhuma toda a minha formação em psicologia

serviu e serve para eu atuar com essas pessoas. Meu conhecimento em saúde mental, das técnicas de dinâmica de grupo, de como fazer uma entrevista, como fazer uma observação, de como intervir junto ao outro, tudo isso é extremamente útil pra o atendimento, independente para quem for. Agora, tem algumas especificidades que eu fui apurando e eu acho que isso é um contínuo, até hoje, a partir da escuta dessa população que eu não era familiarizada. Uma coisa que me ajudava, assistir muitos vídeos no YouTube, descobri um monte de vídeo. Porque é isso, eu tenho uma carência tão grande de entender a psicodinâmica dessas pessoas. Eu ia assistir muita coisa no YouTube, descobri muitos vídeos e usava, inclusive. Eu lembro que eu usava com alguns usuários, tinha uma menina, que era lésbica e filha de um pastor, ela tava namorando com uma menina e teve o maior problema com a família, esse tipo de coisa. Eu descobri um vídeo no YouTube que falava de homossexualidade e religião, eu usei aquilo para ter esse tipo de olhar e aquilo fez sentido para mim e eu indiquei para ela assistir, sabe? Então, filme sobre essa coisa da educação, da criação por pais homossexuais, eu lia artigos, matérias... É como se a partir dessa minha experiência eu ficasse ligada a olhar para como isso tem as especificidades. É urgente! E eu nunca tinha reparado, nunca tinha estudado, aí, quando eu falo sensibilidade é isso, como se fosse ter pele para sentir esse universo que não é meu, enquanto pessoa, e que não foi teoricamente também. É como se agora eu usasse, eu ia dizer colocar uma pele para sentir, mas é ao contrário: tirar uma parte da pele para sentir mais, sabe? É um caminho sem volta para mim hoje.

Como já explanado anteriormente, existe a urgência de o profissional de psicologia desenvolver práticas para uma população heterogênea marcada pela abjeção, pela indignância do Estado e da sociedade. A estrutura estatal está fundamentada numa guerra constante e sanguinária contra a diferença presente na sua população, uma vez que, quanto mais o corpo se afasta das demarcações homem-branco-cis-classe média ou alta, mais marcas são produzidas pela via da violação. Os caminhos percorridos fizeram-me chegar à questão: como a psicologia ouve a indignância que nos suplica?

Psicólogas e psicólogos contribuíram com suas experiências, suas narrativas, suas vidas para que a homofobia ascendesse ao status de problema oficial, cujas

estatísticas exprimissem o horror das violações sofridas por parte da população brasileira. Considero coerente com nossa história genocida que o Estado não tenha interesse na produção de dados, números podem contar histórias com bastante precisão, como os possíveis 8,6% da população mundial morta pelos europeus nas Américas ou os prováveis seis milhões de mortos no Holocausto⁶⁹.

Não chega a ser surpresa, então, quando o Presidente da República diz publicamente não acreditar nos números levantados por instituições com credibilidade como IGBE, Ipea e Fiocruz. O investimento para o Censo Demográfico 2020 - meio de conhecer com fidelidade estatística o Brasil - sofreu corte orçamentário e os questionários tiveram temáticas retiradas, a exemplo, migração, valor de aluguel, se o ensino é privado ou público e sobre a posse de eletrodomésticos. Em entrevista ao site Nexo, o sociólogo e pesquisador do Centro de Estudos da Metrópole e do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), Rogério Barbosa, afirmou que sem tais informações:

O risco que os cortes trazem, nesse cenário onde não há garantias de informações complementares com respaldo institucional, é o comprometimento daquela tradição de políticas baseadas em evidências, atendendo as demandas da sociedade contemporânea. As políticas mais diretamente afetadas são aquelas de combate à pobreza, de produção habitacional e de redistribuição interfederativa, como o Fundo de Participação dos Estados, o Fundo de Participação dos Municípios e o Fundeb [Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação] (Bertoni, 2019, Parágrafo 38).

Ironicamente, Foucault (1976/2010) mostrou ser exatamente pela produção de dados populacionais confiáveis que o biopoder se instaurou na modernidade. Por meio de tecnologias estatísticas, o Estado inventou a demografia, atentando aos processos de reprodução, nascimentos, mortes e adoecimentos de seus habitantes, de sua população. Então, a que ou a quem serve a produção de desconhecimento populacional? A que fim serve a não divulgação do “III Levantamento Nacional sobre o uso de drogas pela população”, pesquisa de três anos desenvolvida por 500 profissionais, com mais de 16 mil pessoas ouvidas, vetado pelo Ministro da Cidadania

⁶⁹ Altares, G. (2017). Por que falamos de seis milhões de mortos no Holocausto? *El País*. Recuperado de https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/13/internacional/1505304165_877872.html.

Osmar Terra sob acusação de “viés ideológico”, sendo a Fiocruz, “a favor da liberação das drogas”⁷⁰.

O relatório aponta para a não existência de uma epidemia de crack no país e revela os altos índices de consumo de álcool por toda a população. A epidemia é amplamente combatida pelo Estado, a exemplo, da lei autorizando internações involuntárias (Lei nº 13.840, 2019). Ao mesmo tempo em que se autoriza a internação compulsória, o Estado fornece o maquinário de docilização dos corpos, divulgando nota técnica destinada a "esclarecer aspectos da nova política de saúde mental" (Brasil, 2019).

A nota expõe o posicionamento do governo Bolsonaro, informando sobre mudanças na política de saúde mental, apresentando argumentos teóricos indo de encontro à reforma psiquiátrica e à política de redução de danos. Imediatamente, se percebeu o reforço à lógica manicomial; autorização para internação compulsória de crianças e adolescentes; ênfase em tratamentos biológicos (uso de eletroconvulsoterapia); e a destituição das estratégias de redução de danos (Delgado, 2019).

Nas entrevistas, Aurora, em dado momento, narrou sobre uma experiência profissional anterior, num serviço de saúde mental:

*Aurora: Como psicóloga, eu já tinha vivido alguma experiência anterior, meu primeiro trabalho, foi no CAPS. Eu lembro que tinha um rapaz na cidade, que era numa cidade do interior, que ele é... todo mundo dizia que ele era louco porque era viado. Todo mundo na cidade, os pastores das igrejas, o povo em geral, tentavam controlar, esse rapaz, é... não sei nem se eu posso denominar de travesti, mas ele tinha práticas sexuais com outros homens e tinha uma história de querer deixar o cabelo crescer. Esse tipo de coisa e ele sofria muita violência por conta disso e foi levado para o CAPS porque era considerado doido na cidade, transava com os homens e tinha uns surtos.
E aí, eu lembro que no CAPS já tive um embate com o psiquiatra, especialmente, e com a enfermeira do*

⁷⁰ Jornal Nacional (2019). Governo censura pesquisa da Fiocruz sobre uso de drogas no Brasil. G1. Recuperado de <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/05/29/governo-censura-pesquisa-da-fiocruz-sobre-uso-de-drogas-no-brasil.ghtml>.

serviço na época. Porque eles queriam tratar aquilo como patologia e eu sempre tinha uma postura de questionar, de tirar isso do campo da patologia e de tratar, na verdade, como adoecido o sistema que não deixava ele ser como ele queria ser, do jeito que ele era. Eu lembro que só eu e a assistente social pensávamos diferente.

Então, quando a gente tentava, eu tentava conversar com o psiquiatra para rever essa questão medicamentosa. Porque, tipo, a ideia era dopar o rapaz porque ele tinha comportamento de, como a gente denomina, de gay pintoso? Por ele sair na rua e gostar de botar umas coisas no cabelo? Enfim, coisas desse tipo, para uma cidade no interior, isso era uma aberração. Mas assim, eu acho que não era remédio que ia “resolver” isso.

O entrave da psicologia com a saúde mental e a sexualidade já estava posto. Mas em 2019, a lei brasileira permite a internação involuntária e oferece o espaço para que seu ente querido e aberrante seja internado, contra sua vontade. Contudo, se as instalações do Estado não forem do seu agrado, lhe será fornecido um outro espaço para desovar o corpo indócil, a comunidade terapêutica. O Conselho Federal de Psicologia (2011) inspecionou comunidades terapêuticas de todo o Brasil, motivado por denúncias constantes, e encontrou um cenário de violações aos Direitos Humanos e, conseqüentemente, ao exercício da cidadania, ancoradas em práticas religiosas.

A maioria dessas práticas sociais adota a opção por um credo, pela fé religiosa, como recurso de tratamento. Além da incompatibilidade com os princípios que regem as políticas públicas, o caráter republicano e laico delas, esta escolha conduz, inevitavelmente, à violação de um direito: a escolha de outro credo ou a opção de não adotar nem seguir nenhuma crença religiosa. Na prática desses lugares, conforme nos foi relatado, os internos são constrangidos a participar de atividades religiosas, mesmo quando sua crença e fé são outras. Até porque inexistem outras possibilidades. Na ampla maioria dos locais não existem funcionários, apenas religiosos, pastores, obreiros (quase sempre ex usuários convertidos). Poucos profissionais de saúde (médicos, psicólogos, assistentes sociais, enfermeiros, técnicos de enfermagem) são encontrados. E, onde estão presentes, sua atuação encontra-se submetida a princípios religiosos e morais e pouco se orientam pelos saberes técnico-científicos, mas, essencialmente, pouco se orientam pela ética de seu fazer. Portanto, pode-se afirmar que não há cuidado nem promoção da saúde nesses lugares (Conselho Federal de Psicologia, 2011, p. 190).

Relatos de maus-tratos, violência física e subjetiva, e de tortura estão presentes no relatório das inspeções. Então, é de gerar assombro quando o governo Temer ampliou o investimento nas comunidades em R\$90 milhões de reais - lembrem que em 2018 Temer comprou o Congresso com 15,3 bilhões - sendo a ação bem vista pela bancada evangélica do parlamento⁷¹. A quem interessa ter corpos internados compulsoriamente? A quem interessa a não divulgação de estatísticas sobre uso de drogas? A quem interessa o desconhecimento das populações? A quem interessa a produção de existências indigentes?

Outra pergunta ainda pode ser feita: por que isso está sendo tratado nessa tese? Seguindo o entrelaçamento entre psicologia, saúde mental e sexualidade, nós chegamos na Resolução CFP nº 01/99, documento de orientação da prática do profissional de psicologia, a qual afirma que a homossexualidade não deve ser considerada uma patologia, desvio ou perversão, assim, não sendo cabível ao profissional propor sua cura.

O que quer essa psicologia interessada na “cura gay”, a qual compreende a homossexualidade como patologia e que coloca o sujeito no lugar de doente, indaga Luan Cassal (2014). Como resposta, assinala o apagamento da diferença, o extermínio de corpos e modos de existência, como estratégia do biopoder o qual se utiliza, também, de discursos científicos para sua manutenção.

Esta psicologia que defende a suposta reversão da homossexualidade toma a heterossexualidade como modo de existência sadio, gênese do desenvolvimento humano. Toma o sofrimento produzido socialmente pela discriminação e exclusão como condição de existência e, assim, alimenta ainda mais a necessidade de uma “cura gay” em favor da “saúde hétero” de todos. O adjetivo “homofóbico” parece adequado para esta perspectiva na medida em que hostiliza e rejeita um modo de existência como patológico, anormal e passível de correção. Baseada no sofrimento e maquiada de boas intenções, esta psicologia discriminatória ganha cada vez mais espaço e institucionalidade (Cassal, 2014, p. 33, aspas do autor).

⁷¹ Ministério da Saúde (2018). *Comunidades Terapêuticas: Governo amplia acolhimento para dependentes químicos*. Recuperado de <http://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/44488-governo-amplia-acolhimento-para-dependentes-quimicos-comunidades-terapeuticas>.

A inspeção do Conselho Federal de Psicologia (2011) encontrou com frequência instituições de cunho religioso, as quais, desrespeitam os Direitos Humanos de lésbicas, gays e travestis. Uma psicóloga informou abertamente sobre sua prática psicológica visar “curar homossexuais”, indo de encontro às normas profissionais vigentes à época. A Resolução 01/99 tem o entendimento de que, para a Psicologia, a sexualidade faz parte da identidade de cada sujeito e, por isso, práticas não-heterossexuais não constituem doença, distúrbio ou perversão.

Esta resolução, efetivamente, não impediu a profissionais de psicologia oferecerem serviços de curar a homossexualidade ou de reorientação sexual. A exemplo, a psicóloga Rozangela Alves Justino, que se tornou uma profissional conhecida no Brasil por colocar, abertamente, a homossexualidade no campo da patologia, defendendo que o sujeito não é homossexual, ele está homossexual em decorrência de traumas ao longo da vida. O CFP cassou o registro da profissional em 2009 após denúncias de uma ONG de defesa dos direitos de homossexuais. Entretanto, isso deu início a uma longa batalha na esfera judicial na qual a Sra. Rozangela Alves Justino alegou estar sofrendo censura e sendo perseguida por movimentos sociais, comparando ativistas a nazistas⁷².

Ao mesmo tempo, na esfera legislativa, na Câmara dos Deputados tramitavam propostas de lei que visavam derrubar a resolução do CFP. O deputado João Campos (PSDB/GO) protocolou, em junho de 2011, o projeto de decreto legislativo (PDC) nº 234/2011, visando sustar a aplicação do parágrafo único e artigos 3 e 4 da resolução 01/99 do CFP⁷³. Tal tramitação ocorreu até julho de 2013, quando foi retirada pelo

⁷² Veja (2017). Autora de ação da cura gay comparou ativistas a nazistas. Recuperado de <https://veja.abril.com.br/blog/reveja/autora-de-acao-da-cura-gay-comparou-ativistas-a-nazistas/>.

⁷³ Projeto de Decreto Legislativo (2011). PDC 234/2011. Sustar a aplicação do parágrafo único do art. 3º e o art. 4º, da Resolução do Conselho Federal de Psicologia nº 1/99 de 23 de março de 1999, que estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual.

Recuperado de:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=505415>.

próprio autor⁷⁴, a pedido do seu partido, grande parte por conta da repercussão negativa que a proposta estava tendo⁷⁵.

Dois dias depois, um novo projeto foi registrado pedindo a suspensão não de dois, mas de três dos artigos, uma vez que o regimento da Câmara impede que projetos com o mesmo texto sejam submetidos na mesma legislatura. Ainda assim, o projeto não foi acolhido pelo entendimento de que o teor era igual ao projeto que acabara de ser retirado. Atualmente, tramita o PDC 539/2016 de autoria do Deputado Pastor Eurico (PHS/PE) com o mesmo teor da PDC 234/2011 e justificando que o texto anterior foi mal interpretado, ao ser nomeado de “cura gay” e alegando que a resolução 01/99 do CFP vai de encontro ao avanço científico⁷⁶.

Agora, fica mais elucidada a inércia e omissão da Câmara e do Senado citadas pelo ministro do STF Celso Mello ao votar a criminalização da homofobia, em 2019. Como pode-se perceber, as esferas jurídica e legislativa vêm sendo utilizadas como campo de batalha, onde o gênero e a Psicologia são atacados na última década. Em 15 de setembro de 2017, o juiz Waldemar Claudio de Carvalho decidiu, de forma liminar, sobre a ação movida pela Sra. Rozangela Alves Justino contra o Conselho Federal de Psicologia, por não sustar a resolução, mas que a interpretação da resolução deveria ser alterada para possibilitar a profissionais de psicologia que atendessem e pesquisassem questões relativas à (re)orientação sexual visando a garantia a plena liberdade científica.

O fato de a resolução do CFP não ter sido sustada pode até ser encarada em algum viés positivo. Contudo, efetivamente, a decisão do juiz Waldemar de Carvalho acaba por anular a orientação do Conselho Federal de Psicologia por um todo. O contexto

⁷⁴ Odilla, F., Nublant, J. & Falção, M. (2013). Projeto da 'cura gay' será retirado pelo autor, João Campos. *Folha de São Paulo*. Recuperado de <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/07/1305027-projeto-da-cura-gay-e-retirado-pelo-autor-joao-campos.shtml>.

⁷⁵ *Folha de São Paulo* (2013). Após protestos contra 'cura gay', PSDB divulga nota para se descolar do projeto. Recuperado de <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/06/1302032-apos-protestos-contracura-gay-psdb-divulga-nota-para-se-descolar-do-projeto.shtml>.

⁷⁶ Projeto de Decreto Legislativo (2016). *PDC 539/2016. Susta a resolução do Conselho Federal de Psicologia (CFP) que estabelece normas de atuação para psicólogos em relação à questão de orientação sexual*. Recuperado de <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2113432>.

de produção do texto resolutivo sobre as normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual toma por consideração que a homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio e nem perversão; que a forma como cada um vive sua sexualidade faz parte da identidade do sujeito, a qual deve ser compreendida na sua totalidade; e que a Psicologia pode e deve contribuir com seu conhecimento para o esclarecimento sobre as questões da sexualidade, permitindo a superação de preconceitos e discriminações.

A decisão judicial, por alterar a interpretação do texto, atua de modo a considerar orientações sexuais não-heterossexuais como doença ou distúrbio, uma vez que pesquisas e atendimentos precisam ser empreendidos para avançar cientificamente no sentido de reorientações sexuais. Além disso, anula o compromisso da psicologia para com a superação do preconceito e discriminação.

A resolução não impede os psicólogos de atenderem pessoas demandantes por reduzir seu sofrimento psíquico, causado por sua orientação sexual, seja ela homo ou heterossexual. A proibição é colocada na adoção de ações coercitivas tendentes à cura e na expressão de concepções que consideram a homossexualidade doença, distúrbio ou perversão. Configura-se uma disputa tanto interna da psicologia, com psicólogos dispendendo tempo e energia para sustar/manter a resolução, assim como externas envolvendo deputados, senadores e juízes na legislação e julgamento de campos do conhecimento que não lhes é de tanto domínio.

Uma última coisa a este respeito: tenho a sensação de que dada a resistência a essas investidas pareceu mais estratégico, a quem se utiliza de uma psicologia LGBTfóbica, mudar a psicologia brasileira por dentro. Em 2016, o processo eleitoral do Sistema Conselhos de Psicologia contou com uma chapa abertamente cristã, “Psicólogos em Ação”, cujos membros e seguidores acreditam, a ponto de oferecer formação⁷⁷, numa “psicologia cristã”. Com 8.970, oito mil novecentos e setenta votos, psicólogas e psicólogos deram sua anuência, contudo, a chapa terminou em último lugar⁷⁸.

⁷⁷ Conselho Federal de Psicologia (2017). Nota de Posicionamento. Formação em “Psicologia Cristã”. Recuperado de <https://site.cfp.org.br/formacao-em-psicologia-crista-comunicado-do-cfp/>.

⁷⁸ Conselho Federal de Psicologia (2016). Confira o resultado final das eleições do Sistema Conselhos. Recuperado de <https://site.cfp.org.br/confira-o-resultado-final-das-eleicoes-do-sistema-conselhos/>.

2019 foi ano de novas eleições. A chapa “Psicólogos em Ação”, cuja candidatura foi recebida com vaías no 10º Congresso Nacional de Psicologia, em Brasília⁷⁹, obteve 5.458, cinco mil quatrocentos e cinquenta e oito votos, novamente em último lugar. Destaca-se a articulação dos profissionais de psicologia do Brasil para seguir resistindo às ofensivas conservadoras.

Percebem como a rede que nos une à homofobia é complexa e cheia de nós? Ou será que se trata de uma rede complexa de indignância que suplica à Psicologia um posicionamento ético-estético-político? Essa rede, como vimos, é fundada no genocídio da população, se desdobra até os dias de hoje na perseguição aos povos originais que aqui viviam, no genocídio da juventude negra, na precarização das condições de trabalho dos mais pobres, na LGBTfobia, que, na sua forma institucional, impede ao sujeito o direito de auto nomeação, reitera zonas de abjeção, ventando-lhe a condição de cidadão.

Posso afirmar que a Psicologia tem respondido com bastante empenho. O que me surpreendeu. Seguir carreira acadêmica tornou o ingresso no CRP algo secundário. E, por alguma impressão, cuja origem desconheço, acreditava que o CFP era um órgão quase que despolitizado, apoiando-se apenas na resolução 01/99 para dizer que “fez sua parte”. Desculpo-me com o Sistemas Conselhos de Psicologia, por tamanha prepotência e ignorância sobre como é gerir uma profissão, como a nossa, em tempos obscuros.

O Conselho Federal de Psicologia esteve posicionado contrário aos planos de governo que se estabeleceram no Brasil nos últimos tempos. Estando atentos às pautas das populações minorizadas e defendendo a democracia. Em nota, o CFP, se coloca veementemente contrário à desigualdade e à exploração dos mais pobres; repudia as tentativas de ruptura do Estado Democrático de Direito; condena o uso da mídia para manipulação; contrários a corrupção e reivindicam modos republicanos para tratar do assunto.

⁷⁹ Farias, V. (2019). Sob vaías, defensora da 'cura gay' lança chapa para Conselho Federal de Psicologia. *O Globo*. Recuperado de <https://oglobo.globo.com/sociedade/sob-vaiais-defensora-da-cura-gay-lanca-chapa-para-conselho-federal-de-psicologia-23718825>.

Por fim, e não menos importante, queremos nos posicionar de modo solidário e defensor do direito de mulheres, negros, indígenas, jovens, população de rua e comunidade LGBT, que sofrem violência, entendendo que uma sociedade construída em bases humanitária, igualitária e justa é uma sociedade que assume, incondicionalmente, a consolidação dos Direitos Humanos em todas as instâncias e contextos sociais⁸⁰.

Cabe o registro de que as redes de comunicação do CFP passaram a receber comentários de profissionais afirmando que o órgão não os representava. Em virtude disso, o CFP, em nova nota, ratifica:

. . . a posição ético-política da Psicologia brasileira, definida pela categoria em eleições democráticas, é respaldada pelos direitos humanos e, portanto, na defesa de todos os grupos oprimidos em situação de vulnerabilidade, não somente os LGBTIs (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexuais), mas também os negros, os indígenas, as pessoas com deficiência e as mulheres vítimas de violência⁸¹.

Encontro acolhimento nas palavras do Conselho, uma sensação de não estar louco por defender essas pautas. Há, de fato, um compromisso ético-estético-político no endereçamento da prática das psicólogas. Esse compromisso é de considerável importância, porque, dada nossa história como ciência, estamos, sempre, em vias de produzir práticas utilizadas na tutela dos sujeitos.

Permitam-me uns parágrafos carregados de água nos olhos, para finalizar. Em meio ao caos político vivido no período eleitoral, a saúde mental de muita gente, eu incluso, começou a ser afetada. A revista Exame, em contato com psicólogas, psicólogos e psicanalistas, informou sobre os efeitos das tensões do período eleitoral, podia ser percebido em até 80% dos clientes⁸². Imaginem, se os “terapeutizados” e “terapeutizando” se encontravam com este nível de demanda psíquica, como estaria quem não pode pagar por psicólogas ou psicanalistas? Como foi reconfortante

⁸⁰ Conselho Federal de Psicologia (2016). Nota do CFP sobre o atual momento da conjuntura política e social brasileira. Recuperado de <https://site.cfp.org.br/nota-do-cfp-sobre-o-atual-momento-da-conjuntura-politica-e-social-brasileira/>.

⁸¹ Conselho Federal de Psicologia (2018). Nota do CFP. Recuperado de <https://site.cfp.org.br/nota-do-cfp-4/>.

⁸² Exame (2018). Psicólogos relatam piora da saúde mental de brasileiros com eleições. Recuperado de <https://exame.abril.com.br/brasil/psicologos-relatam-piora-da-saude-mental-de-brasileiros-com-eleicoes/>.

descobrir que profissionais e clínicas de psicologia, diante do cenário político nacional, estavam promovendo plantões para acolhimento de quem precisasse, em especial, mulheres, negros e população LGBT⁸³.

Como vimos, a psicologia brasileira saiu de um “compromisso com as elites” (Bock, 2003), para um posicionamento ético-estético-político, cuja prática é endereçada a sujeitos tornados indigentes. O Estado promove, ao mesmo tempo, uma política pública capenga, devido a problemas de execução dos serviços; e uma economia biopolítica, não só, de disciplinarização e regulamentação, mas também, de domínio sobre a vida, gerindo o que deve viver e o que deve morrer (Foucault, 1976/2010). Tomo o caminho de tal inferência, embasado nos números, escandalosos e monstruosos, de mortes de povos ameríndios, negros, pobres, mulheres e população LGBT, que são produzidas com muita moralidade, legalidade e para defender o “cidadão de bem”.

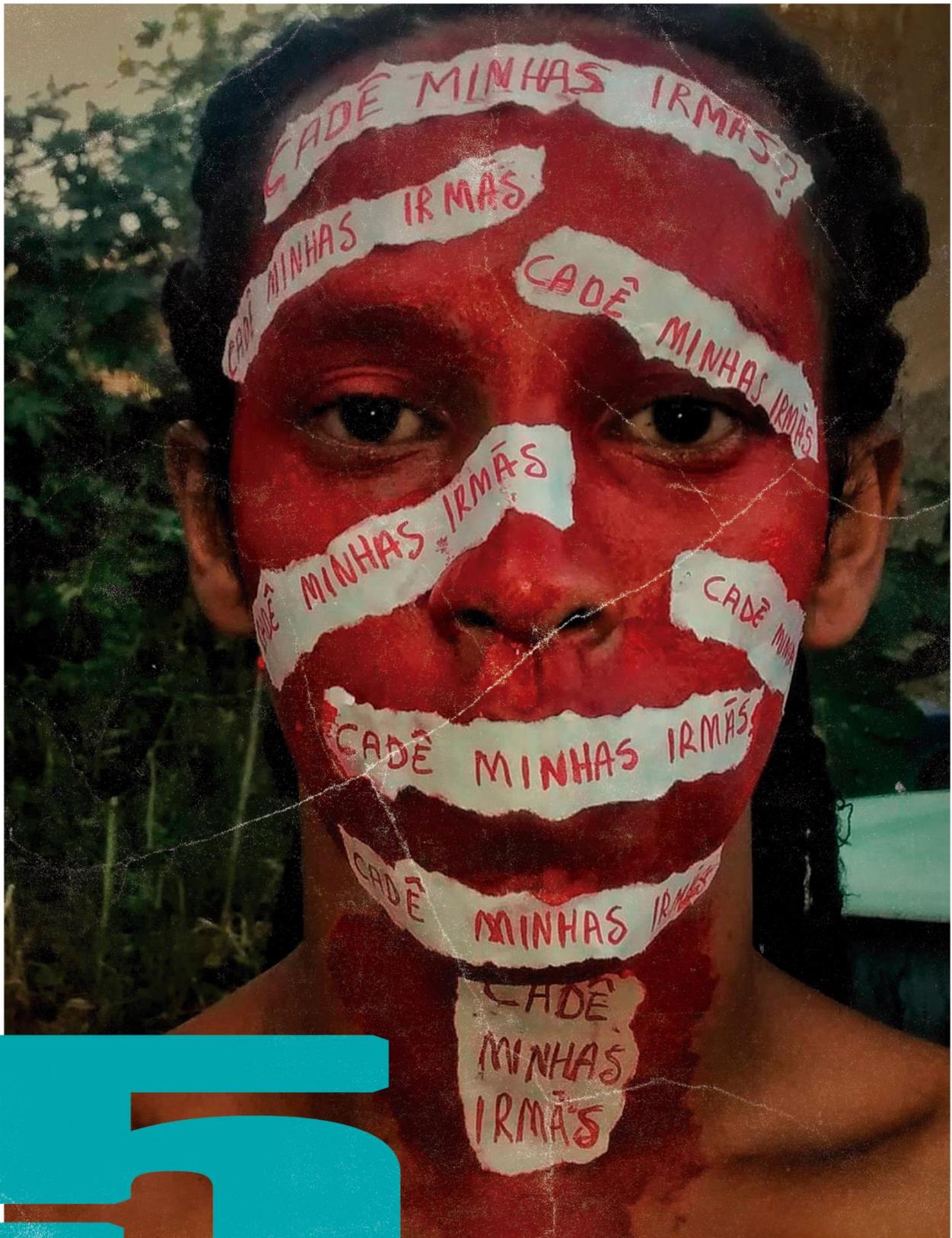
Após tantos dados, os relatos selvagens da terra Brasil, compelem-me a enxergar com mais nitidez as violências repetidas e as repetidas violências sobre um heterogêneo espectro de corpos colocados à margem, empurrados para a abjeção, tornados indigentes. Esta lúgubre história, é a nossa história, por muitos, desconhecida, e ignorada por outros tantos. Escrever isso, lembra-me da parte mais difícil de pesquisar sobre violência, saber que ela não acaba e nem acabará por causa desse trabalho.

Todavia, como vimos, as psicólogas estão engajadas em promover toda a cidadania possível. A abertura, para seguir estudando e aprendendo, diante da demanda não estudada na graduação, desenvolvendo modalidades de prática inventadas e experimentadas de modo multiprofissional, cujos efeitos não poderiam ser pré-determinados.

Esses profissionais, os admiro, e essa admiração me manteve com alguma esperança durante os últimos anos. Se essas narrativas mostram que é possível fazer algo,

⁸³ Bessa, S. (2018). Clínicas de psicologia fazem plantão para crise política. *Diário de Pernambuco*. Recuperado de <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/politica/2018/10/clinicas-de-psicologia-fazem-plantao-para-crise-politica.html>.

apesar das dificuldades sistemáticas, então, algo pode ser feito enquanto estivermos dispostos a tentar, penso eu. Não obstante, penso nas marcas deixadas por tais tentativas de enfrentamento à violência na relação desses e dessas psicólogas e psicólogos em relação a si mesmos.



Performer: Benedita Arcoverde - @benedita_arcoverde

3

A MORAL **ÉTICA** DA HISTÓRIA **EXPERIÊNCIA**

5. A MORAL ÉTICA DA HISTÓRIA EXPERIÊNCIA

Após uma produção contínua de escrita, passaram-se boas semanas entre o tópico anterior e esse. Como planejado, estive produzindo uma trama de narrativas sobre fatos, ficções e afetos, usando fios retirados das experiências do pesquisador, dos profissionais e do mundo. Acontece que para escrever houve um afastamento do mundo e após um fluxo de produção, fiquei sem um dos fios. Então, tirei férias. Pela primeira vez, em cinco anos, me diverti sem me preocupar com a tese, lembrando dela somente quando uma ideia surgia (e era registrada nos aplicativos de notas no smartphone).

O plano foi de fazer uma primeira pausa na escrita para poder reler com a distância de algumas semanas o que já fora produzido e, enquanto isso, “oxigenar” o cérebro com arte no 29º Festival de Inverno de Garanhuns (FIG), o qual ocorreria na segunda quinzena de julho de 2019. O FIG é considerado o maior festival multicultural da América Latina, é o evento de maior importância para o município, caracterizado pela riqueza e diversidade cultural, dividido em polos por toda a cidade (Veríssimo, 2016).

O Festival inclui apresentações musicais de diversos gêneros, além de atrações de grupos de cultura popular, espetáculos de circo, mostras literárias, de cinema e fotografia, oficinas, debates culturais e um espaço totalmente voltado para a moda e o design, apresentando toda a riqueza e diversidade da cultura local e contribuindo para a difusão da mesma nos seus dez dias de programação durante o mês de julho (Verissimo, 2016, p. 18).

Lançar-se ao campo do sensível e se deixar atravessar, esse era um interesse nessas férias. Desse modo, começo compartilhando com vocês minha redação sobre as férias, algo que provavelmente todos nós já escrevemos, talvez, o primeiro exercício descritivo de muitos cientistas.

5.1 UMA REDAÇÃO SOBRE JULHO DE 2019

Uma vez de férias, voltei a ler meus e-mails com assuntos mais amplos e descobri que cientistas da Universidade da Califórnia de San Diego, desenvolveram uma lente

de contato capaz de dar zoom após o usuário piscar duas vezes seguidas⁸⁴. Fiquei capturado por esse avanço científico, perdi-me a pensar: o que será do humano depois de darmos zoom no mundo? O que será demandado à psicologia por essa humanidade? Quais implicações surgirão nos campos da sexualidade, do gênero, da política, da experiência de si consigo?

Um mero e-mail fez do início das férias um turbilhão de pensamentos provocativos. Contudo, partir das informações sobre o mundo teve seu revés, o começo de julho já havia sido marcado pelo informe do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), afirmando que o desmatamento na Amazônia cresceu 88% em relação ao ano anterior. Tal informação foi negada pelo Presidente Bolsonaro⁸⁵ e levou a exoneração do pesquisador, desde 1979, e então presidente do Inpe, Ricardo Galvão⁸⁶. Mais um pesquisador de renome sendo chamado de mentiroso pelo Presidente da República, por conta de os dados apresentados irem de encontro ao desejo presidencial. Após a posse, interinamente, o oficial da Aeronáutica, Darcton Policarpo Damião anunciou que, “em situações alarmantes”, o Presidente e os Ministros serão informados primeiro⁸⁷.

Convergindo com a vontade de Bolsonaro, chegamos a 262 novos tipos de pesticidas aprovados pelo governo para uso nacional. A lista de agrotóxicos liberados é formada por substâncias proibidas na União Europeia⁸⁸, tóxicos considerados como “perigosos” ou “muito perigosos” e cuja toxicidade está ligada com a morte de abelhas na Europa e Estados Unidos⁸⁹.

⁸⁴ Li, J.; Wang, Y.; Liu, L.; Xu, S.; Liu, Y.; Leng, J. & Cai, S. (2019). A Biomimetic Soft Lens Controlled by Electrooculographic Signal. *Adv. Funct. Mater.*, 1903762. Recuperado de <https://doi.org/10.1002/adfm.201903762>.

⁸⁵ Jake, S. (2019). Desmatamento da Amazônia cresce mais de 88% em junho. *UOL Notícias*. Recuperado de <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/reuters/2019/07/03/desmatamento-da-amazonia-cresce-mais-de-88-em-junho.htm>.

⁸⁶ EXAME (2019). Presidente do Inpe é exonerado após embate sobre dados de desmatamento. Recuperado de: <https://exame.abril.com.br/brasil/presidente-do-inpe-e-exonerado-apos-polemica-sobre-dados-de-desmatamento/>.

⁸⁷ Prazeres, L. (2019). 'Aquecimento global não é minha praia', diz novo diretor do Inpe. *O Globo*. Recuperado de <https://oglobo.globo.com/sociedade/aquecimento-global-nao-minha-praia-diz-novo-diretor-do-inpe-23858214>.

⁸⁸ Gortázar, N. G. (2019). Um terço dos agrotóxicos usados no Brasil inclui alguma substância proibida pela EU. *El País*. Recuperado de https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/31/politica/1564581103_642583.html.

⁸⁹ Ferraz, L. (2019). Governo brasileiro liberou registros de agrotóxicos de alta toxicidade. *El País*. Recuperado de https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/22/politica/1548111806_421640.html.

Aconteceu, também, a publicização do plano presidencial de extinguir a Agência Nacional do Cinema (Ancine)⁹⁰. Como sempre, Bolsonaro fez uso de sua estratégia de causar polêmica, todavia, ele só conseguirá tal feito - num jogo democrático com 3 poderes - com aprovação do Parlamento⁹¹. Então, por hora, esse ataque à cultura está barrado. Cabe o registro: há uma sensação constante de que, a qualquer momento, nosso frágil jogo “democrático” pode, simplesmente, mudar, para pior.

Enquanto não muda julho acrescentou a morte do Cacique do Amapá Emyra Waiãpi, às estatísticas. O corpo foi encontrado pela esposa esfaqueado, com os olhos perfurados e o órgão genital decepado. Sabe-se que os assassinos são não-indígenas⁹². Na semana seguinte, um grupo de garimpeiros invadiu as terras indígenas⁹³. Como comentário o Presidente afirmou que as mortes estão sendo usadas como massa de manobra para mais demarcações de terra⁹⁴, inviabilizando o agronegócio e a regulamentação do garimpo⁹⁵.

Acrescentemos, ainda, Altamira, no Pará, onde ocorreu a maior chacina do ano dentro de presídios do país, a maior desde o Carandiru, deixando 57 presos mortos, 16 deles decapitados, 36 por asfixia. Foi também, o quinto conflito com alta

⁹⁰ Uribe, G. & Fernandes, T. (2019). Governo avalia distribuir funções e acabar com regulação da Ancine. *Folha de São Paulo*. Recuperado de <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/07/governo-avalia-distribuir-funcoes-e-acabar-com-regulacao-da-ancine.shtml>.

⁹¹ Sousa, A. P. (2019). Ataque de Bolsonaro à Ancine pode dar vantagem a estrangeiros. *Folha de São Paulo*. Recuperado de <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/08/ataque-de-bolsonaro-a-ancine-pode-dar-vantagem-a-estrangeiros.shtml>.

⁹² Ghirotto, E. (2019). Cacique teve olhos perfurados e órgão genital decepado, dizem índios. *Veja*. Recuperado de <https://veja.abril.com.br/brasil/cacique-teve-olhos-perfurados-e-orgao-genital-decapado-dizem-indios/>.

⁹³ Corrêa, M. (2019). Pelo menos um cacique é morto em ataque de garimpeiros a indígenas no Amapá. *ÉPOCA*. Recuperado de <https://epoca.globo.com/pelo-menos-um-cacique-morto-em-ataque-de-garimpeiros-indigenas-no-amapa-23837923>.

⁹⁴ Lindner, J. (2019). Bolsonaro diz que não há 'indício forte' de que cacique tenha sido assassinado no Amapá. *Estadão*. Recuperado de <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,bolsonaro-diz-que-nao-ha-indicio-forte-de-que-cacique-tenha-sido-assassinado-no-amapa,70002945154>.

⁹⁵ *Diário, Comércio, Indústria & Serviços* (2019). *Bolsonaro diz que reservas indígenas inviabilizam agronegócio e põe em dúvida assassinato de cacique*. Recuperado de <https://www.dci.com.br/politica/bolsonaro-diz-que-reservas-indigenas-inviabilizam-agronegocio-e-p-e-em-duvida-assassinato-de-cacique-1.819586>.

letalidade, desde janeiro de 2017, entre facções abertamente rivais. Desde então, 227 vítimas foram produzidas⁹⁶.

No dia seguinte, o Presidente Jair Bolsonaro, na cerimônia da assinatura de atos que revisaram normas que regulamentam saúde e segurança do trabalho, discursou sobre trabalho escravo:

Jair Bolsonaro: Ninguém é favorável ao trabalho escravo, mas, prezado Ives Gandra, alguns colegas, né, de vossa excelência, entende que o trabalho análogo à escravidão também é escravo. E pau nele. Às vezes uma família, tá lá, com 90 anos de idade o casal e tem filhos e netos, bisnetos, quase tataranetos, vai que se pratica o trabalho análogo à escravidão que pode ser enquadrado pela OIT, como por exemplo, a espessura do colchão. O recinto com ventilação inadequada, roupa de cama rasgada, copos desbeijados, entre outras quase 200 especificações. Esse cidadão vai perder a fazenda e vai ele, neto, filhos, bisnetos pra rua. Se não for pra cadeia. Quem tem coragem de investir em um país como esse daqui? Ninguém⁹⁷.

Sua narrativa é produzida como crítica à Emenda Constitucional nº 81, de junho de 2014, a qual determina a expropriação das propriedades onde se pratique trabalho escravo. Emenda, esta, aprovada com o voto do então deputado Jair Bolsonaro⁹⁸. Já foi abordado, nessa tese, sobre o derramamento de sangue dos corpos indígenas e dos corpos negros encarcerados. Enquanto conto histórias sobre violências, novas violências seguem sendo produzidas, aos mesmos corpos, seguindo a mesma lógica de funcionamento.

No mesmo dia, horas depois, um novo contingenciamento de recursos federais é anunciado, cortando R\$ 620 milhões do ministério da Cidadania, da Educação foram R\$ 349 milhões e da Economia R\$ 283 milhões. Em 2019, o Ministério da Educação já

⁹⁶ Santos, L. (2019). Com 57 mortos, chacina em prisão do Pará é a maior desde o Carandiru. *O Globo*. Recuperado de <https://oglobo.globo.com/brasil/com-57-mortos-chacina-em-prisao-do-para-a-maior-desde-carandiru-23841652>.

⁹⁷ Freire, S. & Rocha, L. (2019). Bolsonaro critica expropriação de imóvel por trabalho análogo à escravidão. *Poder360*. Recuperado de <https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-critica-emenda-que-determina-expropriacao-de-imovel-por-trabalho-escravo>.

⁹⁸ Registros dos votos, em primeiro turno, da então PEC 438/2001. Recuperado de <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/chamadaExterna.html?link=http://www.camara.gov.br/internet/votacao/mostraVotacao.asp?ideVotacao=2252&tipo=partido>.

perdeu 6,2 bilhões em bloqueios e cortes⁹⁹. Causa-me um estranhamento, próximo do enjoo, ver Cidadania e Educação como pastas mais contingenciadas. Algo não parece estar errado?

Ana: Sabe o que tem lá fora, Bruno?

Bruno: Um colapso social!?

Ana: Dor!

(Diário do Pesquisador)

Registrei em nota uma conversa tida com uma amiga também pesquisadora. Ela afirmara-me que tudo que está acontecendo no Brasil é dor! Sair de casa, dói. Conversar, dói. Trabalhar, dói cada dia mais. A solidão, dói. Existir? DÓI! O momento foi caracterizado pela jornalista Eliane Brum (2019) como “horror”. Visto que nossa mente foi colonizada por Bolsonaro, ele se tornou onipresente em nossas vidas com suas ações e mentiras.

Bolsonaro domina o noticiário porque criou um discurso que não precisa estar ancorado nos fatos. A verdade, para Bolsonaro, é a que ele quer que seja. Assim, além da palavra, Bolsonaro destrói a democracia ao usar o poder que conquistou pelo voto para destruir não só direitos conquistados em décadas e todo o sistema de proteção do meio ambiente, mas também para destruir a possibilidade da verdade (Brum, 2019, parágrafo 28).

“Como enfrentar o horror? Como barrar o adoecimento provocado pela destruição da palavra como mediadora? Como resistir a um cotidiano em que a verdade é destruída dia após dia pela figura máxima do poder republicano?”, indaga a autora, se utilizando da pergunta feita por Albert Einstein, sobre como impedir a guerra, a Freud. O qual teria respondido que tudo que favorece a cultura, combate a guerra (Brum, 2019).

Férias, período de descanso do sujeito. Como pessoas sujeitadas a tamanhas barbaridades vão conseguir descansar? Esses são acontecimentos amplos com impacto direto em nossas vidas. Se afetar com o mundo segue tarefa bastante

⁹⁹ *Poder 360* (2019). Governo anuncia quais ministérios serão atingidos por novo corte. Recuperado de <https://www.poder360.com.br/economia/governo-anuncia-quais-ministerios-serao-atingidos-por-novo-contingenciamento>.

onerosa. Não! Afetar-se com as informações sobre o mundo segue sendo uma tarefa bastante onerosa.

Deixando as informações sobre o mundo em segundo plano, pude parar e aproveitar o FIG 2019. Mais uma vez, esse tipo de comunicação escrita mostra-se limitada, gostaria de poder mostrar vídeos e áudios de apresentações, performances de tocadores a Drag Queens. Fazer com que vocês ouvissem o set da DJ Benedita Arcoverde, travesti do Sertão do Moxotó/PE, apresentando um trabalho sonoro produto da mistura do pop com funk carioca e ritmos nordestinos, como o forró, a ciranda e o frevo. Não conheço palavras o suficiente para lhes dizer acerca do quão aprazível foi ouvir a Esplanada Mestre Dominginhos - lugar onde ocorrem os shows principais do FIG - gritando em apoio à democracia. Retomo a narrativa de uma das artistas:

Letrux: A gente está no meio do ano e é assustador pensar em tudo que está acontecendo. Meu avô é pernambucano e eu sinto muita vergonha do homem que dizem que é presidente do Brasil. É vergonhoso, é preconceituoso, é um crime a frase que ele falou semana passada¹⁰⁰. Eu fico com as tripas na boca. Eu não consigo acreditar que a gente está vivendo isso, mas ao mesmo tempo que eu fico muito triste, ao mesmo tempo, estando aqui na frente de vocês, eu me sinto muito recarregada de energias para continuar. Ninguém pode se meter no nosso amor, ninguém pode meter o bedelho no nosso desejo, não existe ninguém capaz de dizer com quem você se deita, com quem você beija, não existe. É você e você. Sua mãe te deu à luz, seu pai te deu o esperma, sua mãe te acolheu, fecundaram, você nasceu, mas nem eles podem se meter nisso. Você e você. Até o final da sua vida você não tem nenhuma certeza, a não ser a de que você, talvez, fique sozinho. Então, você cuida da sua vida, você cuida do seu desejo, do seu amor. E que alegria que no caminho a gente encontra amigos, que alegria no caminho a gente encontra paqueras, namorados, mas a gente veio sozinho no mundo! E está tudo bem. É só a gente se amar, se cuidar!¹⁰¹

Enquanto ouvia e assistia, sentia. Dias antes, a fala de Zélia Duncan: “Nossa voz é resistência!”. Então, ali, do lado esquerdo do palco, dei-me conta que passei os últimos doze anos estudando psicologia, por diferentes perspectivas, com diversas

¹⁰⁰ Microfones da TV Brasil captaram Bolsonaro dizendo ao ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni: “Daqueles governadores de Paraíba, o pior é do Maranhão. Não tem que ter nada com esse cara”. Recuperado de https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/07/19/interna_politica,772322/video-bolsonaro-chama-governadores-do-nordeste-de-paraiba.shtml.

¹⁰¹ Show disponível na íntegra em <https://www.youtube.com/watch?v=nSkSlMWxcyw>.

metodologias. Não estou usando esse termo conceitualmente, mas foi algo como um “empoderamento” de si, da própria história. Um estalo sobre perceber-se sujeito num tempo obscuro, mas que dada toda minha trajetória, coloca-me num lugar privilegiado para falar. Então, por que não estou fazendo? Ou será que estou?

Defendamos as artes. Todas elas.

5.2 EXPERIÊNCIAS QUE NÃO EXISTEM

Michael Moore: A arte, em tempos sombrios, é o que ajuda a salvar a humanidade dos autocratas e dos idiotas. E são os artistas que inspiram o povo a não desistir, a não entrar em desespero, a rir da loucura, a se erguer e derrotar a insanidade com amor¹⁰².

O trecho do discurso do cineasta Michael Moore, ao entregar a estatueta do prêmio do júri do Festival de Cannes, para o filme *Bacurau*, conduz-me direto para a manhã de 3 de setembro de 2018. Ao acordar, descubro que o Museu Nacional passara a noite em chamas e quanto mais lia, mais descobria tudo que havia queimado. Foi ao ler que Luzia não tinha sido salva que lágrimas incontáveis vertiam dos meus olhos. Fomos solapados com a destruição de parte da nossa história, irrecuperáveis, experiências que não existem mais, perdidas para o fogo, ficamos mais indigentes de nossa história!

Muitas experiências foram perdidas para o fogo, o Teatro Cultura Artística em 2008; o Instituto Butantan, em 2010; o Memorial da América latina e o Museu de Ciências Naturais da PUC de Minas Gerais queimaram em 2013; o Centro Cultural Liceu de Artes e Ofícios em 2014; o Museu da Língua Portuguesa em 2015; a Cinemateca Brasileira em 2016 e o Museu Nacional, em 2018¹⁰³. Acrescentemos o fato de os

¹⁰² Nogueira, R. (2019) Teaser de *Bacurau* destaca prêmio em Cannes: Arte salva humanidade dos idiotas. *UOL*. Recuperado de <https://entretenimento.uol.com.br/noticias/redacao/2019/06/25/teaser-de-bacurau-destaca-premio-em-cannes-arte-salva-humanidade-dos-idiotas.html>.

¹⁰³ *BBC* (2018). Museu Nacional: Em 10 anos, fogo dizima ao menos 8 prédios com tesouros culturais e científicos do país. Recuperado de <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45348664>.

recursos repassados à UFRJ para manter o Museu passaram de R\$ 531 mil, em 2013, para R\$ 54 mil, em 2018¹⁰⁴.

Talvez, de todos afetos que tentei abordar nessa tese, o que senti diante dos vídeos do incêndio seja dos mais fáceis de nomear, pois, uma parte de mim estava oca, é como se simplesmente tivesse sumido um grande espaço de mim. Não sumiu, mas a parte atingida guardava a lembrança de História ser minha matéria preferida na escola; mantinha juntas as desculpas que criei para roubar os livros de história das séries mais avançadas da biblioteca; a memória de ir ao Museu Nacional; muitos gigabytes de memórias sobre uma viagem à Grécia; e claro, minha mãe professora de História.

“Tempos sombrios”, como chamou Michael Moore. Entro, de certo modo, em retrospectiva, o desafio ao qual me lancei foi o de marcar a tese com paixões, com a potência de uma transformação possível no campo acadêmico. Prometi não me dedicar à verdade, mas sim, ao acontecimento, algo que rompesse com o evidente e possibilitasse a emergência de singularidade. Assegurei a reunião do que pude ver e ouvir na produção dessa narrativa de si.

Almejei investigar a experiência de ser profissional de psicologia face à violência motivada pela orientação sexual e/ou identidade de gênero. Estive sendo guiado pela compreensão foucaultiana de experiência enquanto uma trama complexa, que se dá num determinado tempo, numa determinada cultura e correlaciona campos de saber, relações de poder e formas de subjetividade (Foucault, 1984a/2014).

Em todas as páginas estive empenhado em mostrar saberes e poderes que estiveram atuando e quais subjetividades foram sendo possíveis entre 2013 e 2019. Precisei fiar-me ao bom jornalismo, aquele passível de verificação, para contar minha versão dos fatos, ficções e afetos. Descrevi, ainda, como atravessamentos do campo político com os discursos das ciências humanas, da psicologia, da violência, estiveram permeando, criando e sustentando relações de saber-poder. Trouxe, ainda, registros

¹⁰⁴ Carvalho, E. (2019). Pesquisadores usam cinzas do Museu Nacional para reconstruir acervo destruído em incêndio. *BBC*. Recuperado de <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47781771>.

das formas como fui sendo afetado diante do desafio que foi ser ser-humano e pesquisador.

Construí uma relação sujeito-objeto a qual, intentei, ser vista como revolucionária, no que concerne nossa relação com a noção de verdade. Foucault (1977/2015) expõe que na sociedade ocidental a verdade - nossa vontade de verdade - passou a orientar em grande medida os modos pelos quais nos subjetivamos, há o desejo em acessar a verdade de si, a verdade do sujeito, a verdade que subjaz nossos objetos de estudo.

Nós, especialistas e pesquisadores, detentores da autorização para enunciarmos verdades. Quais as verdades sobre a experiência de profissionais de psicologia que voltaram sua prática ao enfrentamento à violência motivada por orientação sexual e/ou identidade de gênero? Quais verdades eu, psicólogo-pesquisador, irei escrever e prescrever sobre os processos de subjetivação das profissionais coparticipantes desta pesquisa?

. . . por verdade, não entendo uma espécie de norma geral, uma série de proposições. Entendo por verdade o conjunto de procedimentos que permitem a cada instante e a cada um pronunciar enunciados que serão considerados verdadeiros (Foucault, 1977/2015, p. 227).

Renunciar ao lugar de autoridade do comportamento humano - lugar genérico designado aos profissionais de psicologia - diz menos de uma rejeição ao campo psi e mais de uma tentativa de abdicar a uma obediência à vontade de verdade (Nardi & Silva, 2014a). Empreender, então, uma relação com o outro, com a pesquisa, com o mundo não disciplinar, não doutrinada e doutrinadora, não psicologizante, não metodologicamente violenta (por objetivar achar uma verdade inerente ao sujeito); preconizando uma relação potente, produtiva e produtora de modos outros de relacionar-se.

A recusa em ser o especialista, que sabe da verdade, abre novas possibilidades, novos campos de posicionamento e modos de ser sujeito e pesquisador. Abro mão do lugar de proclamador da verdade, embora isso não signifique muito, visto que os efeitos de verdade aqui produzidos não são por mim controlados. Mas, afinal de contas, se não vou anunciar a verdade final acerca de tal experiência, o que farei?

5.3 “UMA EXPERIÊNCIA É ALGUMA COISA QUE NOS FAZ SAIR TRANSFORMADOS” (FOUCAULT, 1980/2010, P. 41)

Esta é a lei. Mas há alguma coisa que, se me faz ouvir o primeiro e o segundo tiro com um alívio de segurança, no terceiro me deixa alerta, no quarto desassossegada, o quinto e o sexto me cobrem de vergonha, o sétimo e o oitavo eu ouço com o coração batendo de horror, no nono e no décimo minha boca está trêmula, no décimo primeiro digo em espanto o nome de Deus, no décimo segundo chamo meu irmão. O décimo terceiro tiro me assassina – porque eu sou o outro. Porque eu quero ser o outro (Lispector, 1964).

Chamo Clarice Lispector (1964) para abriremos um campo de pensamento sobre a experiência da defrontação com corpos violentados. A cada tiro, um processo acontece naquela que sente como se os tiros fossem em seu próprio corpo. A cada tiro ela se desloca. O alívio da segurança toma caminho, passando por vergonha e horror, até a morte de todos nós, porque eu, também, sou o outro. O tiro que assassina o outro, definitivamente, nos assassina! Infelizmente, Clarice não está mais entre nós, fico pensando o que ela escreveria diante dos 240 tiros disparados contra Evaldo Rosa dos Santos.

Todavia, para seguir, vamos tomar um caminho distinto ao da poetisa, pois, não compõe nosso horizonte reflexivo querer “ser o outro”, como sinalizou Otávio, chega até ser uma violência almejar tal feito. Sendo assim, quais outras poesias habitam na experiência de atuar - não na substituição, mas - no acolhimento e atendimento às vítimas da LGBTfobia?

As narrativas apresentadas a seguir foram produzidas diante da questão: agora, como você vê essa experiência que acabou de narrar? O interesse era o de provocar as e os profissionais a produzirem uma narrativa sobre a experiência narrada que até então não existia como narrativa para ele/ela própria/o.

Aurora: Relembrar, de boa parte, do que vivi no serviço é extremamente importante para mim como profissional. Porque foi a minha experiência como psicóloga mais marcante, foi um divisor de águas. Inclusive, hoje reconheço que foi ponto de partida até para minha vida

acadêmica. Foi um acontecimento que transformou meu modo de estar e olhar para/no mundo.

Otávio: Eu acho que você se propor a atender naquele espaço foi uma forma de militância! Mas, ao mesmo tempo, como eu te falei, boa parte das pessoas que chegavam lá eram pessoas da periferia. Assim, era uma vivência totalmente distinta da minha, sabe? Eu não tenho essa experiência de andar na rua levando “coió”, sabe? A única vez que eu tive isso, foi quando pinte o cabelo de vermelho e passei três semanas sendo chamado de “viado”. Mas assim, isso foi uma coisa inédita na minha vida. Então, sei lá, a travesti que assim que sai de casa começa a ser assediada, começa a ser olhada de uma forma estranha, assim que ela sai de casa, de dia, isso é algo que eu nunca vivi, sabe? Então, eu acho que agora eu me enrolei para responder, mas eu acho que é um pouco isso, não é que eu tenha uma maior empatia por ser gay, assim, simplesmente eu tenho, sei lá, talvez uma indignação com essas situações e talvez por isso que eu queira trabalhar enfrentando elas de algum modo, mas dentro do atendimento eu não acho que sei o que a pessoa viveu, nada disso não.

Mas, queria acrescentar, eu queria que essa gestão do PSB acabasse. Porque, sinceramente, acho ela uma grande merda para a militância, os movimentos sociais. Eu sinto falta de uma militância mais aguerrida que bote na cara de Paulo Câmara, bote na cara de Geraldo Júlio para cobrar um serviço mais qualificado; para cobrar que essa política não seja política de governo, seja política de estado; para cobrar uma série de coisas que, eu acho, se tivesse um movimento mais atuante, ali batendo na porta e não fosse a própria galera que, antigamente era movimento e hoje tá no Estado, eu acho que isso seria, sei lá, melhor até pro próprio serviço.

Guilherme: Certo. Bom, a psicologia me ajudou, primeiramente, a querer compreender o sofrimento do outro. Desde uma violação muito grave, como uma violação que a gente, talvez, considere menos grave, não sei nem se existe isso, uma violação “mais grave” e outra “menos grave”. Mas enfim, existem violações que deixam a pessoa mais em risco de vulnerabilidade, de morte e outras menos. E aí, a psicologia, ela me ajudou bastante nesse sentido de tentar ver o sofrimento do outro, a partir desse olhar que não é o olhar do outro, porque só o outro que sabe o que ele está vivenciando. Mas, digamos assim, um olhar de empatia mesmo, a partir dessa demanda do outro, desse sofrimento e aí, como poder atuar.

Porque assim, trabalhar com violação de direitos é muito complexo. Você só percebe mesmo na prática. Porque, muitas vezes, na academia tudo é muito bonitinho e na prática, não. Porque as pessoas estão sendo violadas! Elas precisam de uma resposta imediata e, assim, a rede ela não é preparada para esses atendimentos e isso é o que deixa você mais... eu acho que é o maior desafio do atendimento, é esse acompanhamento em rede. Eu acho que tem de haver uma sensibilidade mesmo, a partir da demanda do outro, a partir desse sofrimento do outro e pensar possibilidades de enfrentar esses desafios, esses obstáculos a partir do que a gente tem, que é muito pouco.

Diego: Não existem manuais que deem conta do que é o fazer social da psicologia, que é a área que eu me enquadro. Tudo muda porque como você não consegue isolar o fator militância da minha prática. Não isolando, um “eu” militante, “eu” profissional e “eu”, também, enquanto, pessoa LGBT que poderia ser, que posso ser, um possível usuário desse serviço, me fez ter posturas necessárias para cada caso. Cada caso era um caso diferente. Cada pessoa que a gente atendia ali era diferente. A gente teve casos que nos demandaram dias e noites de sono, teve casos que nos demandaram saídas de Recife até outros municípios muito distantes, mas modifica, principalmente, porque a gente entende que existe um propósito que afeta diretamente a gente. Que me afetava diretamente. Eu era um gay que trabalhava para gays. Eu era LGBT que tentei, dentro da política, trabalhar para construir um atendimento humanizado para LGBTs. Então, muda a minha prática porque eu me via tanto enquanto profissional, como pessoa dentro daquele serviço, que eu poderia ser um usuário. Eu não era blindado, a LGBTfobia não deixava de chegar em mim, porque eu sou de um serviço do Estado. E aí, mudou a minha prática porque era necessário que a gente se posicionasse. Se posicionasse dentro da dificuldade institucional, estrutural, dos embargos para dentro da política, então é isso. É isso!

Paloma: Essa experiência foi de muita instigação. Era de muito prazer, assim, de comprar livros, de ler matérias, assistir filmes, ver vídeos, ir para os encontros, de conhecer mais a militância, então, foi muito prazeroso isso, essa descoberta foi muito prazerosa. Eu tive muita sorte, quando estava pesquisando e conheci Berenice Bento de cara, nas minhas pesquisas e foi alguém que eu fiquei me deliciando de ler, que maravilhoso sabe? Que bom conhecer isso, descortinar isso, foi esse trabalho

que me possibilitou isso. Era muito prazer ligado a essa coisa de comprar livro, de ler livros e poder tá contribuindo com aquele outro que chegava, já numa perspectiva mais politizada. E é isso, acho que a base era a abertura, acho que a abertura para encontrar o outro, sabe? A abertura para deixar o outro se apresentar, deixar falar quem é ele, o que é felicidade para ele, o que é dor, o que é saúde para ele? O que, não é? Então, era muito de contemplar e é isso, a teoria vem para dar uma ampliação, também, de perspectiva, perspectiva acadêmica. Mas que muita coisa que eu lia, que eu via, era alguém que dizia essa pessoa nunca realmente trabalhou, atendeu. Vive numa perspectiva muito academicista, então o texto é muito distante das realidades, das vivências sabe, seja da população trans, das travestis, seja da população LGBT.

Jai: Eu venho aprendendo muito com isso e eu venho me fazendo psicólogo nesse lugar. Cada vez mais eu me reconheço, às vezes, eu acho que faço coisas que as pessoas acham que eu não deveria fazer como psicólogo, que as pessoas acham que psicólogo não pode fazer isso. Coisas como as que eu disse aqui que não ferem à nossa ética, claro, de modo algum. Mas eu faço porque eu acho que eu sou gente. Eu não faço por, é muito bom deixar claro, eu não faço 'por', eu faço 'com' a pessoa. "Você quer fazer sua matrícula?", "Quero", então você vai comigo. Você vai comigo e quem vai falar é você. Eu é que vou com você. Estou lá para te acompanhar, caso você precise de alguma coisa, caso você seja negada, caso não te respeitem, eu estou lá, nesse sentido. Mas é você quem vai fazer, você quem vai pedir, é você quem vai dizer seu nome, você quem vai dar seus documentos, vai dizer o horário que quer, não sou eu que vou dizer, eu vou tá lá com você, mas é você quem vai fazer. Então, acho que é isso.

Gabriela: Acho que posso falar algumas coisas do quanto essa experiência foi transformadora para mim. Foi muito transformadora! Especialmente com relação à transexualidade. Porque, é isso, existe uma questão de classe, né, que marca essa questão da transexualidade de forma muito forte, não vou nem entrar no mérito de porquê, mas eu, que sou uma mulher de classe média, não tinha conhecido até então pessoas do meu convívio, que se tornassem colegas de trabalho, profissionais, colegas de trabalho, inclusive, não por acaso, trabalhava com a gente, numa função de administrativo e de motorista. Sim, era uma função que era de administrativo e de motorista ao mesmo tempo. Então

assim, no ano seguinte teve uma campanha de valorização e de contratação da população trans que o estado fez. Tinha uma profissional trans no serviço, mas quando você ia ver, em todos os outros lugares, gato pingado, né? Mas existiu uma campanha para empresas e tal contratarem pessoas trans.

Bom, mas o que eu ia dizer é isso, como psicóloga de classe média eu não tinha tido acesso a conviver com pessoas trans, a não ser em atividades pontuais, oficinas que eu já tinha feito, alguma coisa assim, projeto de extensão, enfim. Mas conviver com uma pessoa trans foi transformador, sabe? De verdade, assim, a própria compreensão de que uma mulher trans é uma mulher, eu já tinha simpatia por isso, mas talvez eu não defendesse com tanta força como eu defendo hoje, sabe? Conviver, ter uma colega de trabalho trans foi transformador e eu já me dava conta disso no processo. E aí, a coisa de a gente viajar juntas, de às vezes precisar dividir quarto e tal, você acaba lidando inclusive com o corpo, você acaba convivendo com um corpo diferente. Nas viagens a gente conversava muito e aí ela falava da experiência dela de ser uma mulher trans e para mim foi muito especial.

Assim, eu saí de lá porque passei num concurso. E aí, enfim, por diversos motivos acabei indo, porque era um concurso que garantia mais anos, garantia um salário fixo, que lá não era garantido, porque tinha a coisa de atrasar a qualquer momento. Mas eu saí com muito pesar! Era uma equipe boa de trabalhar, no sentido, de você sentir que todo mundo queria muito fazer aquilo! Todo mundo se entendia parte importante e um grão de areia no meio do deserto, que precisava trabalhar muito porque o deserto é enorme, sabe?

Então foi bem transformador, foi muito bom trabalhar com uma equipe que tinha tanta vontade de fazer as coisas junto e é um privilégio. Quando eu saí pra outros espaços, às vezes você é a única ou você e mais três gatos pingados que tão afim de fazer, mas trabalhar num espaço em que a pessoas têm implicação foi muito legal, e ter a oportunidade de trabalhar e conviver com uma pessoa trans foi transformadora pra muitas questões, então, assim, aquilo de reflexividade, aquele conceito feminista, trabalhar nessa perspectiva da reflexividade, uma psicologia que se entende sujeito nos processos. Era isso: “Pô, eu sou sujeito nesse processo. Eu tô me transformando tendo uma colega de trabalho trans.”

E aí, o meu contato com as pessoas trans, na forma que eu ia fortalecer meus argumentos para conversar com um delegado ou quando eu ia acolher uma pessoa trans era diferente, porque eu tinha me transformado nesse

trabalho. Então, foi bem especial por esses dois motivos: por trabalhar com uma equipe que tinha muita vontade de fazer e fazer junto; e por ter o privilégio de conviver com uma pessoa trans que se tornou uma colega de trabalho e depois uma amiga, sabe? Foi bem transformador e acho que infelizmente poucos espaços assim como o serviço podem proporcionar isso, sabe?

Resgato minha questão: quais outras poesias habitam na experiência de atuar - não na substituição, mas - no acolhimento e atendimento às vítimas da LGBTfobia? E ao mesmo tempo adiciono outra questão: após tantas narrativas, qual é a moral dessas histórias?

Comungo do entendimento de que a moral se relaciona com o conjunto de regras e preceitos veiculados por instituições como a família, a religião e a escola etc., e que a ética remete aos modos os quais os indivíduos se conduzem em relação a essas regras (Nardi & Silva, 2014b). Considero, então, o campo da ética, da reflexão sobre os modos de viver, da condução de si mais instigante para pensar a experiência de ser profissional de psicologia face à LGBTfobia.

Para Foucault (1995), nosso problema ético contemporâneo não se volta para liberar-nos do Estado, mas sim, nos libertarmos dos modos de individualização a ele ligados. Como tratado anteriormente, o autor nos convida/sugere a produzir e promover uma estética da existência, uma vida bela, investindo em práticas de liberdade, entendendo liberdade como construção e não como ontologia humana.

Volto-me para a narrativa de Jai para pensar práticas de liberdade: *“Cada vez mais eu me reconheço, às vezes, eu acho que faço coisas que as pessoas acham que eu não deveria fazer como psicólogo, que as pessoas acham que psicólogo não pode fazer isso”*.

Jai provoca a pensar sobre “coisas de psicólogo”, práticas nas quais somos livres e aptos para executar. Lembro-me de, certa vez, quando em uma reunião de estágio em psicologia social, uma colega graduanda questiona nossa supervisora sobre se o psicólogo poderia participar do cadastro para confecção de cédulas de identidade?

O contexto era uma das atividades desenvolvidas no CRAS no qual ela estagiava, porém ela nunca havia visto uma psicóloga participar do trabalho. A resposta de nossa orientadora foi desde que ela estivesse como psicóloga, qualquer atividade poderia ser desempenhada.

A dúvida acredito ser genuína e que advém de uma tradição na qual “coisa de psicólogo” é psicoterapia e testes. Logo, todas as outras atividades se consolidam num grande mistério. O profissional chegou a sua própria resolução para este conflito: *“Coisas como as que eu disse aqui que não ferem à nossa ética, claro, de modo algum. Mas eu faço porque eu acho que eu sou gente. Eu não faço por, é muito bom deixar claro, eu não faço ‘por’, eu faço ‘com’ a pessoa. ‘Você quer fazer sua matrícula?’, ‘Quero’, então você vai comigo. Você vai comigo e quem vai falar é você. Eu é que vou com você. Estou lá para te acompanhar, caso você precise de alguma coisa, caso você seja negada, caso não te respeitem, eu tô lá, nesse sentido”*.

O profissional construiu para si a referência de não ferir a ética que é nossa, assim sendo, ele pôde experimentar estar ‘com’ a pessoa, fazer ‘com’ a pessoa de diversas maneiras. A beleza disso recai “na consideração da capacidade ético-política de invenção e criação de novas formas de sociabilidade e de afetividade” (César, 2016, p. 142). Produzindo a si no acompanhar, inventando práticas e socializando e afetando-se no caminho.

Algo que poderia ser complementado por Gabriela ao afirmar sua autopercepção como *“uma psicologia que se entende sujeito nos processos. Era isso: ‘Pô, eu sou sujeito nesse processo. Eu tô me transformando tendo uma colega de trabalho trans!’”*. A profissional fala de um processo de insurgência de si como efeito ter se relacionado e sido afetada por uma mulher trans. Acredito que quando Foucault (1980/2010, p. 41) nos diz: *“uma experiência é alguma coisa que nos faz sair transformados”*, é a este tipo de experiência de si a que ele se refere.

Quem também se metamorfoseia é a própria Psicologia. Guilherme nos fornece um contexto: *“Porque as pessoas estão sendo violadas! Elas precisam de uma resposta imediata”*. E quem chega vem com vivências completamente distintas dos

profissionais, como salienta Otávio, ainda que nem distantes assim, como fala Diego: *“Eu era LGBT que tentei, dentro da política, trabalhar para construir um atendimento humanizado para LGBTs. Então, muda a minha prática porque eu me via tanto enquanto profissional, como pessoa dentro daquele serviço, que eu poderia ser um usuário.”*

Priscila Detoni, Daiane Marques, Lissandra Soares e Henrique Nardi (2011), ao discutirem o fazer psicológico no momento da constituição das políticas públicas em torno da diversidade sexual, consideram que as “novas” formas do fazer psi permitem a cada profissional de psicologia perceber-se como aquele que também constrói/reproduz/transforma a norma. Com isso, segundo as autoras e o autor, produz-se um posicionamento crítico na construção de políticas públicas e na parte que nos cabe na constituição dos sujeitos de nosso tempo.

Já dizia Foucault (1995, p. 39, aspas do autor):

Talvez, o objetivo hoje em dia não seja descobrir o que somos, mas recusar o que somos. Temos de imaginar e construir o que poderíamos ser para nos livrarmos deste “duplo constrangimento” político, que é a simultânea individualização e totalização própria às estruturas do poder moderno.

A história não é sobre descobrir o que é um psicólogo ou psicóloga, mas sim, sobre como profissionais de psicologia acontecem. Como psicólogas e psicólogos deparando-se com o outro violentado insurgem-se enquanto psicólogos e psicólogas. Não foi do nosso interesse analisar o que mudou em quem e por que, mas sim, apreciar a arte de fazer-se profissional de psicologia, construir-se sujeito, subjetivar-se. Vejo nas narrativas psicólogas e psicólogos transformando-se em psicólogas e psicólogos. Deslocando-se em direção ao outro a cada violência enfrentada, revisando conceitos, repensando as práticas já conhecidas, reposicionando afetos e a si mesmos como efeitos dessa experiência.

Plástico - Edgar

Já é hora de voltar à internet, puxe os cabos.
#precisamosdespertar.
Se não WWW vamos destruir o espaço, saia da frente da tela.
Toneladas de materiais registrados como peças de refugo chegam em Gana, África Hi-tec de resíduos.

corpo, está tudo indo pro esgoto parando dentro do estômago de um peixe contaminado por estanho
E isso e só um asterisco em uma extensa grade de assuntos que me deixam muito esquisito
E eu não sei se você também fica estranho com a grande quantidade de água potável que se gasta com descarga e banho.

6. POR UM FIM CATASTRÓFICO!

É o fim do mundo! Esta afirmação causou inquietude quando a professei nos âmbitos acadêmico e pessoal. Nihilista, dramático e catastrófico foram alguns dos termos utilizados para se referir a mim e minha assertiva. Apropriei-me dos adjetivos e caracterizei este trabalho como catastrófico e é sob este signo que dou início ao fim.

Katastrophe, palavra grega com significados de “fim súbito, virada de expectativas”. Formada por *kata-*, “para baixo”, mais *strophein*, “virar”, sua origem está circunscrita no teatro grego antigo, servindo para caracterizar o momento em que os acontecimentos se voltavam contra o personagem principal¹⁰⁵.

Percebo-me pensando em alguns “personagens principais” da nossa história moderna: a noção de Humano, a Ciência, o Capitalismo, o Estado, a Democracia, a Psicologia. Todos estes - e muitos outros - “protagonistas” se alinham de modo a produzir saberes, poderes e subjetividades, possibilitam ao *sapiens* a condição de humano, sujeito e assujeitado.

A catástrofe a qual proponho e defendo é a virar os acontecimentos do presente contra tais protagonistas. O filósofo brasileiro Vladimir Safatle¹⁰⁶ em sua fala no Seminário Internacional “Democracia em colapso?”, realizado em 2019, argumenta exatamente no sentido de olharmos para a catástrofe que é o Estado brasileiro e nossa democracia:

O Estado brasileiro sempre foi um necroestado. É um Estado de organização da morte, do extermínio, da espoliação e esta morte, extermínio e espoliação é, antes de mais nada, a maneira que o Estado tem de lembrar a uma parcela fundamental da população que ela não tem nenhuma condição de sujeito, que ela não existe como sujeito. Por isso, falar em democracia na nossa realidade é uma aberração. Falar “nós estamos perdendo direitos, nossa democracia está em perigo”, há uma contradição na colocação porque não é possível que algo que nunca existiu esteja em perigo. Não é possível dizer “nós estamos perdendo nossa democracia” se do ponto de vista mais concreto, só se pode dizer que ela existiu se nós admitirmos uma distinção geográfica, mais ou

¹⁰⁵ Informações recuperadas de <https://origemdapalavra.com.br/artigo/catastrofes/>.

¹⁰⁶ Safatle, V. O necroestado brasileiro. *TV Boitempo*. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=CCgL60UJTck>

menos, a seguinte: Ela existiu aqui, mas a dez quilômetros daqui, literalmente, ela parou de existir, o seu sistema legal já não funciona, as suas leis são outras. Neste sentido, se isso for verdade, eu insistiria que há uma função fundamental do Estado brasileiro que é perpetuar esta condição e para isso é necessário um grau de violência do Estado brasileiro que é algo da ordem do inimaginável em nenhuma situação que se poderia chamar de minimamente democrático. Mesmo para os padrões mínimos de democracia, que as sociedades ocidentais foram capazes de desenvolver, este termo não poderia ser utilizado. . . . Talvez vocês lembrem desse fato, de uma pessoa que foi assassinada no Rio de Janeiro com 81 tiros pelo exército. Não foram 81, foram 257. Isso foi um erro, 257 tiros foram um erro. Isso, meses antes, no Morro do Fallet, no Rio de Janeiro, a polícia e o exército invadiram o Morro, prenderam dezessete pessoas em uma casa, torturaram essas dezessete pessoas por três horas, a população, a comunidade ouviu tudo, as pessoas gritando e depois essas dezessete pessoas foram, pela polícia, mortas à faca. Isso é o Estado brasileiro. Depois elas saíram todas num saco preto e foram jogadas numa caminhonete. E o que aconteceu com as pessoas responsáveis por esse massacre? Absolutamente nada, como é um pouco a história do Brasil desde sempre. É importante a gente lembrar desse tipo de informação, é importante a gente insistir nesse elemento para que nós possamos entender, afinal de contas, contra quem nós estamos nos debatendo quando é questão de defender, pelo menos a possibilidade de existência de algo que nós poderíamos chamar de democracia, e que nunca esteve, de fato, no horizonte concreto da vida da maioria das pessoas nesse país. É importante isso porque se nós precisarmos, mais uma vez, nos mobilizar para, de fato, não tentar defender a democracia, mas tentar criá-la no Brasil será importante saber contra quem nós precisamos lutar.

Este é o Estado brasileiro em uma de suas catástrofes mais cotidianas. Safatle avalia que “SE” formos lutar é importante a construção de uma memória acerca dos acontecimentos e irmos na direção da criação e não de um reformismo. É preciso produzir uma catástrofe contra esse necroestado, essa necropolítica que em nosso mundo contemporâneo onde “armas de fogo são implantadas no interesse da destruição máxima de pessoas e da criação de ‘mundos de morte’, novas formas e únicas de existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o *status* de ‘mortos-vivos’” (Mbembe, 2016, p 146, aspas do autor).

Diante do mundo em guerra Foucault (1979/2014) certa vez se perguntou: é inútil revoltar-se? Sua linha de pensamento foi no sentido de que não há poder capaz de tornar absolutamente impossível a insurreição de um homem, de uma minoria ou de

um povo. Pois, o movimento de dizer “não obedeco mais” dirigido a um poder, ainda que diante do risco à vida, é irreduzível.

“As insurreições pertencem à história. Mas, de certa forma, lhe escapam” (Foucault, 1979/2014, p. 76). Juro-lhes, olhos leitores, que chego a conseguir sentir nas minhas entranhas algo que nomeei de desejo de insurreição. Sinto em mim, mas ouvi de outras pessoas narrativas parecidas. Alexandre de Carvalho (2017), guiado por uma lente foucaultiana, afirma: perguntar é se insurgir! Então, seguirei indagando.

6.1 É O FIM DO MUNDO?

Em agosto de 2019, cientistas islandeses se despediram oficialmente da geleira Okjökull, ou apenas Ok¹⁰⁷. A geleira em 1901 se espalhava por 38km², foi declarada morta em 2014 quando exaurida pelo efeito do colapso climático em curso. No local que ocupava, os cientistas colocaram placas constando “Uma carta para futuro”, cuja mensagem, traduzida para o português, é:

Ok é a primeira geleira islandesa a perder sua condição. A previsão é que, nos próximos 200 anos, todas as nossas geleiras deverão seguir o mesmo caminho. Este monumento foi instalado para reconhecer que sabemos o que está acontecendo e o que precisa ser feito. Só você sabe se nós fizemos.

Nós sabemos o que está acontecendo e sabemos o que precisa ser feito. Fala-se que as gerações futuras não entenderão o porquê de não termos agido o quanto antes. Greta Thunberg, jovem ativista pelo clima, de 16 anos, tem se empenhado e tem sido reconhecida por ser uma voz insistente e persistente com uma plataforma cada vez maior. Na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP24) de 2018, ela discursou sobre não estar ali para implorar aos líderes mundiais que cuidem do futuro, visto que eles se comportam como crianças. Ela chama o povo do mundo a tomar a responsabilidade.

Quando começaram as aulas em agosto desse ano, eu me sentei no chão do lado de fora do parlamento sueco. Eu fiz greve da escola pelo clima. Alguns dizem que, ao invés disso, eu deveria estar na escola. Outros dizem que eu

¹⁰⁷ Bowler, J. (2019). *Science Alert*. Recuperado de <https://www.sciencealert.com/iceland-has-unveiled-a-memorial-to-the-first-glacier-lost-to-climate-change>.

deveria estudar para me tornar uma cientista do clima para poder “resolver” a crise do clima. Mas a crise do clima já foi resolvida. Nós já sabemos dos fatos e das soluções. E por que eu deveria estudar para um futuro que em breve pode não mais acontecer? Quando ninguém está fazendo nada para salvar esse futuro. E qual é a vantagem aprender fatos quando os fatos de maior importância claramente não significam nada para nossa sociedade? Usamos hoje 100mil barris de petróleo a cada dia. Não há política para mudar isso. Não há regras para manter o petróleo no solo. Então não podemos mais salvar o mundo seguindo as regras porque as regras precisam ser mudadas¹⁰⁸.

Os jovens do mundo estão seriamente preocupados com o impacto de nossas ações naquilo que eles vislumbram como futuro. Só consigo lembrar do poeta e músico pernambucano Edgar, quando ele canta:

O futuro é lindo com um pássaro sem asas,
 O nosso futuro será lindo como um arco-íris que se forma na poça de uma água suja de óleo
 O futuro é um jovem maníaco viciado em videogames
 O futuro já foi e continua sendo,
 O futuro é uma criança com medo de nós
 O futuro é uma criança com medo de nós¹⁰⁹

Então, sim, o mundo - como o conhecemos - está acabando e as crianças com medo de nós só aumentam! Mas mundos acabam com mais frequência do que imaginamos. Ailton Krenak (2019), ao abordar “Ideias para adiar o fim do mundo”, nos lembra que no século XVI, quando os europeus promoveram o massacre dos povos tradicionais que aqui viviam, aquilo foi o fim do mundo para muitos, quase todos. A expansão do mundo europeu foi construída sobre a destruição de outros mundos, efetivando hoje a impressão de que somos o apogeu da evolução, a dita humanidade, a civilização moderna.

O historiador Yuval Harari (2016) afirma que até o surgimento do *homo sapiens* nunca um outro organismo vivo esteve dominante no planeta. Nós mudamos as regras em, mais ou menos, 70 mil anos. O impacto da ação do *homo sapiens* no planeta mudou o ecossistema de forma radical e sem precedente.

¹⁰⁸ Jornalistas Livres (2018). Greta Thunber, 15 anos, passa um pito nos líderes mundiais na COP 24. *YouTube*. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=vp3kxWRDOP0>.

¹⁰⁹ Edgar (2018). Edgar - Plástico (Videoclipe Oficial). *YouTube*. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=j4CJ6OVfCeY>.

Em março de 2020, no Congresso Internacional de Geologia, a comunidade científica deve bater o martelo sobre convencionar o fim do Holoceno e o início do Antropoceno, a Era da Humanidade¹¹⁰. Harari (2019) fala dessa nova era como aquela na qual o *sapiens* tornou-se, praticamente, um deus, cujas ações constroem e destroem a seu bel prazer. Porém, ressalta, somos os seres mais poderosos do planeta e não sabemos o que fazer com tal poder, até porque, exemplos de nossa irresponsabilidade estão por toda parte. Para o historiador, “A verdadeira pergunta a ser enfrentada não é ‘o que queremos nos tornar?’, e sim ‘O que queremos querer?’. Aqueles que não se sentem assombrados por essa pergunta provavelmente não refletiram o suficiente” (Harari, 2019, p. 426, aspas do autor).

Donna Haraway (2016) percebe o antropoceno como um evento-limite e não como uma época. Uma de suas características é a destruição de espaços-tempos de refúgio para pessoas e outros seres. A degradação da biodiversidade planetária é anunciada massivamente, seres não-humanos têm seu habitat destruído e suas condições de vida impossibilitadas. “Neste momento, a terra está cheia de refugiados, humanos e não humanos, e sem refúgios” (Haraway, 2016, p. 140).

O limite que o antropoceno nos impõe é de vida e morte. É fato que, nesse momento, enquanto escrevo e você lê, há uma destruição desmedida e irreversível em curso operando sobre tudo e todos nesse planeta. Bruno Latour (2014) insiste que estamos em guerra pela definição e controle do mundo que, coletivamente, habitamos. De um lado, os humanos que vivem holoceno e, do outro, os habitantes do antropoceno, os terranos.

Com ajuda de Latour (2014), retomo e reforço minha crítica ao Humano. Tal categoria - assim como as identidades produzidas a ela associadas - para fim de pensar o *homo sapiens* habitante do planeta Terra, mostra-se antiquada, restrita, violenta e, por que não, desnecessária. O mundo dos humanos mostra, todos os dias,

¹¹⁰ Bellesa, M. (2018). Instituto de Estudos Avançados da USP. Os critérios para a definição da nova época geológica, o Antropoceno. Recuperado de <http://www.iea.usp.br/noticias/conversa-sobre-o-antropoceno>.

caminhar no sentido do extermínio de tudo que não é humano (de fungos a gente) até chegar ao auto aniquilamento.

E é por isso que começo minhas considerações, nunca conclusões, pelo fim do mundo. O mundo como o conhecemos, defendo, precisa acabar. As reformas que os regentes do mundo realizam em nome da humanidade estão na base do colapso generalizado vivido atualmente. Este mundo precisa acabar e tal feito está sendo produzido de forma desenfreada, nossa participação tem sido a mais passiva possível, estamos assistindo acabarem com o mundo.

Considerando que nossa organização moderna produziu este fim do mundo que vislumbramos com alguma nitidez, advogo pela virada dos acontecimentos contra seus criadores. Caberá nossa parte de sofrimento, com certeza, mas abrirá a possibilidade para um outro mundo que precisa ser sonhado/pensado. Que Psicologia insurgirá para o Antropoceno? Estaremos nós, ali/aqui, acompanhando o fim da humanidade? Definitivamente, precisamos inventar uma psicologia para o fim do mundo! Uma clínica ética do cuidado de si mostra-se a mim como possibilidade de seguir.

6.2 É O FIM DOS CAUSOS BRASILEIROS?

Categoricamente, não. Enquanto escrevo, a Amazônia finda! Dia 10 de agosto de 2019, motoqueiros atearam fogo no capim seco nas margens da BR-163. Uma vez que a região encontrava-se na época da seca, a vegetação serviu como combustível abundante e potente. Apura-se o envolvimento de pelo menos 80 pessoas num grupo de WhatsApp chamado “Dia do Fogo”, cujos diálogos organizavam a ação criminosa para “mostrar para o Presidente que queremos trabalhar e o único jeito é derrubando e para formar e limpar nossas pastagens é com fogo.”. O Presidente Bolsonaro é crítico ferrenho a fiscalização do Ibama nas terras demarcadas¹¹¹.

¹¹¹ Matias, I. (2019). *Globo Rural*. Grupo no WhatsApp contratou motoqueiros e motosserras para desmatar e incendiar a floresta. Recuperado de <https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Sustentabilidade/noticia/2019/08/grupo-no-whatsapp-contratou-motoqueiros-e-motosserras-para-desmatar-e-incendiar-floresta.html>.

No “ontem” do meu tempo, um amigo recebeu a informação de que sua bolsa de mestrado não seria mais implementada. A dele é uma das 5613 bolsas cortadas pelas Capes devido a mais um contingenciamento do Governo Bolsonaro¹¹². É aterrador viver os dias assistindo o país ser desmontado na frente de todos e todas e tal desmonte ser aplaudido por conta de um ínfimo crescimento econômico de 0,4% no PIB¹¹³.

Cidadãos pelo mundo perguntam-se se teremos eleições democráticas novamente. Considerando as últimas que tivemos no Brasil - e vimos pelo mundo - uma série de dúvidas brotam a cada segundo: como vai ser a autorização, fiscalização e punição acerca do uso da internet? E o uso de fake news, vai ser ignorado até que cheguemos nas próximas eleições? Qual será nosso contra-ataque à pós-verdade? Como vamos lidar com os fatos objetivos tornados pouco influentes?

Existem debates sobre as eleições presidenciais de 2022, mas porque Bolsonaro tem continuado em campanha, atacando possíveis rivais, sempre de forma chula, fique registrado¹¹⁴. O presidente segue ocupando nossa vida com sua bizarrice escatológica, trazendo cotidianamente novas formas obscenas de governo, impedindo nossa respiração e capacidade de reflexão. Ninguém consegue pensar sobre ontem, porque hoje está ainda pior.

Contudo, resiste-se. Luzia resistiu ao incêndio do Museu Nacional, partes do crânio foram encontrados em meio as cinzas do lugar¹¹⁵. A “brasileira” mais antiga conseguiu resistir à tentativa de torná-la indigente, só mais um punhado de cinza. Obviamente, teve partes de si perdidas. Mas, ainda assim, presente.

¹¹² Costa, G. (2019). Capes anuncia corte de 5.613 bolsas de pós-graduação para este ano. *Agência Brasil*. <http://www.iea.usp.br/noticias/conversa-sobre-o-antropoceno>.

¹¹³ *Folha de São Paulo* (2019). Investimentos puxam avanço de 0,4% no PIB brasileiro do 2º trimestre. Recuperado de <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/08/pib-do-brasil-cresce-04-no-2o-trimestre-diz-ibge.shtml>.

¹¹⁴ Dávila, S. & Colon, L. (2019). Bolsonaro diz que Doria é 'ejaculação precoce' e não tem chance em 2022. *Folha de São Paulo*. Recuperado de <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/09/bolsonaro-diz-que-doria-e-ejaculacao-precoce-e-nao-tem-chance-em-2022.shtml>.

¹¹⁵ Betim, F. (2019). Como Luzia, a mulher mais antiga do Brasil, renasceu das cinzas. *El País*. Recuperado de https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/19/politica/1539971293_821373.html.

Célio Garcia (2008), pensando a partir de Foucault, afirma que a resistência é basicamente uma experiência de subjetivação, de autonomia, sendo um fato e não uma obrigação. Existe no ar, algumas vezes, algo que nos faz sentir a obrigação de resistir e muitos estão resistindo como dá, enfraquecidos/as, precarizadas/os. Mas, talvez, estejamos resistindo do jeito que nos mandaram resistir, dentro de um jogo de poder no qual até as formas de resistência tenham sido pensadas para nós.

O papel do intelectual, segundo Foucault (1988b/2014), é mostrar às pessoas que elas são mais livres do que pensam, aquilo que é tomado como verdadeiro e evidente são fabricações históricas que podem, inclusive, ser destruídas. Quando Greta Thunberg diz que as regras para salvar o mundo precisam ser mudadas, o que se pensa é que a jovem está sugerindo o pandemônio de uma sociedade sem carros e tudo mais que o petróleo faz acontecer. Mas parece que nosso medo de ficar sem carro, nos impede de pensar em outras formas de locomoção na rua, no bairro, no condomínio? Seria bom para começar, mas aposto que está todo mundo muito ocupado.

Se vocês lembrarem da história sobre a psicologia que escrevi anteriormente, lembrarão que a ciência tem um passado de compromisso com as elites e o indivíduo. Foram algumas décadas caminhando em direção a populações minorizadas e sujeitos tornados indigentes. Hoje, eis uma tese sobre a experiência de profissionais de psicologia no enfrentamento à LGBTfobia, ressaltando a importância dos posicionamentos éticos, estéticos e políticos da profissão e dos profissionais. Meu trabalho terá sido exitoso se, em algum momento, minhas provocações atinjam seu pensamento e o desloque.

6.3 É O FIM DA TESE!

Vontade de chorar. Incapacidade de escrever. Paralisado. Congelado. Preso. Engodo. Burro. Todos seguem me perguntando pela tese e me sinto envergonhado de dizer que estou tão perdido. Não sei o que fazer. Não adianta dizer que o que me faltam são as palavras, mesmo que as tivesse não saberia utilizar. É como se eu não fosse inteligente. Me sinto burro, incapaz de pensar. Não consigo nem descrever o que já fiz.

A culpa me consome, culpa por não produzir como deveria e sinto vergonha por sentir culpa, é um ciclo sem fim.
O sonho de ser doutor vai destruir o doutorando. Essa tese vai me matar.

(Diário do Pesquisador)

Parafraseando Neil Gaiman (2016): não sei como é a experiência de ler esta tese, só sei como foi experimentar o processo de produção dela. Dos quatro anos de doutorado, o quinto foi definitivamente o melhor. Foram anos adoecedores, mas já esperava, por isso fiz um plano de saúde logo no primeiro ano, o qual foi muito útil para lidar com todas as dores de coluna, garganta, muscular e de estômago. Foi útil também todas as vezes nas quais senti algo e achei que estava morrendo.

Foram anos nos quais pensei constantemente sobre como foi um erro fazer doutorado, já que estava evidente que não seria capaz de concluir tal tarefa. Ainda lido com as dores pelo plano de saúde. Definitivamente, não morri e aqui chego para concluir essa história, que é uma tese, que é um doutorado, que é um sonho sob o qual minha vida orbitou por onze anos. Chego aqui completamente emocionado. Agradeço a quem leu minhas histórias até aqui. Espero ter-me feito compreensível e algo tenha sido provocador aos olhos leitores. O fato - que é ficção e afeto também - é o de que a tese está aí.

Acredito que nenhum pesquisador ou pesquisadora deva sentir algo como o que sentia enquanto escrevia a narrativa do início desse tópico. A pós-graduação é adoecedora, já sinalizei anteriormente, e todos os envolvidos sabem do problema. Contudo, como chamar para uma conversa sobre isso, se todos estão desesperados sobre como manter o funcionamento mínimo das universidades e dar continuidades as pesquisas sem recursos? Sem dinheiro nada parece funcionar no mundo, ao mesmo tempo que somos lembrados todos os dias que não podemos comer ou respirar dinheiro.

Um das conclusões de Harari (2019), ao contar sua breve história da humanidade, é de que capacidade de falar sobre coisas que não existem é a característica mais singular da linguagem por nós desenvolvida. Somos capazes de coletivamente criar ficções e imbuir tais criações de substância, é assim desde os mitos e deuses mais antigos até o Facebook, o capitalismo e o dinheiro que, no fundo, é só papel.

Precisamos exercitar a criatividade e o absurdo diante do pensamento, ficcionar. Pensar da maneira que estamos pensando não tem sido profícuo. Um exemplo: ocorreu em agosto de 2018, na França, o “1 Colóquio de Fenomenologia Feminista Queer¹¹⁶”, com a proposta de se utilizar dos autores e autoras fenomenólogos (Simone de Beauvoir, Husserl, Heidegger, Merleau-Ponty e outros) para pensar o gênero e, com isso, repensar as próprias fronteiras da fenomenologia. Quando entrei no doutorado, essa ideia era considerada absurda, inexequível por alguns de meus pares. Os franceses mostraram que não!

Quando me sentei para escrever nada dessa tese estava pré-determinado, não sabia “como” ou “o que” escrever, quantos capítulos seriam ou quais conceitos usar. O que possuía era um acervo de livros e textos cheios de post-its e anotações, uma vontade de finalmente encerrar esse momento e o compromisso para com as psicólogas que entrevistei. Enquanto construía a tese descobri que, provavelmente, a melhor forma que tinha para agir era começar fazendo o que sei, ciência.

A última etapa de um texto acadêmico são as considerações finais, aquelas que nunca podem ser chamadas de “conclusões” nas ciências humanas, exceto quando as revistas nos obrigam. Nas pesquisas defendidas por mim anteriormente, as considerações finais foram bem dolorosas de escrever, seja pelos afetos, seja pela exaustão da escrita. Contudo, confesso que não sabia exatamente o que escrever no item. Escrever a síntese da análise - geralmente o capítulo logo anterior às considerações finais - sempre me pareceu um acordo tácito entre pesquisadores para não terem que ler a análise por inteiro. Outro efeito dessa prática é ajudar discentes a fazerem leituras mais focadas de longas teses e dissertações onde, muitas vezes, ler a introdução e as considerações finais já parece ser suficiente.

Este trabalho passou por duas bancas avaliativas para aprovação, logo, duas correções foram feitas para tornar a tese consistente. Sendo assim, sugiro a leitura dos capítulos anteriores para maiores sínteses sobre as temáticas. Estas são minhas

¹¹⁶ O Colóquio ocorreu dentro do 8º Congresso Internacional de Pesquisas Feministas da Francofonia. Os programas do Congresso e do Colóquio podem ser acessados em: https://cirff2018.parisnanterre.fr/medias/fichier/programme-cirff2018_1533213424161-pdf.

últimas palavras como doutorando e não irei gastá-las dizendo coisas já ditas em páginas anteriores.

Antes de encerrar, enfatizo que a experiência de profissionais de psicologia contra a LGBTfobia não finda. Inclusive, enquanto a escrita se encaminha para o fim, o Conselho Federal de Psicologia, por meio do Centro de Referência Pública e Políticas, abriu uma consulta pública para que profissionais da psicologia possam contribuir com a futura publicação das “Referências Técnicas para a atuação de psicólogas(os) em políticas públicas de Diversidade Sexual”¹¹⁷.

O CFP organizou, também, o livro “Tentativas de Aniquilamento de Subjetividades LGBTIs”, no qual lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexuais narram suas experiências de sofrimento ético-político. O material não tem pretensões analíticas, “mas sim possibilitar primordialmente que a(o) leitora(or) tivesse maior proximidade com a realidade vivenciada por tais pessoas a partir de suas narrativas” (Conselho Federal de Psicologia, 2019, p. 204).

Já pertinho do fim da produção desse texto, a Ministra do STF Cármen Lúcia julgou de forma definitiva pela manutenção integral da resolução do CFP nº 01/99¹¹⁸. A corte extinguiu a ação popular movida por profissionais de psicologia ligados a grupos conservadores e religiosos, os quais defendiam práticas psicológicas para reversão da sexualidade.

Experienciar esta tese foi o trabalho mais difícil de minha vida. Enxergo o privilégio vinculado a tal afirmação, por isso faço questão de salientar: estudar e pensar ainda é privilégio no Brasil, embora saibamos ser um direito. Escrever foi solitário e sublime, de uma beleza que me emociona, pois está acabando. Estou defrontado com um paradoxo, amo e odeio terminar, estou feliz e triste por finalmente encerrar esta etapa.

¹¹⁷ Conselho Federal de Psicologia (2019). Consulta pública do CREPOP: Atuação de psicólogas(os) em políticas públicas de Diversidade Sexual. Recuperado de <https://site.cfp.org.br/consulta-publica-do-crepop-atuacao-de-psicologasos-em-politicas-publicas-de-diversidade-sexual/>.

¹¹⁸ A decisão pode ser acessada em <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2020/01/Decis%C3%A3o-Rcl-31818.pdf>.

Escrever esta tese fez de mim um Bruno mais apropriado da história do mundo, do Brasil e de mim mesmo. Adentrei na questão do algoritmo que ainda me assombra. Esta tese é, também, um grito: recuso-me a ser algoritmizado!!! Um algoritmo, ao menos por enquanto, não é capaz de produzir um texto como este. Num mundo em que as máquinas fazem o inimaginável, as coisas que elas não conseguem produzir devem ser possuidoras de algum valor.

Recordo de quando tracei as linhas iniciais de produzir uma tese pautada na escrita de si. Ao apresentar a ideia no grupo de pesquisa, uma pesquisadora amiga comentou: para fazer isso que está se propondo você terá que se rasgar inteiro! Minha resposta foi: eu sei!

Sabia por que Foucault (1984a/2010) já havia me dito, a curiosidade de um pesquisador deve estar dirigida não à assimilação do que convém conhecer, mas a separar-se de si mesmo, rasgar-se. “De que valeria a obstinação do saber se ele assegurasse apenas a aquisição dos conhecimentos e não, de certa maneira, e tanto quanto possível, o descaminho daquele que conhece” (Foucault, 1984a/2010, p. 15).

Caminhei por um mundo catastrófico, o qual me exigia um posicionamento ético, estético e político. Ético, por escutar e experimentar a diferença que há em nós; estético, por possibilitar acionar processos inventivos no pensar e no expressar; e político, pela possibilidade de imprimir forçar que rivalizem com aquelas que tentam manter a ilusória experiência de nós mesmos como uma verdade, negando nossas possibilidades e diferenciação e liberdade (Macedo & Dimensteins, 2009)

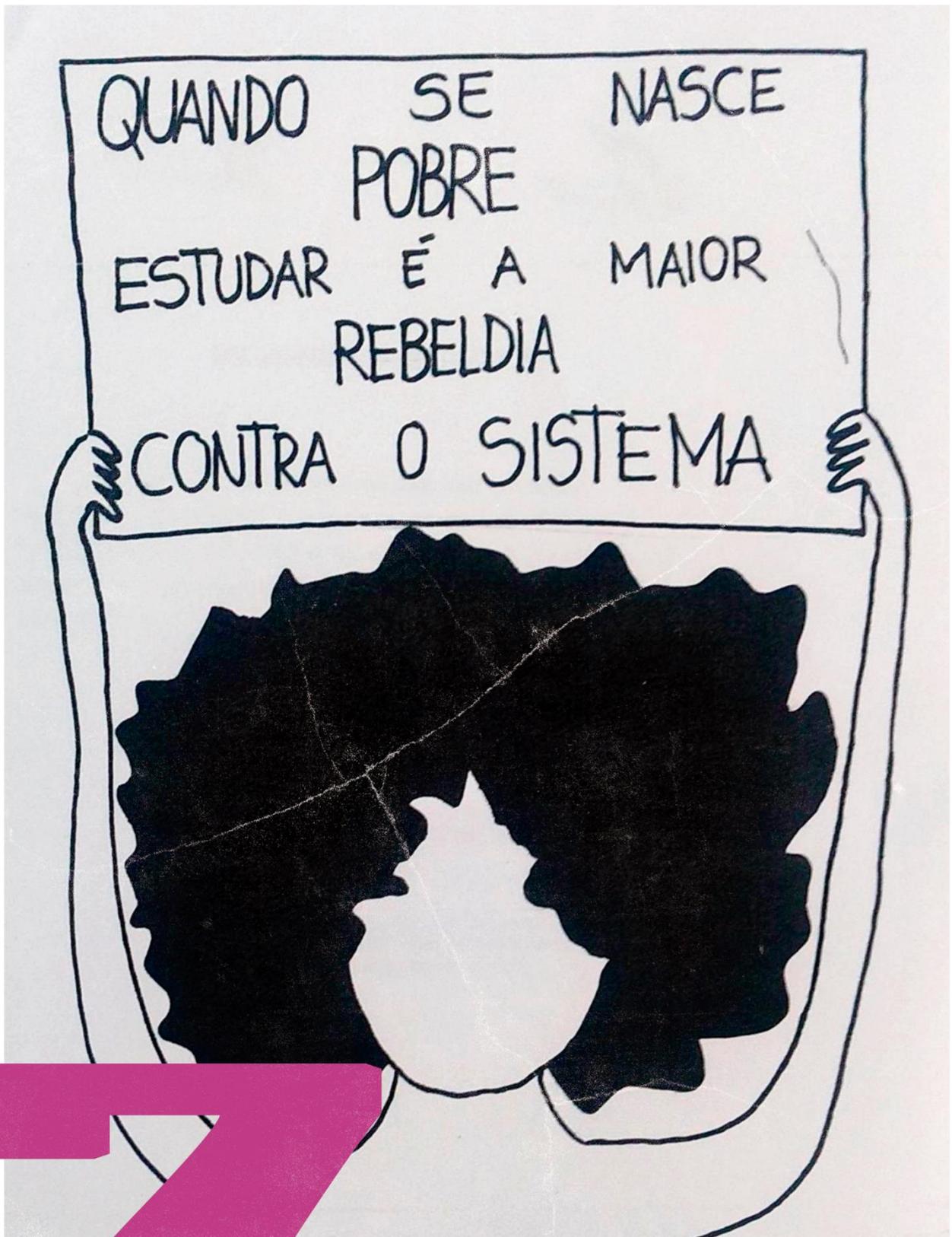
Registrei fatos, ficções e afetos, narrei o que vi e ouvi, produzi a mim mesmo enquanto escrevia. Embora fosse o esperado, ao fim, sinto-me e percebo-me transformado e sei que tal transformação advém do trabalho realizado sobre si efetivado nos últimos anos. Não produzi respostas e esta não era a intenção. Sigo pensando a produção científica como explicado por Foucault em entrevista (Dreyfus & Rabinow, 1995, p. 223, aspas dos autores):

Eu nunca escrevi nada além de ficções, e tenho perfeita consciência disso. Apesar de tudo, eu não não gostaria de dizer que estas ficções estão fora da

verdade. Acredito que seja possível fazer funcionar a ficção no interior da verdade, introduzir efeitos de verdade num discurso de ficção e, assim, chegar a fazer produzir no discurso, a fazê-lo “fabricar” alguma coisa que ainda não existe, alguma coisa que se “ficcionalize”. “Ficcionaliza-se” a história a partir de uma realidade política que a torna verdadeira, e “ficcionaliza-se” uma política que ainda não existe a partir de uma verdade histórica.

Certa vez, um astrólogo afirmou que os fins são difíceis em minha vida. Segundo ele, por causa de Plutão, deus da morte, que estava desalinhado em relação ao sol e habitava a casa 4, a casa dos términos, quando nasci. Há uma narrativa do astrólogo que realmente mexeu comigo, não por conceder aos signos um caráter de discurso verdadeiro, mas porque nunca havia ouvido uma frase que tão bem designasse meu modo de pensar: “A força extrema do planeta Plutão lhe impele a um nível tamanho de profundidade, que não lhe resta alternativa exceto a de ver o mundo dentro de uma perspectiva não apenas ignorada pela maioria das pessoas, como também dentro de um ponto de vista incômodo”.

Narrei e seguirei narrando, “ficcionalizando”, almejando produzir coisas que ainda não existem, partindo do meu ponto de vista que é o que conheço melhor. Às vezes profundo, às vezes voltado ao que é ignorado, mas sempre incômodo! “Afinal, é meu trabalho; não sou o primeiro e nem o último a fazê-lo. Mas o escolhi” (Foucault, 1979/2014, p. 80). Sigamos indagando!!!



Artista desconhecido



PROVOCADORES DO PENSAMENTO

7. PROVOCADORES DO PENSAMENTO

- Andrade, M. G. T. de (2019). *A Psicologia fora do armário: contribuições com as estratégias governamentais de promoção de direitos e enfrentamento à LGBTfobia em Pernambuco*. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-graduação em Psicologia, Recife.
- Barreto, D., Cabrera de Souza, B., Gomes da Silva, D., de Castro Guelfi, I., & de Oliveira Pereira, S. (2016). Discursos e consumos das sexualidades - tramando novas possibilidades para atuação nas psicologias. *Athenea Digital. Revista De Pensamiento E Investigación Social*. vol. 16, nº 3, pp 167-188. Recuperado de <https://doi.org/10.5565/rev/athenea.1643>.
- Bastos, A. V. B. (1988). Áreas de atuação - em questão nosso modelo de profissional. In Conselho Federal de Psicologia, *Quem é o Psicólogo brasileiro?* (pp. 163-193). São Paulo: EDICON.
- Benjamin, W. (1985). O Narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In W. Benjamin, *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. (7a ed., pp. 197-221). São Paulo: Brasiliense
- Bertoni, E. (2019). O que munda no Censo 2020 com os cortes nos questionários. *NEXO*. Recuperado de <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2019/07/04/O-que-muda-no-Censo-de-2020-com-os-cortes-nos-question%C3%A1rios>.
- Biroli, F. (2018). Uma mulher foi deposta: sexismo, misoginia e violência política. In L. Rubin, & F. Argolo (Orgs.), *O golpe na perspectiva de gênero* (pp. 75-84). Salvador: Edefba.
- Bock, A. M. B. (2003). A Psicologia e sua ideologia: 40 anos de compromisso com as elites. In A. M. B. Bock (Org.), *Psicologia e o compromisso social* (pp. 15-28). São Paulo: Cortez.
- Borrillo, D. (2010). *Homofobia: história e crítica de um preconceito*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Brandão, R. T. P. (2015). Foucault: uma introdução às artes da existência. *Interespaço: revista de geografia e interdisciplinaridade*, v. 1, n. 3, pp. 379-391.
- Brasil (2004). *Brasil Sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e Promoção da Cidadania Homossexual*. Comissão Provisória de Trabalho do Conselho Nacional de Combate à Discriminação da Secretaria Especial de Direitos Humanos. - Brasília: Ministério da Saúde.
- Brasil (2008). Ministério da Saúde. Plano Nacional de Enfrentamento da Epidemia de AIDS e das DST entre Gays HSH e Travestis. Brasília, 2008.

- Brasil (2010). IBGE. *Os indígenas no Censo Demográfico 2010: primeiras considerações com base no quesito cor ou raça*. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro. Recuperado de https://indigenas.ibge.gov.br/images/indigenas/estudos/indigena_censo2010.pdf.
- Brasil (2014). *Comissão Nacional da Verdade. Mortos e desaparecidos políticos*. Brasília: CNV.
- Brasil (2019). Ministério da Saúde. *Nota Técnica 11/2019*. Esclarecimentos sobre as mudanças na Política Nacional de Saúde Mental e nas Diretrizes na Política Nacional sobre Drogas. Coordenação Nacional de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas. Recuperado de https://www.abrasco.org.br/site/wp-content/uploads/2019/02/11_23_14_123_Nota_Te%CC%81cnica_no.11_2019_Esclarecimentos_sobre_as_mudanc%CC%A7as_da_Politica_de_Sau%CC%81de_Mental.pdf.
- Brum, E. (2019). Doente de Brasil: como resistir ao adoecimento num país (des)controlado pelo perverso da autoverdade. *El País*. Recuperado de https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/01/opinion/1564661044_448590.html.
- Butler, J. (2002). Como os corpos se tornam matéria. In B. Prins; Irene C. M. *Estudos Feministas*. Florianópolis, v.10, n. 1, jan.
- Butler, J. (2010). *Problemas de Gênero: feminino e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Butler, J. (2015). *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Butler, J. (2018). *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Cabral, A. M. (2018). *Psicologia pós-identitária: da resistência à crítica das matrizes cristãs da psicologia moderna*. Rio de Janeiro: Via Verita.
- Carvalho, A. F. (2017). Creio na insurreição dos corpos: Foucault e um esboço de anarqueologia dos vivos de outros governos. In M. Rago & S. Gallo (Orgs.). *Michel Foucault e as insurreições: é inútil revoltar-se?* (pp. 29-37). São Paulo: CNPq, Capes, Fapesp, Intermeios.
- Carvalho, B. R. de B. (2011). *A experiência de ser pai na violência intrafamiliar* (Trabalho de conclusão do curso). Faculdade do Vale do Ipojuca, Caruaru, PE, Brasil.
- Carvalho, B. R. de B. (2014). *“Tá pensando que travesti é bagunça?”: repertórios sobre travestilidade, em contextos de criminalidade, por jornais de Pernambuco* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco, Recife: O autor.

- Cassal, L. (2014). Psicologia e homofobia: uma cartografia de encontros, embates e políticas. In Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro, *Experiências em Psicologia e políticas públicas* (Caderno Anual, nº 6, ano 2014). Rio de Janeiro: CRP 05.
- Castañon, G. A. (2004). Construcionismo Social: uma crítica epistemológica. *Temas em Psicologia da SBPC*. vol.12, nº 1, pp 67-81.
- Castro, E. (2016). *Vocabulário de Foucault - um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. (2a ed.). Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (2007) *Referência técnica para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS*. Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP.
- Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (2008a). *Referências técnicas para a atuação do(a) psicólogo(a) nos Programas de DST e aids*. Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP.
- Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (2008b). *Saúde do Trabalhador no âmbito da Saúde Pública: referências para a atuação do(a) psicólogo(a)* / Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP.
- Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (2018). *Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) em políticas públicas de mobilidade humana e trânsito*. Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas; Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia.
- César, M. R. de A. (2016). A crítica a noção de identidade e atualizações contemporâneas da estética da existência: feminismo(s), movimentos LGBT e política queer. In H. de Resende (org.). *Michel Foucault: política - pensamento e ação* (pp. 137-146), Belo Horizonte: Autêntica.
- Chassot, A. (2004). A CIÊNCIA É MASCULINA? É, sim senhora!.... *Revista Contexto & Educação*, vol.19, nº 71-72, pp. 9-28. Recuperado de <https://doi.org/10.21527/2179-1309.2004.71-72.9-28>.
- Colling, L. (2013). A igualdade não faz o meu gênero - Em defesa das políticas das diferenças para o respeito à diversidade sexual e de gênero no Brasil. *Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar*, vol. 3, nº 2, jul.-dez., pp. 405-427. Recuperado de <http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/File/149/85>.
- Conselho Federal de Psicologia (2010a). *Referências técnicas para atuação do psicólogo em Varas de Família*. Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP.
- Conselho Federal de Psicologia (2010b). *Referências técnicas para atuação de psicólogos no âmbito das medidas socioeducativas em unidades de internação*. Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP.

- Conselho Federal de Psicologia (2011). *Relatório da 4ª inspeção nacional de direitos humano: locais de internação para usuários de drogas*. Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP.
- Conselho Federal de Psicologia (2012a). *Referências técnicas para atuação do em Medidas socioeducativas em Meio Aberto*. Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP.
- Conselho Federal de Psicologia (2012b). *Referências técnicas para atuação das (os) psicólogas (os) no sistema prisional*. Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP.
- Conselho Federal de Psicologia (2013a). *Referências técnicas para Prática de Psicólogas(os) no Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS*. Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP.
- Conselho Federal de Psicologia (2013b). *Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) no CAPS - Centro de Atenção Psicossocial*. Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP.
- Conselho Federal de Psicologia (2013c). *Referências técnicas para atuação de psicólogas (os) em Programas de Atenção à Mulher em situação de Violência*. Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP.
- Conselho Federal de Psicologia (2013d). *Referências Técnicas para Atuação das(os) Psicólogas(os) em Questões Relativas a Terra*. Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP.
- Conselho Federal de Psicologia (2013e). *Referências Técnicas para a Atuação de Psicólogos/os em Políticas Públicas de Álcool e Outras Drogas*. Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP.
- Conselho Federal de Psicologia (2013f). *Referências técnicas para Atuação de Psicólogas(os) na Educação Básica*. Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP.
- Conselho Federal de Psicologia (2016). *Nota técnica com parâmetros para atuação as (os) profissionais de psicologia no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)*. Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP.
- Conselho Federal de Psicologia (2017). *Relações Raciais: Referências Técnicas para atuação de psicólogas/os*. Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP.
- Conselho Federal de Psicologia (2019). *Tentativas de aniquilamento de subjetividades LGBTIs*. Conselho Federal de Psicologia. Brasília, DF: CFP.
- Conselho Indígena Missionário (2018). *Relatório violência contra os povos indígenas no Brasil: dados de 2017*. Recuperado de https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2018/09/Relatorio-violencia-contra-povos-indigenas_2017-Cimi.pdf.

Critelli, D. M. (1996). *Analítica do sentido: uma aproximação e interpretação do real de orientação fenomenológica*. São Paulo: EDUC/Brasiliense.

Decreto n. 9.288 de 16 de fevereiro de 2018. Decreta intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9288.htm.

Decreto n.º 8.727 de 28 de abril de 2016. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8727.htm.

Delgado, P. G. (2019). Reforma psiquiátrica: estratégias para resistir ao desmonte. *Trabalho, Educação e Saúde*, vol. 17, n.º 2. Recuperado de <http://dx.doi.org/10.1590/1981-7746-sol00212>.

Detoni, P., Pavan, M. D. M., Soares, L. V. & Nardi, H. C. (2011). As formas do "fazer psi" e a constituição das políticas públicas associadas à diversidade sexual. *Revista Psicologia Política*, vol. 11, n.º 22, pp. 279- 294. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v11n22/v11n22a07.pdf>.

Dreyfus, H. & Rabinow, P. (1995). *Michel Foucault - uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Emenda Constitucional n. 81 de 5 de junho de 2014. Dá nova redação ao art. 243 da Constituição Federal. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc81.htm.

Emenda Constitucional n. 95 de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Recuperado de <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=2&data=16/12/2016>.

Facchini, R. (2005). *Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90*. Rio de Janeiro: Garamond.

Ferreira Neto, J. L. (2004). *A formação do psicólogo: clínica, social e mercado*. São Paulo: Escuta; Belo Horizonte: Fumec/FCH.

Ferreira Neto, J. L. (2007). Artes da existência: Foucault, a psicanálise e as práticas clínicas. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, vol. 23, n.º 2, pp. 177-184.

Ferreira Neto, J. L. (2008). A experiência da pesquisa e da orientação: uma análise genealógica. *Fractal: Revista de Psicologia*, vol. 20, n.º 2, pp. 533-546.

- Ferreira Neto, J. L. (2011). *Psicologia, políticas públicas e o SUS*. São Paulo: Escuta; Belo Horizonte: Fapemig.
- Figueiredo, L. C. (2007). *A invenção do psicológico: quatro séculos de subjetivação (1500-1900)*. (7a ed.). São Paulo: Escuta.
- Fitzpatrick, K. K., Darcy, A. & Vierhile, M. (2017). Delivering Cognitive Behavior Therapy to Young Adults With Symptoms of Depression and Anxiety Using a Fully Automated Conversational Agent (Woebot): A Randomized Controlled Trial. *JMIR Ment Health*, vol. 4, nº 2, Abr-Jun. Recuperado de <https://mental.jmir.org/2017/2/e19/>.
- Flick, U. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa*. (3a ed.). Porto Alegre: Artmed.
- Fonseca, T. M. G., Kirst, P. G., Oliveira, A. M., D'Ávila, M. F., & Marsilac, A. L. M. (2006). Pesquisa e acontecimento: o toque no impensado. *Psicologia em Estudo*, vol. 11, nº 3, pp. 655-660. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/pe/v11n3/v11n3a21.pdf>.
- Fonseca, T. M. G., Thomazoni, A. R., Costa, L. A., Souza, V. L. I. de, & Lockmann, V. da S. (2008). Microfascismos em nós: práticas de exceção no contemporâneo. *Psicologia Clínica*, vol. 20, nº 2, pp. 31-45. Recuperado de <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-56652008000200003>.
- Foucault, M. (1966/2016). *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. (10a ed.). São Paulo: Martins Fontes - selo Martins.
- Foucault, M. (1976/2010). *Em defesa da sociedade*. (2a ed.). São Paulo: Editora WMF Martins Fontes.
- Foucault, M. (1977). Preface. In Gilles Deleuze & Félix Guattari. *Anti-Oedipus: Capitalism and Schizophrenia* (pp. XI-XIV). New York: Viking Press. Traduzido por Wanderson Flor do Nascimento. Revisado e formatado por Alfredo Veiga-Neto. Recuperado de http://www.coloquiofoucault2008.mpbnet.com.br/por_uma_vida_nao_fascista.html.
- Foucault, M. (1977/2015). Poder e saber. In M. B. da Motta (Org.), *Ditos e Escritos, volume IV: estratégia, poder-saber* (3a ed., pp. 218-235). Rio de Janeiro: Forense Editora.
- Foucault, M. (1979/2014). É inútil revoltar-se?. In M. B. da Motta (Org.), *Ditos e Escritos, volume V: ética, sexualidade, política* (3a ed., pp. 76-80). Rio de Janeiro: Forense Editora.
- Foucault, M. (1980/2010). Conversa com Michel Foucault (Entrevista com D. Trombadori). In M. B. da Motta (Org.), *Ditos e Escritos, volume VI: repensar a política* (pp. 289-347). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (1982/2010). *A hermenêutica do sujeito*. (3ª ed.). São Paulo: Editora WMF Martins Fontes.

- Foucault, M. (1983/2014). A escrita de si. In M. B. da Motta (Org.), *Ditos e Escritos, volume V: ética, sexualidade, política* (3a ed., pp. 219-227). Rio de Janeiro: Forense Editora.
- Foucault, M. (1984a/2010). *História da sexualidade 2: o uso dos prazeres* (13a ed.). Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Foucault, M. (1984b/2014). Polêmica, política e problematização. In M. B. da Motta (Org.), *Ditos e Escritos, volume V: ética, sexualidade, política* (3a ed., pp. 219-227). Rio de Janeiro: Forense Editora.
- Foucault, M. (1984c/2014). A ética do cuidado de si como prática de liberdade. In M. B. da Motta (Org.), *Ditos e Escritos, volume V: ética, sexualidade, política* (3a ed., pp. 258-280). Rio de Janeiro: Forense Editora.
- Foucault, M. (1988a/2014). A tecnologia política dos indivíduos. In M. B. da Motta (Org.), *Ditos e Escritos, volume V: ética, sexualidade, política* (3a ed., pp. 294-310). Rio de Janeiro: Forense Editora.
- Foucault, M. (1988b/2014). Verdade, poder e si mesmo. In M. B. da Motta (Org.), *Ditos e Escritos, volume V: ética, sexualidade, política* (3a ed., pp. 287-293). Rio de Janeiro: Forense Editora.
- Foucault, M. (1995). O Sujeito e o poder. In H. Dreyfus & P. Rabinow, *Michel Foucault - uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica* (pp. 231-249). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Francisco, A. L. (2012). *Psicologia clínica: prática em construção e desafios para a formação*. Curitiba, PR: CRV.
- Gaiman, N. (2016). *Deuses Americanos*. Rio de Janeiro: Intrínseca.
- Gallego, E. S. (2018). *O ódio como política: a reinvenção da direita brasileira*. São Paulo: Boitempo.
- Gallo, S. (2009). Entre Édipos e O Anti-Édipo: estratégias para uma vida não-fascista. In M. Rago & A. Veiga-Neto (Orgs.), *Para uma vida não-fascista* (pp.363-376). Belo Horizonte: Autêntica Editora (Coleção Estudos Foucaultianos).
- Garcia, C. (2008). Resistência a partir de Michel Foucault. In I. C. F. Passos (Org.), *Poder, normalização e violência: incursões foucaultianas para a atualidade* (pp. 109-118). Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Garcia, G. (2016). Entenda a crise econômica. *Agência Brasil*. Recuperado de <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2016-05/entenda-crise-economica>.
- Gagnani, J. Um Brasil dividido e movido a notícias falsas: uma semana dentro de 272 grupos políticos no WhatsApp. (2018). *BBC News Brasil*. Recuperado de <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45666742>.

- Grossi, M. P. (2004). A dor da tese. *Ilha Revista de Antropologia*, vol. 6, nº 1, 2, pp. 221-228. Recuperado de <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/16680>.
- Grupo Gay da Bahia (2018). *Mortes violentas de LGBT no Brasil: relatório 2017*. Recuperado de <https://homofobiamata.wordpress.com/relatorio-ggb-2017/>.
- Harari, Y. N. (2016). *Homo Deus: uma breve história do amanhã*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Harari, Y. N. (2018). *21 lições para o século 21*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Harari, Y. N. (2019). *Sapiens - uma breve história da humanidade* (46a ed.). Porto Alegre, RS: L&PM.
- Haraway, D. (1995). Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, vol.5, pp. 7-41. Campinas: Ed. Unicamp.
- Haraway, D. (2016). Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes. *ClimaCom*, ano 3, n 5, pp. 139-146.
- IBOPE Opinião (2004). *Pesquisa de Opinião com psicólogos inscritos no Conselho Federal de Psicologia*. Recuperado de https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2005/05/Pesquisa_IBOPE.pdf.
- INFOPEN. Levantamento nacional de informações penitenciárias: *INFOPEN Atualização - junho 2016* (2017). Thandara Santos (Org.). Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional.
- Krenak, A. (2019). *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Latour, B. (2014). Para distinguir amigos e inimigos no tempo do Antropoceno. *Revista de Antropologia*, vol. 57, n 1, pp. 11-31.
- Lei nº 13.415 de 16 de fevereiro de 2017*. Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e o Decreto-Lei no 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei no 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm.
- Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017*. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e as Leis nos 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de

trabalho. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13467.htm.

Lei nº 13.840, de 5 de junho de 2019. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e para tratar do financiamento das políticas sobre drogas. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13840.htm.

Leite Jr., J. (2012). Transitar para onde - monstruosidade (des)patologização, (in)segurança social e identidades transgêneras. *Estudos Feministas*. Florianópolis, vol.20, nº 2. maio-agosto.

Levecque, K., Anseel, F., De Beuckelaer, A., Van der Heyden, L. (2017). Work organization and mental health problems in PhD students. *Reserche Policy*, vol.46, nº 4. pp. 868-879. Recuperado de https://www.researchgate.net/publication/314981100_Work_organization_and_mental_health_problems_in_PhD_students.

Lhullier, L. A., Roslindo, J. J. & Moreira, R. A. L. C. (2013). *Uma profissão de muitas e diferentes mulheres - resultado preliminar da pesquisa 2012*. Conselho Federal de Psicologia. Brasil. Recuperado de <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/03/Uma-profissao-de-muitas-e-diferentes-mulheres-resultado-preliminar-da-pesquisa-2012.pdf>.

Lispector, C. (1964). Mineirinho. In C. Lispector. *A legião estrangeira*. Rio de Janeiro: Editora do autor, p.252.

Louro, G. L. (2008). *Um Corpo Estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica.

Luna, N. (2017). A criminalização da “ideologia de gênero”: uma análise do debate sobre diversidade sexual na Câmara dos Deputados em 2015. *Cadernos Pagu*, (50), e175018. Recuperado de <https://dx.doi.org/10.1590/18094449201700500018>.

Macedo, J. P. & Dimenstein, M. (2009). Escrita acadêmica e escrita de si: experienciando desvios. *Revista Mental*, ano VII, nº 12, pp. 153-166.

Machado, L. (2004). O desafio ético da escrita. *Psicologia & Sociedade*, vol. 16, nº 1, pp. 146-150.

Mattar, C. M. (2016). *Psicologia, cuidado de si e clínica: diálogos com Kierkegaard e Foucault*. Rio de Janeiro: Via Verita.

Mbembe, A. (2016). Necropolítica. *Arte & Ensaios*, nº 32, pp. 123-151.

Medida Provisória n. 726 de 12 de maio de 2016. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios. Recuperado de <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=12/05/2016&jornal=1000&pagina=3&totalArquivos=10>.

- Medrado, B.; Spink, M. J. & Mélo, R. (2014). Diários como atuantes em nossas pesquisas: narrativas ficcionais implicadas. In M. J. Spink, J. Brigagão, V. Nascimento, & R. Cordeiro (Orgs.), *A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas*. (pp. 273-294). Rio de Janeiro: Centro Edelstein.
- Mendonça, R. (2016). *Votação do impeachment revela 5 coisas que você não sabia sobre a Câmara*. BBC. Recuperado de https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160419_impeachment_revela_congresso_rm.
- Mendos, L. R. (2019). International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association. State-Sponsored Homophobia. Geneva. Recuperado de https://ilga.org/downloads/ILGA_State_Sponsored_Homophobia_2019.pdf.
- Miskolci, R. & Campana, M. (2017). “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Sociedade e Estado*, vol.32, n.3, pp.725-748. Recuperado de <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-69922017.3203008>.
- Nardi, H. C., & Silva, R. A. da (2014a). O efeito Foucault: fazer pesquisa para pensar diferente do que se pensa. In N. M. de F. Guareschi, M. A. de Azambuja, & S. M. Hünning (Orgs.), *Foucault e a psicologia na produção de conhecimento* (pp. 169-179). Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Nardi, H. C., & Silva, R. A. da (2014b). Ética e subjetivação: as técnicas de si e os jogos de verdade contemporâneos. In N. M. de F. Guareschi, S. M. Hünning & A. A. L. Ferreira (Orgs.), *Foucault e a psicologia* (pp. 143-157). Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (2018). *Relatórios econômicos OCDE - Brasil*. Recuperado de <https://www.oecd.org/eco/surveys/Brazil-2018-OECD-economic-survey-overview-Portuguese.pdf>.
- Pamplona Filho, R. M. V. (2010). *Preconceito*. Recuperado de <http://rodolfopamplonafilho.blogspot.com/2010/10/preconceito.html>.
- Pernambuco. Centro Estadual de Combate à Homofobia. (2014). *Protocolo de atendimento às demandas LGBT acompanhadas pelo Centro Estadual de Combate à Homofobia 2012-2013*. Recife: Secretária de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos.
- Portocarrero, V. (2009). *As ciências da vida: de Ganguilhem a Foucault*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ.
- Prado Filho, K. (2014). Para uma arqueologia da psicologia (ou: para pensar a psicologia em outras bases). In N. M. F. Guareschi, S. M. Hünning (orgs.). *Foucault e a Psicologia* (pp. 81-102). Porto Alegre: EDIPUCRS.

- Reigota, M. (2016). Aspectos teóricos e políticos das narrativas: ensaio pautado em um projeto transnacional. In R. Cordeiro, & L. Kind (Orgs.), *Narrativas, gênero e política* (pp. 49-66). Curitiba: CRV.
- Rolnik, R. (2013). As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações. In E. Maricato et al., *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil* (pp. 7-12). São Paulo: Boitempo.
- Rose, N. (2011). *Inventando nossos selfs: psicologia, poder e subjetividade*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Sampaio, J. V. & Germano, I. M. P. (2014). Políticas públicas e crítica queer: algumas questões sobre identidade LGBT. *Psicologia & Sociedade*. Vol. 26, nº 2, pp. 290-300. Recuperado de <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822014000200006>.
- Sass, O. (1988). O campo profissional do psicólogo, esse confessor moderno. In Conselho Federal de Psicologia. *Quem é o Psicólogo brasileiro?* (pp. 194-216). São Paulo: EDICON.
- Sierra, J. C. & César, M. R. de A. (2014). Governamentalidade neoliberal e o desafio de uma ética/estética pós-identitária LGBT na educação. *Educar em Revista*, Número Especial 1, pp. 35-51. Recuperado de <https://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.36464>.
- Souza, A. C. do N. (2018). *Produção jornalística sobre mulheres negras e pobres que usam drogas ilícitas em Recife/PE: esse corpo de lama que tu vê* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco, Recife: O autor.
- Spink, P. (2003). Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pósconstrucionista. *Psicologia & Sociedade*, Vol.15, n 2, pp. 18-42.
- Veiga-Neto, A. (2009). Teoria e método em Michel Foucault (im)possibilidades. *Cadernos de Educação*. Vol. 34, pp. 83-94. Recuperado de <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/view/1635>
- Veloso, Caetano (1977). *Gente. Bicho*. Phillips: faixa 3.
- Verissimo, B. P. (2016). *Análise da representação da cidade de Garanhuns expressa nas marcas de seu festival de inverno* (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, PE.